UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS MESTRADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

Cristina Fuentes Hamerski

OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO

Versões e subversões em *Cães da Província* e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo

RIO GRANDE 2010

Cristina Fuentes Hamerski

OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO

Versões e subversões em *Cães da Província* e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado em História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande -FURG, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nubia Jacques Hanciau

Cristina Fuentes Hamerski

OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO

Versões e subversões em Cães da Província e Canibais: paixão e morte na rua do Arvoredo

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nubia Tourrucôo Jacques Hanciau (FURG) - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Sylvie Dion (FURG)

Prof^a. Dr^a. Simone Pereira Schmidt (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente pela realização deste trabalho:

- aos meus pais, Waldomiro e Rosangela, meus exemplos, pelo assíduo acompanhamento e incentivo a tudo o que venho realizando. Pelos momentos de muito amor, carinho e compreensão e principalmente pela maneira como fui educada e pelos valores que trago comigo;
- ao meu irmão, Daniel, pedaço de mim, por tornar minha vida mais feliz, me fazendo sorrir nos momentos em que estava exausta;
- ao meu esposo, Juliano, por me apoiar incondicionalmente e me fazer sentir amada todos os dias;
- aos meus amigos, em particular, a Iara, por estar sempre disposta a ajudar neste momento, pelo interesse demonstrado por meu trabalho;
- ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Literatura, que muito contribuiu para minha formação profissional. Em particular, à professora Sylvie Dion, por ceder gentilmente artigos teóricos, bem como outros documentos que contribuíram para o estudo e a sustentação desta dissertação;
 - à Capes, por oportunizar a minha bolsa de estudos;
- à literatura, por servir como terapia, me levando a desvendar sentimentos, a me conhecer melhor e, acima de tudo, por diferenciar meu olhar em relação ao mundo;
- agradeço em especial à professora e orientadora Nubia Hanciau, pela orientação segura e crítica, que muito contribuiu para minha formação tanto profissional como pessoal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 "OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO": VERSÕES HISTÓRICAS, JORNALÍSTICAS E LENDÁRIAS	14
1.1 O MAIOR CRIME DA TERRA: DÉCIO FREITAS	14
1.2 NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: "NO CALOR DO MOMENTO"	28
1.3 PROCESSO CRIMINAL 1070	37
1.4 A LENDA DOS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO	48
2 "OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO": VERSÕES E SUBVERSÕES E NARRATIVAS FICCIONAIS	EM 55
2.1 HISTÓRIA VS. LITERATURA	55
2.2 O NOVO ROMANCE HISTÓRICO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	59
2.3 LITERATURA E HISTÓRIA EM <i>CÃES DA PROVÍNCIA</i>	68
2.4 LITERATURA E HISTÓRIA EM <i>CANIBAIS</i>	78
2.5 O CASO DO CANIBALISMO EM <i>CÃES DA PROVÍNCIA</i> E EM <i>CANIBAIS</i>	87
2.6 SUBVERSÃO À NARRATIVA OFICIAL EM <i>CÃES DA PROVÍNCIA</i> E E <i>CANIBAIS</i>	M 94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	118

RESUMO

Quem diria que na pequena e provinciana Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, em pleno ano de 1863, José Ramos e Catarina Palse, casal aparentemente comum, residente na então rua do Arvoredo (hoje rua Coronel Fernando Machado), seria responsável por exterminar friamente várias pessoas? E para piorar, acreditava-se que usaram as carnes das vítimas para fabricar linguiças e comercializá-las para a população local. Mas tão interessante quanto os detalhes desse fato bizarro são as constantes transformações pelas quais passam as inúmeras reapropriações e reescrituras ao longo dos anos a respeito desses crimes, chegando finalmente a contradizer em muitos aspectos a história "oficial". Este é o caso dos romances *Cães da Província* (1987), de Luiz Antônio de Assis Brasil, e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo (2004), de David Coimbra, que fornecem duas expressivas versões sobre o fato. Considerando esse evento macabro presente na memória coletiva dos porto-alegrenses, esta pesquisa tem por objetivo verificar de que forma o sombrio episódio denominado "Os crimes da rua do Arvoredo" é trabalhado nas narrativas ficcionais referenciadas, estabelecendo relações da história com a literatura.

ABSTRACT

Who would imagine that in a small and provincial Porto Alegre, Rio Grande do Sul capital city, in the exactly year of 1863, Jose Ramos and Catarina Palse, an apparently ordinary couple, living on the – so called – Arvoredo Street (currently known as Coronel Fernando Machado), were responsible for, coldly, exterminating many people. And, to make matters worse, it is believed that they used the flesh from their victims' bodies to make sausages and sold them among the locals. However, as interesting as the intriguing details of this bizarre fact, are the constant transformations which all the several reappropriations and rewrites of these crimes have been submitted to along the years, reaching the point where they become controversial in many aspects to the "official" story. It seems to be the case of the novels *Cães da Província* (1987), by Luiz Antonio de Assis Brasil, and *Canibais: paixão e morte na rua do Arvoredo* (2004), by David Coimbra, which deliver two expressive versions of what happened. Taking into consideration this macabre event, which still in the collective memory of people from Porto Alegre, this study has as its main purpose to verify how the dark episode named "The crimes of the Arvoredo Street" is seen in the referenced fictional narratives, considering the relationship between history and literature.

INTRODUÇÃO

Como antecedentes deste trabalho dissertativo considero que o projeto de pesquisa e a disciplina intitulados Literatura e História¹ foram decisivos na escolha da abordagem para esta dissertação. Entrar em contato com conceitos e conhecimentos relativos ao campo da História, até então desconhecidos, compreender um pouco melhor a natureza dos discursos ficcional e histórico, bem como analisar os pontos de contato e de distanciamento entre esses dois campos do saber estão entre as motivações da minha escolha e na base do interesse cada vez maior em estudar as relações da história com a literatura e as possibilidades de interação entres esses dois campos do conhecimento.

Durante as aulas da referida disciplina fiz a leitura do livro intitulado *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo², de David Coimbra, publicado em 2004, que retoma um sombrio episódio conhecido como "os crimes da rua do Arvoredo", ocorrido em Porto Alegre, em meados do século XIX.

Já possuía vago conhecimento acerca desse episódio, considerado quase uma lenda urbana, em que um morador da rua do Arvoredo, entre 1863 e 1864, na então pequena capital gaúcha, mata e esquarteja várias pessoas. Não bastasse esse fato macabro, acredita-se que usou a carne das vítimas para fabricar linguiça e vendê-la em "seu açougue".

Após a leitura de *Canibais*, narrativa que recupera o episódio que faz parte da história da Porto Alegre oitocentista e ficcionaliza figuras históricas de existência comprovada, a saber, José Ramos e sua companheira e cúmplice, Catarina Palse, senti-me instigada a buscar outros textos e a realizar leituras mais aprofundadas e críticas sobre os referidos crimes, passando a cogitar a possibilidade de trabalhar com essa obra em minha dissertação.

Ao procurar a respeito do assunto nos livros de história encontrei *O maior crime da terra:* o açougue humano da rua do Arvoredo³, do historiador gaúcho Décio Freitas, cujo foco de trabalho são os supracitados crimes. Ao dar continuidade às pesquisas, encontrei também o segundo de um total de três processos criminais instaurados contra José Ramos e os demais envolvidos nos assassinatos. À medida que a pesquisa e as leituras avançavam,

¹ Projeto Literatura e História, coordenado pela Prof. Dr. Nubia Jacques Hanciau, do Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado em História da Literatura da Universidade Federal do Rio Grande; e disciplina Literatura e História, ministrada pela mesma professora.

² COIMBRA, David. *Canibais*: paixão e morte na Rua do Arvoredo. Porto Alegre: L&PM, 2008. Vale ressaltar que no decorrer deste trabalho será utilizado apenas o termo *Canibais* para referir-se à obra de D. Coimbra.

³ FREITAS, Décio. *O maior crime da terra*: o açougue humano da Rua do Arvoredo – Porto Alegre (1863–1864). Porto Alegre: Sulina, 1996. Com intuito de "separar a história e a lenda dos crimes de José Ramos" (1996, p. 19), D. Freitas faz minucioso trabalho de pesquisa sobre o ocorrido, analisa documentos da época, jornais e processos a respeito do episódio macabro.

embora ainda não estivesse definida a abordagem que seria contemplada na análise do *corpus* ficcional, cada vez maior tornava-se o interesse pelo tema e a decisão de aprofundar as pesquisas a respeito daqueles instigantes crimes.

A leitura do romance *Cães da Província*⁴, de Luiz Antonio de Assis Brasil, lançado em 1987, impõe-se nesse momento. Embora os crimes não sejam o tema principal nessa narrativa que trata fundamentalmente da figura do dramaturgo Qorpo-Santo e sua conturbada história de vida, o romance de Assis Brasil apresenta incontornável abordagem a respeito dos crimes, por isso não poderia ser desconsiderado, passando a compor igualmente o *corpus* de análise.

Então foi tomada a decisão de investigar, em *Cães da Província* e em *Canibais*, de que forma o episódio é trabalhado. E surgiu a idéia de observar de que maneira o passado é revisitado nas duas narrativas, quais recursos estratégicos os autores empregam para ficcionalizar o fato no presente.

Ainda em relação ao *corpus* escolhido para análise, tanto *Cães da Província*, de Assis Brasil, quanto *Canibais*, de David Coimbra, são obras baseadas, ressalvadas as suas particularidades, no sombrio episódio do passado porto-alegrense, constituindo duas instigantes leituras a respeito dos fatos. São elas as duas narrativas de ficção mais longas sobre o acontecido de que se tem conhecimento. Além disso, elas vão perfeitamente ao encontro da proposta inicial, aquela de estudar as relações da literatura com a história.

Dito isto, acrescento que, como baliza contrastiva aos antecedentes da escolha do *corpus* ficcional e suas relações mais importantes, serão consultadas as informações contidas no segundo processo criminal, bem como aquelas encontradas em *O maior crime da terra*⁵.

.

⁴ BRASIL, Assis. *Cães da Província*. 8. ed.. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999. Em 1987, Assis Brasil defende, perante banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sua tese de doutorado, o romance *Cães da Província*, que ganharia no ano seguinte o Prêmio Literário Nacional.

⁵ Em relação ao ensaio histórico *O maior crime da terra*, de D. Freitas, Cláudio Pereira Elmir em sua tese de doutorado, A história devorada: no rastro dos crimes da rua do Arvoredo, defendida no ano de 2003 na UFRGS - no ano seguinte publicada como livro, sob o mesmo título - além de estudar os diferentes momentos em que se deu a apropriação discursiva dos acontecimentos referentes aos crimes da rua do Arvoredo, se empenha em mostrar a precariedade da tese de D. Freitas referente ao caso do canibalismo. Elmir analisa como esse autor se vale, para a demonstração de suas ideias, do apoio em documentos que só ele consultou, que ninguém viu e que, depois da escrita do livro, foram perdidos. Além dessas questões, também não desconsideraremos que todo discurso é ideologicamente marcado pela seleção que o historiador realiza dos fatos presentes na realidade. Essa seleção cria um segundo sentido, algo que já não corresponde inteiramente à realidade observada, pois é sabido que o sujeito desempenha papel ativo no conhecimento histórico e a objetividade desse conhecimento sempre contém uma dose de subjetividade. Caso contrário, esse "conhecimento produzido seria sobre-humano" (SCHAFF, 1983, p. 12). Levando em consideração esses fatores, no decorrer deste trabalho dissertativo apontaremos os pontos frágeis da obra de D. Freitas. No entanto, as informações contidas no referido ensaio serão tomadas como históricas e como baliza contrastiva para análise das narrativas ficcionais em Cães da Província, de Assis Brasil e em Canibais: paixão e morte na rua do Arvoredo, de David Coimbra. Acreditamos que o trabalho de D. Freitas constitui, assim como o processo criminal e as narrativas jornalísticas da época, importante leitura sobre o episódio e fator essencial para a reconstituição dos fatos.

Paralelamente, recorrer-se-á, quando pertinente, às narrativas jornalísticas da época. Para isso, será feito o entrecruzamento das notícias fornecidas, com o intuito de recompor os fatos e sua construção no "calor do momento". As informações contidas nessas narrativas, acrescidas da peça jurídica e do trabalho de Décio Freitas, além de sustentar a análise e auxiliar no contraponto, no contraste e no levantamento das possíveis relações com as narrativas ficcionais, serão consideradas "a versão oficial histórica dos fatos".

Já em relação ao tema escolhido, justifico sua relevância por meio de alguns argumentos principais, desenvolvidos a seguir. Mas antes, é importante apontar que os crimes da rua do Arvoredo se caracterizam como evento insignificante e menor se postos ao lado de "fatos históricos consagrados" da história do Rio Grande do Sul do século XIX, entre eles a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Guerra do Paraguai (1864-1870).

Os crimes de assassinato dos quais foram acusados José Ramos e Catarina Palse⁶, casal aparentemente comum, que morava em Porto Alegre na então rua do Arvoredo, hoje Coronel Fernando Machado, não constituem um "fato histórico evidente", de acordo com as concepções do século XIX. Mas, como se sabe desde pelo menos o surgimento dos *Annales* e das contribuições da *nova história*, a história não é apenas aquela dos "grandes fatos"; a micro-história⁷ vem reforçar essas contribuições, cujas propostas desenvolvem-se durante os anos 70 do século XX, a partir das obras e das considerações teóricas de um grupo de historiadores⁸, entre os quais notadamente Carlo Ginzburg e Giovanni Levi.

Levando em consideração as contribuições da micro-história, os crimes da rua do Arvoredo, aparentemente irrelevantes, ocorridos em meados do século XIX, na pequena cidade do sul do mundo, representam um tema passível de ser analisado e estudado. Pretendese por intermédio do trabalho dissertativo evidenciar esse episódio que faz parte da história do Rio Grande do Sul, notadamente por meio de narrativas ficcionais, mas que foi negado e

⁷ De acordo com Ronaldo Vainfas, em *Os protagonistas anônimos da história*: micro-história, os micro-historiadores "combatiam a história somente preocupada com os fatos singulares, sobretudo os de natureza política, diplomática e militar. Combatiam igualmente uma história que, se pretendendo científica, objetivava a verdade dos fatos, mediante a análise de documentos verdadeiros e autênticos [...]. Combatiam, enfim, uma história que se furtava ao diálogo com as demais Ciências Humanas, a antropologia, a psicologia, a linguística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia" (2002, p. 16-17).

.

⁶ Em relação ao sobrenome de Catarina, optamos por adotar no decorrer do trabalho a grafia utilizada por D. Coimbra e por D. Freitas, "Palse", em vez de "Palsen", grafia utilizada por Assis Brasil em *Cães da Província*. O mesmo se pode dizer em relação ao sobrenome do chefe de polícia responsável pela investigação dos crimes. Optamos pela grafia utilizada pelos mesmos escritores, "Callado", em vez de "Calado", utilizada por Assis Brasil – exceto em referências às personagens de *Cães da Província*.

A atenção dos micro-historiadores volta-se para os pequenos eventos, deixando de lado a grande história trabalhada pela historiografia do século XIX. Observa-se também grande esforço por parte dos estudiosos da micro-história em reconstruir a vida cotidiana de um povo qualquer desprovido de arquivos e de personalidades ilustres. E de recuperar a história anônima vivida longe dos centros do poder, renegada pela historiografia oficial (GINZBURG, 2007, p. 251).

silenciado pela história tradicional por parecer insignificante quando posto ao lado dos "grandes acontecimentos" do século XIX.

Apesar disso, os crimes da rua do Arvoredo representam um tema importante na história do Rio Grande do Sul, pois, além da suspeita de os habitantes da cidade terem sido transformados em involuntários canibais, o trágico episódio servirá para alimentar o antigermanismo presente no Rio Grande do Sul no período. O fato de Catarina Palse ser alemã e de o açougue, antes de Ramos, ter sido de propriedade do também alemão Carlos Gottlieb Claussner, desperta a animosidade racial latente da cidade. O trágico episódio também gerou um incidente diplomático, transformando os crimes em uma questão de Estado para o Império.

Com isso, Porto Alegre, palco do nefasto episódio, na época com pouco mais de vinte mil habitantes, ainda sem nenhuma representatividade econômica e política, ganha destaque em jornais estrangeiros. De certa forma o acontecimento contribui igualmente para alimentar o antigermanismo em outros países.

Segundo D. Freitas, inclusive Charles Darwin teria escrito um artigo acerca do episódio ocorrido na capital gaúcha. Em1868, o cientista teria recebido notícias – não se sabe se por meio de jornais ingleses ou por informações do cônsul inglês em Porto Alegre – e escrito um comentário. Como podemos perceber, o acontecimento adquire contornos complexos, que serão trazidos à luz e explorados no decorrer desta dissertação.

Além disso, podemos afirmar que o acontecimento reveste-se de extrema pertinência e relevante objeto historiográfico se for levado em consideração o processo de ficcionalização por que passou ao longo de quase 150 anos. Comprova-se que, embora se trate de um "fato", ocorrido há mais de cem anos, os crimes da rua do Arvoredo ainda são tema de palpitante atualidade, pois o caso continua despertando interesse em vários campos: jornalístico, televisivo, literário e artístico. A gravura que ilustra a capa desta dissertação⁹, de autoria de Rodrigo Pecci, expressa o perene interesse pelos crimes. O desenhista faz o seguinte comentário: "Há uns três anos, voltou-se a discutir essa lenda. Já morei na Fernando Machado, sempre passava perto do local dos crimes. Na gravura, mostro a cena do assassinato [...]" (ZERO HORA, 11 mar. 2010, p. 3). Vê-se que até hoje a mente do *serial killer* continua intrigando. O caso de canibalismo está presente na memória coletiva dos porto-alegrenses. Contribuem para isso os diversos discursos produzidos a partir do episódio. O historiador Cláudio Pereira Elmir chama a atenção para a questão:

-

⁹ PECCI, Rodrigo. *Os crimes da rua do Arvoredo*, 2010. 1 gravura, metal, 18x24cm gravura. Disponível em: http://aconteceemportoalegre.blogspot.com/2010/03/grupo-aflexa-lanca-trabalho-no-shopping.html.

Se existe um preceito clássico, na história, segundo o qual um dos requisitos para a ereção de determinado acontecimento em fato histórico é justamente a notabilidade lograda pelo feito, os crimes da rua do Arvoredo alcançam tal categorização não exatamente pela grandeza do ato nefasto praticado, mas, bem mais, pelas representações que se operam a partir do mesmo, caracterizadas, na estilização de que são portadoras, por um perigoso afastamento do "acontecido" que está na origem desses discursos (2004, p. 30).

Infere-se das palavras de C. Elmir que os crimes da rua do Arvoredo se conformaram, enquanto fato histórico, em lugares e momentos diversos. As reapropriações sucessivas e diferentes leituras do acontecido, em diferentes lugares e épocas, é o que lhe garante notabilidade e contribui para que não seja esquecido.

Nessa perspectiva, as metas a serem alcançadas neste trabalho dissertativo são:

- Recompor a história dos crimes da rua do Arvoredo segundo a versão encontrada em O maior crime da terra, de Décio Freitas, no processo criminal n.º 1070 e nas narrativas jornalísticas.
- 2. Separar a lenda e a história dos crimes da rua do Arvoredo.
- 3. Observar os pontos de contato e de distanciamento entre Literatura e História.
- 4. Percorrer a trajetória do novo romance histórico e avaliar em que medida *Cães da Província*, de Assis Brasil, e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo, de David Coimbra, encontram-se estruturados dentro do novo subgênero.
- 5. Analisar o episódio "Os crimes da rua do Arvoredo" nas narrativas ficcionais *Cães da Província* e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo, bem como o entrecruzamento entre literatura e história presente nos romances.
- 6. Estudar de que forma *Cães da Província* e *Canibai*s trabalham com o suposto caso de canibalismo envolvendo os crimes.
- 7. Avaliar em que medida *Cães da Província* e *Canibais* encontram-se estruturados dentro do modelo da metaficção historiográfica, proposto por Linda Hutcheon, bem como analisar a subversão dos romances selecionados ao modelo tradicional denominado "romance histórico".
- 8. Estudar as estratégias narrativas utilizadas pelos autores para subversão da versão oficial que se conhece sobre os fatos, narrada por Décio Freitas, encontrada no processo criminal e nas narrativas jornalísticas.

9.	Apontar as subversões à narrativa oficial em <i>Cães da Província</i> e em <i>Canibais</i> e levantar as novas versões dos fatos presentes nas narrativas ficcionais.

"Os Tempos Mudaram"

Amantes, poetas Cientistas, estetas Os tempos mudaram. Mulheres discretas Escribas patetas Os tempos mudaram.

Nada é como antes A lua já não tem amantes Nem luar. Voar, voar Voltar no tempo Remexer na cinza do segredo Ver de novo a Rua do Arvoredo E sonhar.

Os crimes
O castigo
Sentença
Prisão
História sempre mal contada
Alma perturbada
Ilusão.

A casa
O alçapão
O poço
O porão...
Memória que ficou guardada
Lenda arrebatada
Paixão.

GRECCO, s/d, apud ELMIR, 2004, p. 92.

1. "OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO": VERSÕES HISTÓRICAS, JORNALÍSTICAS E LENDÁRIAS

1.1 O MAIOR CRIME DA TERRA: DÉCIO FREITAS

O interesse de Décio Freitas pelos crimes da rua do Arvoredo surgiu durante os anos 40. Nesse período, Ernesto Correa, diretor do *Diário de Notícias*, visando a superar a tiragem do jornal *Correio do Povo*, designou a D. Freitas a tarefa de pesquisar alguns "crimes célebres" ocorridos em Porto Alegre, para, em seguida, promover a novelização sensacionalista dos fatos e editá-los sob forma de folhetim. O primeiro folhetim tratou exatamente sobre os crimes de José Ramos e recebeu o título de *O açougue humano da rua do Arvoredo*¹⁰.

Após vários anos, D. Freitas retoma suas pesquisas sobre o assunto e as publica sob forma de ensaio histórico¹¹. Agora com intuito de separar a história e a lenda nos crimes de José Ramos, o historiador reproduz em *O maior crime da terra*: o açougue humano da rua do Arvoredo, publicação de 1996, o que ele pôde recuperar da história sobre tais fatos.

Isso posto, passemos à história dos crimes da rua do Arvoredo, segundo a versão de D. Freitas, encontrada em *O maior crime da terra*¹²; também recorreremos à importante

¹⁰ Ver a esse respeito o jornal *Diário de Notícias*, Porto Alegre, dezembro de 1948: "O açougue humano da Rua do Arvoredo", folhetim dividido em onze capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *Misteriosos desaparecimentos em 1864*, é apresentado no dia 9 de dezembro, e o último, sob o título *A lenda e os crimes de José Ramos*, no dia 23 de dezembro, sob a autoria de Maurício Machado, pseudônimo utilizado por D. Freitas.

As motivações que contribuíram para que D. Freitas retomasse suas pesquisas sobre os crimes estão associadas à notícia do desaparecimento dos processos referentes ao caso. Segundo o historiador, a justiça instaurou contra José Ramos três processos criminais, em três volumes separados. O primeiro processo versou sobre o assassinato do português Januário e seu caixeiro. O segundo se deteve no assassinato do açougueiro Carlos Claussner, e o terceiro trazia em seu bojo o caso da linguiça feita de carne humana (1996, p. 17). Os outros dois que versam sobre os assassinatos de Januário e seu caixeiro e os seis assassinatos ligados à fabricação de linguiça com carne humana desapareceram por completo, lançando ao caso certa aura de mistério e despertando maior curiosidade. O jornal *Zero Hora* do dia de 16/6/1992, frente ao desaparecimento misterioso dos documentos dos crimes da rua do Arvoredo do Arquivo Histórico do Estado, questiona: "como o processo do açougue humano da rua do Arvoredo passou de um arquivo para outro, numa transferência, no mínimo irregular, e ninguém sabia? E uma certeza: o dia em que a província foi canibal continua assombrando Porto Alegre mais de cem anos depois" (p. 34). De fato, não se sabe quando tais processos desapareceram do Arquivo Público e não se tem certeza se de fato existiu o processo referente ao caso da linguiça de carne de gente. D. Freitas (1996) afirma que esse processo ainda se encontrava no Arquivo Público em 1948, ano em que foi fotocopiado pelo historiador.

¹² Diferentemente da proposta de D. Freitas na elaboração de *O maior crime da terra*, cujo texto começa com a descrição da morte de José Ramos, portanto pelo fim, optou-se por apresentar os fatos numa linha cronológica, a fim de torná-los mais claros para o leitor. A narrativa de D. Freitas sobre os crimes da rua do Arvoredo é dividida em doze partes, seguida de uma "Informação bibliográfica" ao final. Não existem seções distintas e nomeadas no texto, "Introdução" e "Conclusão". C. Elmir (2004) chama a atenção para esse fato. Segundo ele, parece haver deliberado propósito de se construir uma "narrativa única", com o menor número de cortes possível entre as unidades que a integram. Em alguns momentos da leitura, fica-se com a impressão de que a divisão proposta cumpre o papel de dar fôlego ao leitor para continuar a executar sua função de descoberta da trama.

contribuição de outros documentos históricos, expostos a seu tempo, com o objetivo de recompor a versão histórica dos fatos.

Os crimes da rua do Arvoredo perpetrados em Porto Alegre nos anos de 1863 e 1864 contaram, além da participação de José Ramos e de sua companheira-cúmplice, Catarina Palse, indubitavelmente os maiores responsáveis pela desdita de nove vítimas, também com o auxílio e cumplicidade do açougueiro alemão Carlos Gottlieb Claussner, que mais tarde se torna uma das vítimas de José Ramos; do ferreiro alemão Henrique Rithmann, mais conhecido por "o corcunda", e de Carlos Rathmann¹³, que desempenham tarefas auxiliares, mas da mesma forma espantosamente perversas. Trata-se, pois, de uma sociedade criminosa elaborada por cinco comparsas. Como e por que estes criminosos tão atípicos se conheceram e se enquadrilharam no medíocre burgo sulino, são fatos que não se sabe.

No entanto, através da leitura de *O maior crime da terra*, podemos inferir que uma das explicações e motivações para os crimes de José Ramos e de Catarina Palse pode ser extraída da história de vida particular de cada um deles. Ambos têm em comum acontecimentos trágicos em suas vidas. Em relação a José Ramos, quando criança, se tem o seguinte:

Seu pai, Manoel Ramos, nasceu na província de São Pedro e no início serviu num esquadrão de cavalaria do exército de Bento Gonçalves. Mas desertou e fugiu para Santa Catarina, onde casou com uma índia, Maria da Conceição, e se estabeleceu com venda de secos e molhados na ilha do Desterro. Aí nasce José Ramos, o mais velho dos três filhos homens. Nos serões, o pai conta os feitos da guerra, que José ouve atentamente. Pede ao pai que conte, semnúmero de vezes, as cargas de cavalaria em que se dava o toque de "degolar", insistindo para que ele dê os detalhes sobre o modo de praticar a degola (FREITAS, 1996, p. 23-24).

Entende-se da passagem acima que desde a infância José Ramos demonstra grande interesse a respeito dos feitos da guerra contados por seu pai, em especial pelo modo de praticar a degola. Além disso, Ramos, na juventude, torna-se parricida: "[...] um dia, já rapaz, sai em defesa da mãe, espancada pelo pai bêbado. Na luta entre os dois, José lança mão de uma faca e fere gravemente o pai, que morre dois dias depois. O parricida foge para a província de São Pedro" (FREITAS, 1996, p. 24).

o conhecimento prévio daquilo que será o próprio lance. ¹³ A emigração não foi um sucesso para todos os alemã

Segundo essa estrutura de exposição, não se tem, de imediato, a possibilidade de vislumbrar o roteiro a ser seguido pela narrativa. Ela supõe, ao contrário, um processo de apropriação paulatina da história, que se dá sem o conhecimento prévio daquilo que será o próprio lance.

¹³ A emigração não foi um sucesso para todos os alemães e há entre eles alguns reduzidos à marginalidade. Esse é o caso de Carlos Rathmann, que aos 61 anos não tem ocupação ou morada fixas. Alcoólatra inveterado, perambula de botequim em botequim, filando bebida. Nesse momento, vive na Cascata, de favor, no rancho de uma chácara.

D. Freitas, de certa forma, também explica o comportamento transgressor de José Ramos pelo reconhecimento do *ethos* de animalidade e de violência constitutivo do ser humano de maneira geral (ELMIR, 2004). Em outras palavras, ele define a animalidade como "a natureza essencial e imutável do homem". Tal afirmação fica evidente no excerto a seguir:

Francamente, não vejo o caso de José Ramos como uma forma patológica de manifestação da animalidade humana, visto que corresponde à natureza essencial e imutável do homem, como atesta o quadro sangrento, devastador e caótico deste fim de milênio, nas ruas das cidades e nos conflitos bélicos. O conceito de patológico não tem nada de científico, já que as diversas disciplinas psicológicas não projetam luz capaz de explicar e prever estas orgias homicidas. O que a história da civilização e, particularmente, do crime, testemunham fora de dúvida, é que o fenômeno pode se manifestar em todos os indivíduos, todos os povos, todos os sistemas sociais, sem que ninguém ou nenhuma instituição sejam capazes de prevê-lo e, muito menos, impedi-lo (FREITAS, 1996, p. 18-19).

O autor acredita também que o impulso, a motivação da violência homicida deve-se ao imenso e fantástico prazer proporcionado pelo poder de matar, de dispor da vida de outro homem. Ainda segundo ele, no chamado latrocínio, a vantagem econômica é apenas eventual e, como o demonstra a história criminal – a exemplo tem-se a história dos crimes de José Ramos, que obtinha compensações materiais nada mais do que modestas:

Ramos reúne as roupas e os objetos pessoais das vítimas e guarda-os numa caixa, no quarto. Sempre guardou cuidadosamente as pertenças pessoais das vítimas, não as vendendo ou usando. São como relíquias. Às vezes, abre uma das caixas, retira as peças e fica longo tempo a olhá-las (FREITAS, 1996, p. 43).

O fim reservado para os objetos roubados por seu algoz afasta a hipótese de que Ramos matava estritamente para roubar. "Ninguém terá a menor dúvida de que ele sentia um imenso prazer em matar, um prazer ainda maior do que o proporcionado pela arte, que amava apaixonadamente" (FREITAS, 1996 p. 13-14).

A figura trágica de Catarina Palse impõe-se neste momento, pois na leitura de *O maior crime da terra* subentende-se também que é a sua sombria história familiar que fornece elementos para a compreensão de seu condenável comportamento:

Nasceu na Hungria, mas etnicamente é alemã. Fazia parte da minoria alemã da Transilvânia pioneira no povoamento do território que viria constituir a Hungria. Seu pai era um artesão-sapateiro numa aldeia muito pobre; além de Catarina, teve outros dois filhos. A tragédia começa quando, em 1848, Kossuth promove a revolução húngara contra o domínio austríaco. No ano seguinte, a Rússia invade a Hungria, a fim de ajudar a Áustria a sufocar a

revolta, de acordo com as estipulações do Tratado de Viena. Na Transilvânia, os russos não poupam atrocidades. Ao ocupar a aldeia, massacram os habitantes, matando os pais e os irmãos de Catarina. Ela é estuprada pela soldadesca, que a deixa semimorta. Tem então 12 anos (FREITAS, 1996 p. 36-37).

Antes de explanarmos sobre os primeiros crimes cometidos por José Ramos, é de grande valia falarmos brevemente também sobre Carlos Claussner¹⁴, "peça chave na engrenagem criminosa de José Ramos", pois é do açougueiro alemão que parte a idéia de transformar a carne das vítimas em linguiça a fim de fazer desaparecer "literalmente" o corpo do delito. Em junho de 1863, Claussner conhece José Ramos e ambos imediatamente se tornam amigos. Desde então, com grande frequência Claussner é convidado para jantar na casa de Ramos. Depois que Carlos Gottlieb Claussner ofereceu a José Ramos a garantia da impunidade, sugerindo-lhe fazer linguiça com a carne dos mortos, providência que faria sumir qualquer tipo de prova dos homicídios, "o chacal saiu à caça de vítimas" (FREITAS, 1996, p. 111), dando início à série de assassinatos.

José Ramos, mestiço-claro, alto e forte, aos 26 anos começa a praticar seus primeiros crimes. O largo do Paraíso – região do atual Mercado e da Praça XV de Novembro – constitui-se em principal campo de caça de Ramos. O assassino busca pessoas do interior, principalmente a negócios na cidade. Quando se pensa em psicopatia, normalmente nos vem à mente um indivíduo truculento, com poucos atrativos; ou até mesmo acreditamos que seja facilmente possível reconhecer um assassino sem pestanejar, mas, ao contrário do que se pensa, nem sempre isso ocorre. O assassino da rua do Arvoredo, por exemplo, segundo relatos, "seria capaz de seduzir o demônio, dirá o padre português Aureliano Dias" (FREITAS, 1996, p. 26). Certamente, Ramos valia-se da boa aparência e das boas maneiras que encantavam a todos, para se aproximar de suas vítimas:

Veste-se impecavelmente, suas botas estão sempre bem lustradas; o cavalo é bem aperado. Possui razoável instrução, embora não se saiba como adquiriu. Além do português, fala e escreve alemão. Gosta de ler, e suas leituras prediletas são a poesia e a Bíblia, mas sua grande paixão é a música, que procura ouvir onde quer que a toquem. Quase todas as manhãs, vai à missa na matriz e quase sempre comunga. Fanático por limpeza, detesta a obscena sujeira da cidade (FREITAS, 1996, p. 26).

.

¹⁴ Carlos Gottlieb Claussner nasceu em Markersdorf, Saxônia, em 1828, filho de João Gottlieb Frederico Claussner. Antes de emigrar para o Brasil, Carlos exerce profissão de tecedor de meias. Em maio de 1861 embarca para o Brasil. Já em Porto Alegre, assim que chega à cidade se estabelece com um açougue na rua da Ponte – atual rua Riachuelo – perto dos fundos da Igreja das Dores (OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO, 1993).

A descrição dos primeiros seis assassinatos, segundo a versão proposta por D. Freitas¹⁵, serve para sustentar a tese da fabricação da linguiça com carne das vítimas e do canibalismo involuntário pela população de Porto Alegre. A ordem dos primeiros assassinatos é a seguinte: primeiramente Ramos mata uma colona alemã de Santa Cruz, chamada Luísa – nunca se soube todo o seu nome –, que, segundo consta, estava em Porto Alegre para vender uma grande partida de charutos. Ramos a conhece numa casa de pasto do Mercado e a convida para cear em sua casa na noite seguinte. Em seguida, Ramos dirige-se para o açougue da rua da Ponte, onde confabula com Claussner e Henrique, o corcunda. Nessa mesma noite, os dois comparsas transportam para a rua do Arvoredo dois baús de madeira, trazidos da Alemanha por Claussner, um maior e outro menor, que mais tarde será utilizado para transportar o corpo de Luísa até o açougue¹⁶. Na noite de 2 de junho de 1863 a vítima vai até a casa de Ramos.

Em dado momento, Ramos vai à cozinha, volta empunhando um machado; fende-lhe a cabeça de alto a baixo e em seguida a degola. Arrasta o cadáver de Luisa para o porão e aí o esquarteja, colocando os pedaços nos dois baús. Com a ajuda de Claussner e Henrique os baús são transportados para o açougue da rua da Ponte. Claussner imediatamente põe mãos à obra, na presença de Ramos e Henrique:

O açougueiro desossa a carne e a mói numa pequena máquina. Tempera a carne com sal, pimenta e outras especiarias. Pega tripas secas, intatas e sem furos, e ata uma das pontas com barbante. Na ponta que ficou aberta, coloca um canudo, através do qual introduz o guisado. Quando a tripa está cheia, ata a segunda extremidade com um barbante. Com uma agulha, faz pequenos furos na lingüiça, a fim de verificar se ficou algum ar. Isso feito, pendura a lingüiça num arame estendido nos fundos do açougue. No pátio do açougue, os ossos são incinerados e as cinzas jogadas no Guaíba (FREITAS, 1996 p. 113-114).

_

¹⁵ A reconstituição das circunstâncias das seis mortes relatadas por D. Freitas é feita através do depoimento dado por Catarina ao chefe de polícia Gervásio Campello em outubro de 1868. Segundo o autor, este depoimento teria sido dado após uma confissão de culpa por escrito feita por Catarina, em abril de 1868, que faz chegar às mãos do referido chefe de polícia um caderno, em um dialeto alemão. D. Freitas reproduz trechos de um e outro documento (a confissão de culpa por escrito e o depoimento posteriormente dado), deixando entender que ambos fazem parte do processo posteriormente contra José Ramos.

¹⁶ Em contrapartida, as informações contidas nos autos do processo e o depoimento da testemunha Gustavo Adolfo Eduardo Koboldt não autorizam a afirmação categórica de que Luísa tenha sido assassinada por José Ramos. No processo criminal a que se teve acesso, a respeito da colona alemã que figura entre as vítimas de José Ramos, de cujos corpos seria manufaturada linguiça de carne humana, consta apenas que em torno de três meses antes da descoberta dos assassinatos veio de Santa Cruz uma alemã, cujo nome o interrogado não sabia, para vender uma porção de charutos. Segundo a testemunha, essa mulher teria feito algumas compras, pago, e não teria recebido os objetos que comprara; e depois disso, teria desaparecido sem despedir-se de ninguém, e, por esse fato, depois de descobertos os crimes de José Ramos, entre os alemães teria nascido a desconfiança de que também essa mulher tivesse sido por ele assassinada (OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO, 1993, p. 23).

Duas noites depois da morte de Luísa é assassinado um colono de Nova Petrópolis chamado Afonso, que veio à capital a fim de fazer compras para si e para outros colonos. Com o passar do tempo, mais duas vítimas surgem: Schmitt, comerciante de São Leopoldo, e Winkler, comerciante do Rio de Janeiro – ambos atraídos por Catarina Palse.

Em meados de julho de 1863, Ramos comete o quinto assassinato. Desta vez, a vítima é um alemão de Santa Catarina, cujo nome não se sabe, um marujo que ele conhece numa casa de jogo e que convida para cear em sua casa. Ramos procede como o de costume.

A sexta vítima é assassinada no começo de agosto. Trata-se de um alemão chamado Hans Fritsche, residente em Montevidéu. Ramos conta com o auxílio de Henrique, para arrastar a vítima até a casa, onde Fritsche é degolado.

De acordo com a versão de *O maior crime da terra*, em todos os seis primeiros casos, os corpos das vítimas foram transformados em lingüiças, vendidas por Claussner a mando de José Ramos e a baixo preço, para as autoridades da cidade. Como não pode matar os poderosos, vinga-se deles, induzindo-os à prática que infringe um sacrossanto interdito observado por todos os animais, isto é, não comer outros da mesma espécie:

Mata para afirmar sua superioridade e sua força sobre as pessoas que despreza. Escolhe suas vítimas segundo sua fraqueza e sua vulnerabilidade. Mas também mata para manifestar seu desafiador desprezo pelos que se consideram superiores e mais fortes porque têm poder, conforme se verá pelo empenho de oferecer a lingüiça de carne humana às autoridades da província (FREITAS, 1996, p. 35).

Repentinamente termina a amizade entre José Ramos e Carlos Claussner, e este se torna uma das vítimas fatais. Isso porque, com o passar do tempo, Claussner comunica a José Ramos que estava cansado daquilo e temia que a história ganhasse o conhecimento de todos; diz também que não participaria mais dos crimes e que estava pensando em mudar-se para Montevidéu. A partir disso, o açougueiro é ameaçado por Ramos. Claussner, por sua vez, ameaça contar tudo à polícia. Não teve tempo de fazê-lo, pois, na noite de 2 de setembro de 1863,

Ramos e Rathmann montam a cavalo na rua do Arvoredo e se dirigem para o açougue, levando o facão e a machadinha. Ramos possui a chave e entra, deixando Rathmann do lado de fora. Claussner é atacado enquanto dorme. O machado lhe fende a cabeça de alto a baixo. Ainda vive enquanto Ramos o degola com o facão de dois cabos. Ato contínuo, Ramos passa a esquartejar o cadáver, metodicamente, como é seu costume (FREITAS, 1996, p. 77).

Os pedaços da vítima e alguns de seus pertences são transportados dentro dos baús por dois escravos-de-ganho até a rua do Arvoredo. No pátio, Ramos enterra os despojos. Nos dias que seguem, Ramos gasta de forma abundante o dinheiro roubado da casa de Claussner, dizendo a todos que havia ganho na loteria. Espalha ao mesmo tempo que comprou o açougue de Claussner e faz questão de exibir um recibo que comprova a transação, que mais tarde se comprovará ser falso. Para um comerciante português, vizinho e amigo de Claussner, Ramos disse que Claussner havia se retirado para a colônia de Nova Petrópolis. A outras pessoas, Ramos dirá que Claussner viajou para Montevidéu. O açougueiro de fato falava ultimamente em mudar-se para a Banda Oriental, mas seus conhecidos estranharam que não tenha se despedido¹⁷.

Sentindo-se inseguro desde a morte de seu parceiro, em setembro de 1863, José Ramos permanece por sete meses sem matar, o que decide fazer somente em meados de março de 1864, quando conhece o português José Luis de Caldas Quintella¹⁸ na casa de Luís Antônio Rodrigues Príncipe, seu fiador na casa da rua do Arvoredo. Ramos aproxima-se de Quintella sob o pretexto de possuir uma letra de Príncipe e convida a vítima para ir até a sua casa na rua do Arvoredo a fim de mostrar o documento¹⁹. Quintella diz-lhe que isso era mentira, pois havia um mês que ele mesmo, Ramos, lhe dissera que se negara a emprestar dinheiro a Príncipe.

No entanto, não se sabe ao certo por que razão, o rapaz decide ir até a casa de Ramos para averiguar. No dia combinado, ao chegar à casa de José Ramos, Quintella é recebido por Catarina, que lhe diz que Ramos havia saído mas não se demoraria. Quando está para entrar na casa, avista por uma janela um homem que parece escutar e espreitar, cuja fisionomia lhe é desconhecida – mais tarde se saberá que se tratava de Henrique, o corcunda (OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO, 1993, p. 23). Quintella não identifica o homem, mas intui o significado de toda a cena e decide ir embora. Foi sua salvação, pois, conforme se soube

_

¹⁷ Esta reconstituição que se pode fazer do assassinato de Claussner está na base de informações dispersas dos processos e particularmente da confissão que Catarina faz em 1868, quatro anos após a descoberta dos crimes (FREITAS, 1996, p. 79).

¹⁸ José Luis de Caldas Quintella veio a Porto Alegre a fim de arrecadar o espólio de seus dois irmãos, Manuel e Antônio, padeiros à rua de Bragança, assassinados dentro de casa por seus escravos Delfino, Silvestre e Camilo, fugidos para lugar incerto. Luis Antônio Rodrigues Príncipe figura entre os devedores dos irmãos assassinados e Quintella exige pagamento imediato, sob pena de protesto e falência.

¹⁹ Quando mais tarde for ouvido pela polícia, Luiz Antonio Rodrigues Príncipe negará categoricamente dever qualquer quantia a José Ramos. Comprova-se que é falsa a alegação de Ramos de que possuía uma letra de Príncipe. Inclusive o jornal *Mercantil* de 22/04/1864 publica uma nota a pedido de Príncipe desmentindo a notícia de que ele havia passado uma letra em seu nome a José Ramos. Apesar de tudo, transparece que havia bastante intimidade entre os dois; não é sem motivo que Príncipe se tornou fiador de Ramos. Sabe-se que Príncipe autoriza a proprietária da casa da rua do Arvoredo a fornecer a chave da residência a José Ramos, no dia 11 de julho de 1863, sob sua responsabilidade pela quantia de quatorze mil réis por mês (OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO, 1993, p. 67).

depois²⁰, José Ramos estava no interior da residência, ao que tudo indica, à espera de que entrasse, para matá-lo.

Podemos considerar a possibilidade de que a ida de Quintella à casa da rua do Arvoredo tivesse o intuito maior de fazer sondagens, pois havia rumores sobre a cumplicidade e participação de José Ramos no assassinato dos irmãos²¹ de Quintella. A polícia, quando investiga os dois últimos assassinatos de Ramos, em abril de 1864, faz indagações sobre uma possível ligação entre ele e os três escravos que assassinaram os dois padeiros portugueses na rua da Bragança, em junho de 1863. Mas o suposto envolvimento de Ramos nas mortes dos dois padeiros não é comprovado.

Após a fracassada tentativa contra Quintella, Ramos lança-se num estado de profunda prostração. Esse estado de ânimo muda quando sua amante Catarina Palse lhe sugere que mate o comerciante português Januário Martins Ramos da Silva. Em uma sexta-feira, 15 de abril, Ramos vai à taverna de Januário para lhe falar de um ótimo negócio envolvendo um carregamento de milho a preço baixo e, após, convida-o para jantar à rua do Arvoredo, convite que foi aceito.

Durante o trajeto à casa onde ocorreria o jantar, José Ramos e o comerciante português passam por José Inácio de Souza Ávila, um dos caixeiros deste. Januário chama José e lhe diz que se o procurarem por motivo urgente, deve avisá-lo na casa de Ramos. Durante o jantar Ramos vai ao quarto, volta à varanda empunhando um machado e ataca Januário ali mesmo na varanda. Em seguida,

Arrasta o cadáver para o porão e o despe completamente. Ordena a Catarina que limpe o sangue, monta a cavalo e sai em busca do caixeiro José. Encontrase na taverna da rua da Igreja, e diz-lhe que Januário mandara chamá-lo à casa da rua do Arvoredo. Segue-os um cãozinho preto com uma malha que vai da garganta ao ventre. Pertence ao Januário, mas afeiçoou-se ao menino. [...] Oferece-lhe café e pão; depois convida-o a sentar-se no sofá. Entra no quarto e volta com o machado. [...] Depois de degolado, o corpo é arrastado para o porão. Quando volta à sala, Ramos ouve do lado de fora da casa um gemido doloroso de cão. Junto à porta o bicho geme e arranha a madeira. Agarrado e levado para o porão, é degolado (FREITAS, 1996, p. 42-43).

Em todos os assassinatos, José Ramos segue sempre o mesmo método. Num movimento rápido, fende a cabeça da vítima, de alto a baixo, e em seguida a degola. Após

²¹ O jornal *Mercanti*l de 20/04/1864 comenta o boato que "percorria" a cidade: a suposta cumplicidade de José Ramos na morte dos irmãos de Quintella. Isso permite pensar que, ao ter ouvido rumores sobre a cumplicidade de Ramos no assassinato de seus irmãos, Quintella teria ido fazer sondagens na casa da rua do Arvoredo.

-

²⁰ A informação de que José Ramos se encontrava na residência na hora em que Quintella esteve a sua procura é fornecida por Catarina no depoimento que dá ao chefe de polícia Dário Callado (OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO, 1993, p. 14).

esquartejar os dois corpos, joga as postas sangrentas num poço abandonado no pátio, cobrindo-o com lixo e galhos verdes.

Após cada morte, Ramos também cumpre o mesmo ritual obsessivo:

Senta-se à mesa, recita um salmo da Bíblia e come sofregamente o que lhe é servido por Catarina. Se escanhoa e toma um banho. Estes banhos que se seguem aos assassinatos, sempre são demorados. Nunca fica na tina menos de uma hora. Veste-se lenta e caprichosamente: camisa de seda, sobrecasaca de pano preto, colete de casimira e alfinete na gravata. Perfuma-se abundantemente, mais que o habitual [...] O agente da violência e da morte sente um apaixonado interesse pela arte. Através desta, ele se espiritualiza; o homem recobra seus direitos sobre o chacal. Faz-se transportar até o teatro São Pedro [...] Quando não há espetáculo no São Pedro, vai ao velho teatrinho da rua de Bragança [...] A música comove-o até as lágrimas (FREITAS, 1996, p. 45-47).

Os crimes do casal começam a vir à tona desde o desaparecimento do português Januário e seu caixeiro, pois a partir desses dois últimos assassinatos, começa-se a se desvendar a trama. Ramos comete seus sete primeiros assassinatos à noite, protegido pela semiescuridão. Dificilmente vizinhos ou passantes identificariam as vítimas quando entravam na casa escura da rua do Arvoredo: "A partir de 1864, o criminoso rompe seu padrão compulsivo e passa agir de dia. As imprudências que comete no caso de Januário são tão gritantes, durante várias horas circula pela cidade na companhia de sua futura vítima" (FREITAS, 1996, p. 40). Os vizinhos informam à polícia que, no dia anterior, Januário e o menino foram vistos na companhia de Ramos.

No dia seguinte, José Ramos recebe uma intimação para comparecer imediatamente à presença do chefe de polícia. O acusado admite ao chefe de polícia, Dário Rafael Callado, que esteve com o comerciante português e seu caixeiro, mas alega que ambos embarcaram em um lanchão para o Caí. Seus argumentos não convencem Callado e, a partir disso, o assassino passa a ser vigiado até ser preso no outro dia. Callado se apresenta na manhã da segundafeira, 18 de abril de 1864, à rua do Arvoredo, para proceder a uma apreensão na casa do casal.

No interior da casa as manchas de sangue são evidentes. No porão da cozinha são achados dois machados, bem como uma serra. São apreendidos vários objetos que depois se revelarão provas decisivas, entre eles, a chave da taverna de Januário, encontrada no meio de umas moitas. Sob ordens de Callado, os dois galés que acompanhavam a comitiva policial são postos a escavar no pátio e encontram os restos de três corpos. Dois deles são identificados como sendo de Januário e seu caixeiro. O chefe de polícia não consegue identificar a quem pertencem os restos do terceiro corpo encontrado:

De quem é o cadáver encontrado nas duas covas do pátio? Ramos, Catarina e Senhorinha²² declaram que não sabem. Inútil insistir: não têm idéia de quem possa ser. O chefe de Polícia manda reconduzir os três à prisão e intensifica as investigações sobre a identidade do desconhecido. Ao entardecer, surge a hipótese de que os restos cadavéricos das duas covas sejam de Carlos Gottlieb Claussner²³, o açougueiro da rua da Ponte, desaparecido desde setembro do ano anterior (FREITAS, 1996, p. 52).

Após a descoberta dos cadáveres no quintal da casa de Ramos, dadas as inegáveis evidências do crime, tornou-se inevitável que as autoridades competentes tomassem uma resolução adequada para o caso. José Ramos e Catarina Palse são presos e conduzidos para a delegacia. Pressionado pela opinião pública, Callado imprime excepcional importância ao inquérito²⁴, ouvindo em quatro dias os acusados e todas as testemunhas, presidindo o processo judicial na condição de doutor juiz de direito e chefe de polícia²⁵.

Os interrogatórios acontecem nos dias 18 a 22 de abril de 1864²⁶. Primeiro interrogase Catarina Palse. Sua estratégia consiste em admitir aquilo que não pode ser negado: a autoria de José Ramos no assassinato das pessoas cujos cadáveres foram encontrados no quintal. Tenta atenuar a sua responsabilidade, alegando que foi mera espectadora. Mas está, sobretudo, interessada em evitar que venham à tona os crimes de 1863; como se sabe, a acusada atraiu até a casa da rua do Arvoredo pelo menos duas das vítimas.

²² A escrava que atendia pelo apelido de Senhorinha morava na casa de Ramos. Ali pernoitava e comia; nos intervalos do seu trabalho de lavadeira, trabalhava na casa, embora não fosse sua escrava. Também, mais tarde, é interrogada pela polícia. Após prestar depoimento, Senhorinha é liberada, pois se constata que ela não estava envolvida nos assassinatos.

²³ No decorrer do dia, as investigações reforçam a suposição de que os restos encontrados no porão pertenciam ao açougueiro Claussner. Amigos identificaram como do açougueiro objetos encontrados na casa de Ramos. A comprovação vem dos médicos legistas Joaquim Pedro Soares e Manuel Pereira da Silva Ubatuba, que, mesmo atestando em seu laudo a completa decomposição do cadáver, observam um brinco de ouro preso aos restos mortais da vítima. O prussiano João Tehse, amigo de Claussner, faz a identificação cabal, afirmando que o amigo usava um brinco de ouro na orelha esquerda (FREITAS, 1996, p. 75).

²⁴ Vale ressaltar que das primeiras diligências feitas na casa da rua do Arvoredo ao julgamento foi tudo muito rápido. Em relatório à Corte, o presidente da Província, João Marcelino, gabará a "pronta e eficiente ação da polícia". Mas, de acordo com D. Freitas, essa mesma eficiência contrasta com a displicência policial no caso das outras vítimas. Os parentes destas comunicaram seus desaparecimentos à polícia; inclusive o cônsul alemão pediu providências, mas não há notícia de qualquer diligência policial (FREITAS, 1996, p. 48). Dessa forma, pode-se associar a agilidade da polícia no caso, a partir da suspeita do desaparecimento dos dois portugueses: Januário e seu caixeiro.

²⁵ É de grande valia chamar a atenção para o exercício simultâneo ou sucessivo das funções de chefe de polícia e de juiz de direito, em meados do século XIX. Tal prática era autorizada pela lei em algumas províncias, como no Rio Grande do Sul, onde eram escassas as pessoas com formação jurídica. A instrução do inquérito policial é feita pelo próprio chefe de polícia Dário Callado. No caso dos crimes de José Ramos, o exercício concomitante das funções de chefe de polícia e juiz de direito permite a Callado evitar que surjam revelações constrangedoras sobre seus vínculos funcionais e pessoais com o criminoso, já que este servia como informante.

²⁶ É importante lembrar que os acusados nessa ocasião são interrogados a respeito dos três corpos encontrados na casa da rua do Arvoredo: o de Januário, seu caixeiro e o de Claussner.

Em seguida Callado interroga José Ramos. O interrogatório deste será pobre em resultados. Apesar das evidências mais clamorosas, ele negará tudo sistematicamente, sustentando versões inverossímeis. Nessa ocasião, Ramos insinua que os assassinatos foram obra de Catarina e Henrique, o corcunda.

Ao ser mencionado, Henrique também é chamado para prestar depoimento. Henrique teve participação nas seis primeiras mortes. Ao ser questionado sobre Claussner, nega havê-lo sequer conhecido, despistando qualquer suspeita. Dessa forma, o chefe de polícia manda-o em paz, livre de suspeitas. Nesse mesmo dia, além de outras pessoas, tais como amigos e vizinhos de Claussner e de Ramos²⁷, é ouvida Senhorinha. Suas declarações comprometem a versão através da qual Catarina procurou isentar-se de envolvimento nos assassinatos. Também Carlos Rathmann, apesar de seu envolvimento no crime de Claussner, sai-se bem no interrogatório.

Durante o interrogatório dos acusados, os comerciantes alemães fecham as portas dos seus estabelecimentos, por precaução, pois corriam notícias de que o comerciante português Januário e seu caixeiro teriam sido executados por imigrantes de origem germânica. Tal fato pode ser explicado através das tensas relações entre as comunidades luso-brasileiras e alemã.

Os julgamentos pelo júri são marcados para os dias 12 e 13 de agosto de 1864. São realizados na Câmara de Vereadores²⁸. No dia 12, José Ramos e Catarina Palse são julgados pelo assassinato de Januário e seu caixeiro. Ele é condenado à pena de morte na forca. Catarina, por sua vez, como cúmplice, a 13 anos e 4 meses de prisão, com trabalho.

Mais tarde, sabe-se que a pena de morte de Ramos é comutada para prisão perpétua, com trabalho²⁹. De acordo com D. Freitas, no período em que os crimes ocorreram, determinava a lei que, quando houvesse condenação à morte, o juiz devia apelar *ex-officio* para a instância superior e o réu podia protestar por novo julgamento, o qual invariavelmente se realizava. Houve, portanto, um segundo julgamento, cuja decisão é desconhecida. Não se sabe se essa comutação resultou de decisão do segundo júri ou de graça do Imperador. Esse

.

²⁷ Comparecem para depor o prussiano Gustavão Adolfo Eduardo Koboldt e o negociante português José Luis de Caldas, Augusto Karim, o negociante português Luis Antonio Rodrigues Príncipe, João Gabriel Vonkerkove e sua esposa, a prussiana Isabel Bossing – anos depois, ela terá papel importante na revelação dos crimes da linguiça de carne humana – basicamente essas pessoas confirmam tudo quanto se apura, mas não dizem tudo o que sabem. Anos depois se descobrirá que a vizinhança já suspeitava das monstruosidades praticadas por José Ramos e seus comparsas em meados de 1863, mas o medo lhes "sela os lábios" (FREITAS, 1996, p. 88).

²⁸ O interesse pela sentença foi realçado pela presença de importantes personalidades, entre elas o tribuno Silveira Martins, o jornalista Carlos von Koseritz e o escritor Caldre e Fião.

²⁹ Sabe-se também que o caso a seguir permite a Ramos amenizar as condições de sua prisão. Ele compartilha a cela com um mulato chamado Joaquim, proprietário de um escravo, valendo-se dos seus serviços para fazer a limpeza da cela e outros serviços mais que competem ao acusado. Ramos receberá privilégios na cadeia, compartilhará da comida dos guardas. Tanto no interior do presídio como fora dele, é escalado para supervisionar o trabalho dos demais presos.

fato é usado como um dos argumentos por D. Freitas que sustentam a posição de que houve apagamento deliberado dos acontecimentos da rua do Arvoredo da memória da cidade.

No dia 13 de agosto de 1864, José Ramos e Carlos Rathmann são julgados pela morte de Carlos Claussner. José Ramos é condenado a 14 anos e um mês de prisão com trabalho e a pagar uma multa de 150 mil réis, importância resultante de uma avaliação judicial dos objetos e pertences de Claussner furtados do açougue. Quanto a Carlos Rathmann, ele é absolvido por unanimidade, pois o próprio promotor considera muito frágeis as provas contra ele. Catarina, por sua vez, é deixada de fora, pois o juiz tem a faculdade de absolver o acusado sem julgamento pelo júri.

José Ramos e Catarina Palse passam a cumprir a pena no presídio nas proximidades da Praça da Harmonia. Sabe-se que são permitidos encontros esporádicos entre o casal. Mas a partir de 1866, Catarina se recusa a novos encontros. Em abril de 1868³⁰, Catarina, segundo a versão de D. Freitas, teria feito chegar até as mãos do novo chefe de polícia, Gervásio Campello, substituto de Dário Callado, "um caderno, no qual há 54 folhas escritas a lápis, em dialeto alemão" (FREITAS, 1996, p. 104).

Em agosto de 1868, a autoridade pede ao intérprete Júlio Henrique Knorr que traduza o texto do caderno. Trata-se de um texto que concilia citações da Bíblia com revelações sobre os crimes. Em outubro, Campello recebe Catarina³¹, que deseja contar toda a verdade sobre os crimes, motivada pelo relacionamento de amizade e religioso que mantinha com Isabel Kerhkove. Catarina conta a Campello o envolvimento de Ramos com Carlos Claussner e a maneira que encontraram de impedir que os assassinatos viessem a ser provados. Para isso, as vítimas seriam esquartejadas e suas carnes usadas para fazer lingüiça, de modo que os cadáveres desapareceriam e nunca se poderia provar nada. Catarina relata as circunstâncias das mortes das seis vítimas de José Ramos em 1863, de cujos corpos foram feitas linguiças a serem consumidas pela população de Porto Alegre, em especial pelas autoridades da região,

³⁰ A informação fornecida por D. Freitas de que Catarina, em abril do ano de 1868, faz chegar até as mãos do chefe de polícia Gervásio Campello o suposto caderno com suas confissões, e mais tarde, em agosto do mesmo ano, Campello teria pedido a tradução do conteúdo do caderno, é duvidosa, pois consta no quadro de correspondência entre presidentes da Província e chefes de polícia do Rio Grande do Sul na década de 1860, que Gervásio Campello foi nomeado e tomou posse do cargo no ano de 1865 e teria se exonerado no dia 06 de

novembro de 1867, removido para Santa Catarina. Portanto, um ano antes da data em que, segundo D. Freitas, Campello teria recebido o caderno com as confissões de Catarina, o chefe de polícia já estava trabalhando fora do Rio Grande do Sul. Ficou em seu lugar Belarmino Peregrino da Gama e Mello, nomeado no dia 6 de novembro de 1867 e exonerado em junho ou julho de 1868, e este, por sua vez, foi substituído por João Coelho Bastos, que permaneceu entre 29 de agosto de 1868 e 20 de agosto de 1870. Esses dados nos permitem pensar que D.Freitas possivelmente se tenha equivocado quanto ao nome do chefe de polícia que teria recebido os escritos de Catarina (ANEXO 12, apud ELMIR, 2008, p. 282).

³¹ O novo depoimento de Catarina Palse é reconstituído através do livro de memórias de Francisco José Furtado, chamado *Minhas viagens pelo Brasil* (Recife, 1891). Furtado, magistrado maranhense, teria assistido ao interrogatório (FREITAS, 1996, p. 136).

que involuntariamente teriam praticado o canibalismo. Conta-lhe sobre a cumplicidade de Henrique Rithmann e de Carlos Rathmann nos crimes. Afirma ainda que José Ramos e seus comparsas eram canibais conscientes, pois em todos os casos provaram a linguiça antes de colocá-la à venda, inclusive ela própria também teria consumido a linguiça de carne de gente. Ela confessa seu envolvimento direto em pelo menos duas mortes, de Schmitt e Winckler, os homens que atraiu no beco do Céu. Sua cumplicidade militante se constitui também no fato de instigar e animar Ramos a cometer os assassinatos. Depois expõe as razões do assassinato de Carlos Claussner.

José Ramos e Henrique Rithmann são chamados para prestar novo depoimento. Ramos nega tudo. Henrique, o corcunda, por sua vez, confirma tudo o que dissera Catarina. Nessa ocasião, é chamada também para ser ouvida Isabel Kerhkove, que afirma no ano de 1863 ter sido confidente de Catarina, que lhe contou os crimes de José Ramos. Campello resolve ouvir alguns alemães que já haviam prestado testemunho em 1864: "para espanto de Campello, todos admitem que em 1863 tinham ouvido falar nos assassinatos e na fabricação de lingüiça de carne humana, mas não tinham certeza e temiam fazer acusação falsa" (FREITAS, 1996, p. 123). É de causar estranheza que, apesar da participação de Rathmann nos crimes de 1863, o acusado não tenha sido chamado novamente, assim como os demais, para prestar novo depoimento.

Terminadas as inquirições, o chefe de polícia hesita sobre o próximo passo a dar no inquérito, frente à situação de não se poder prever qual seria a reação dos moradores da cidade quando soubessem que de fato teriam consumido carne humana feita pelas mãos de açougueiro alemão. "As conseqüências seriam imprevisíveis, e na hipótese mais favorável, criar-se-ia um clima de persistente hostilidade aos imigrantes, desestimulando a política imigratória que o governo imperial desenvolvia com excelentes resultados econômicos" (FREITAS, 1996, p. 125). Em prol da ordem pública, o chefe de polícia, no exercício das funções de juiz de direito, decide, então, que, embora as confissões fossem convincentes, não bastariam para suprir a falta do corpo de delito. Dessa forma, impõe-se a impronúncia dos acusados.

Em 1877, cumprida integralmente sua pena, Catarina é posta em liberdade, quando já tinha 41 anos de idade. Fora da prisão, ela é vista nas ruas de Porto Alegre, cancerosa³². No ano de 1877, Catarina vai viver na Santa Casa, onde prestará serviços como faxineira. No ano

.

³² Aquiles Porto Alegre, em *Histórias de Porto Alegre*, afirma: "por volta de 1884, eu encontrei Catharina, mais de uma vez, com um grosseiro chapéu de palha na cabeça e chinelos sem meias, atravessando as ruas da cidade [...]. Estava cancerosa e apresentava um aspecto repugnante, ao ponto de eu nunca poder explicar com que atrativos aquela mulher fatal, com promessas de amor, fez tantas vítimas!" (1940, p. 183).

de 1891, Catarina morre e é enterrada como indigente no cemitério da Santa Casa. Quanto à situação de Henrique, o corcunda, nada se saberá.

José Ramos, por sua vez, em 1879 contrai pneumonia e é internado na Santa Casa³³. Depois, mesmo curado da doença, continua vivendo no hospital. Torna-se benquisto entre os médicos e administradores, e a certa altura trabalha como auxiliar de enfermagem. Ramos também morre³⁴ na Santa Casa, em 1º de agosto de 1893, completamente cego e leproso. Seu crânio foi conservado pelos médicos para posteriores estudos.

³³ De acordo com C. Elmir (2004), a leitura dos livros de registros da Santa Casa aponta para pelo menos oito internações de José Ramos naquele hospital, o que vai ao encontro da versão de D. Freitas de que a partir de determinado momento o apenado passou a morar na Santa Casa. Contudo, a descrição feita por outro jornal por ocasião de sua prisão, em 18 de abril de 1864, já aponta a fragilidade de sua saúde: "Este é um homem de cara oval, faces pálidas e cadavéricas, olhos felidos [sic], nariz aquilino e recurvado, barba negra e cabelos também negros. É homem muito doente, alto, mas de corpo franzino" (MERCANTIL, 19 abr. 1864, p. 2).

³⁴ O *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1897* (ver p. 67) noticia a morte de José Ramos na enfermaria da cadeia civil, diferente da versão de D. Freitas, de que seria na Santa Casa. A data da morte referida fonte também não confere com a indicada pelo historiador D.Freitas.

1.2 NARRATIVAS JORNALÍSTICAS: "NO CALOR DO MOMENTO"

Veio-se a saber do ocorrido certamente de boca em boca, antes mesmo de as notícias serem transformadas em texto. Isso porque estamos na Porto Alegre do século XIX, com pouco mais de 20 mil habitantes. Todos deviam se conhecer e também construir, pelo que viam e ouviam a respeito dos crimes da rua do Arvoredo, a sua própria versão dos fatos. Entretanto, os primeiros meios responsáveis por construir o fato em narrativa e por manter os leitores informados sobre os últimos acontecimentos que sacudiram a cidade são os jornais da época, tais como o *Mercantil*, o *Deutsche Zeitung*, o *Diógenes*, entre outros.

A seguir entrecruzaremos as notícias desses jornais, a fim de recompor como os fatos foram construídos "no calor do momento". O primeiro jornal a noticiar a descoberta dos crimes perpetrados por José Ramos é o *Mercantil* de 19 de maio de 1864, que relata em primeira mão o ocorrido: "Ontem a população de Porto Alegre passou o dia sob a pressão de um horrível acontecimento. Perpetrara-se um crime revestido de horrorosas circunstâncias" (p. 2).

Já o *Deutsche Zeitung*, jornal da cidade publicado em alemão³⁵, um dia depois, fornece detalhes importantes aos leitores:

Em nossa pacata Porto Alegre os habitantes tornaram-se testemunhas de crimes nunca vistos. Um antigo policial da corporação local de nome José Ramos, descendente de alemães e oriundo de Sta. Catharina, tirou de uma maneira terrível a vida de duas pessoas na sexta-feira dia 17(?) [sic] de abril. Ele soube atrair suas vítimas para sua casa, uma após a outra, quando as convidou para uma refeição amigável e as assassinou de forma assombrosa (20 abr. 1864, p. 3).

Mas antes de trazermos à luz como os fatos são noticiados nas narrativas jornalísticas da época em que os crimes foram cometidos, é importante observarmos que tudo parecia ter começado com a suspeita do desaparecimento de Januário e do seu caixeiro José Ignácio de Souza Ávila. Os vizinhos estranham o fato de a porta do armazém do taverneiro estar fechada o dia inteiro. O fato aparentemente corriqueiro nos dias de hoje, desperta suspeitas e desencadeia a ação policial. O *Deutsche Zeitung* noticia a entrada da polícia no estabelecimento: "Entretanto, nenhum vestígio foi encontrado, a não ser que a gaveta do dinheiro estava vazia. Depois de muito perguntar aqui e ali, o chefe de polícia ouviu que Ramos foi o último a ter estado lá" (20 abr. 1864, p. 3).

_

³⁵ Periódico destinado aos leitores de origem germânica na cidade, visto que não eram poucas, dado o processo de imigração em curso.

Intimado a depor, Ramos alega que não conhece muito bem Januário e que o teria apenas acompanhado até o embarque em um lanchão que partira para o Caí. Isso explicaria o fato de o estabelecimento estar fechado e a vizinhança ter visto Januário passar com o suspeito. O chefe de polícia, por sua vez, entende oportunisticamente que Ramos não estava envolvido no desaparecimento de Januário e do seu caixeiro e decide liberá-lo. Oportunisticamente porque, como bem salienta o *Deutsche Zeitung* (20 abr. 1864), o suspeito é um antigo policial da corporação. Mas não é de conhecimento público que, mesmo afastado, presta serviços ao chefe de polícia como informante. A atitude de Callado de liberar o suspeito provavelmente esteja associada ao desejo de evitar que venha à tona o seu próprio envolvimento com o criminoso.

Entretanto, o *Mercantil* traz novos fatos ao caso que comprometem ainda mais José Ramos, como a introdução de uma testemunha-chave para a descoberta que se seguirá – um vizinho de Januário: "Antonio José Pereira afirma ter ouvido por diversas vezes a Ramos convidar Januário para jantar" (19 abr. 1864, p. 2). A partir de então as suspeitas recaem novamente sobre Ramos, e a Dário Callado não resta outra saída a não ser reiniciar as averiguações.

Na tarde de domingo, a mando do chefe de polícia, o subdelegado Antonio Caetano Machado Pinto, acompanhado do inspetor José Antonio de Sousa Ribeiro Júnior e da testemunha, dirige-se até a casa de José Ramos a fim de fazer uma busca, "visto haver desconfiança de que Januário se ocultava aí fugindo de credores" (MERCANTIL, 19 abr. 1864, p. 2). Entretanto, o que encontra por lá pode ser comparado a uma cena de filme de terror: "começando-se a cavar saíram à flor da terra alguns ossos humanos [...] No porão da casa foram encontrados os ossos putrefatos de um cadáver e ossamenta humana. Não eram, porém, os corpos dos que procurava" (id., ibid., p. 2). Havia, no entanto, no quintal um poço, que o suspeito repentinamente entulhara e sobre o qual convergiam as desconfianças:

Às primeiras enxadadas começaram a aparecer pedaços de carne humana e pouco depois dois cadáveres reconhecidos como serem de Januário e do menino; e do cãozinho que o acompanhava. [...] Os corpos achavam-se literalmente esquartejados tendo a cabeça separada do corpo e este dividido em muitas partes. A bengala, os sapatos, o chapéu de Januário foram encontrados em diversas partes da casa, bem como os sapatos e chapéu do menino. Encontraram-se, além disso, duas machadinhas, uma serra, cordas e uma machadinha nova ainda embrulhada em papel pardo (id., ibid., p. 2).

A partir dessa descoberta aterradora, comprova-se que o caso era muito mais complexo do que se esperava. Constata-se que se tratava de crimes em série. Januário e o

caixeiro não eram as únicas vítimas. Havia um terceiro cadáver, ainda não identificado, em estado avançado de decomposição, indicando que ocorrera outro crime antes do assassinato de Januário e do caixeiro José.

O *Deutsche Zeitung* especula a hipótese de o assassino ter tido cúmplices: "É provável que não tenha realizado estes atos sozinho. Ele vive com uma moça em concubinato e esta deve tê-lo ajudado; talvez, inclusive, outros" (20 abr. 1864, p. 3). No entanto, só mesmo com o decorrer das investigações e dos interrogatórios é que alguns detalhes da trama escabrosa são trazidos à luz do dia.

Catarina é a primeira a ser interrogada pelo chefe de polícia. É importante dizer, a respeito dessa mulher enigmática, que não há qualquer descrição que confirme a tradição arraigada no imaginário social segundo a qual ela seria loira e possuidora de grande beleza física. Segundo o *Mercantil*, "Catarina é uma mulher alta, de cabelos negros, falando regularmente o português, de feições vulgares e já fanadas para a idade de vinte e oito anos que diz ter", 36 (19 abr. 1864, p. 2).

No depoimento à polícia, Catarina mostra-se disposta a ajudar, respondendo a todas as perguntas com energia e coragem, dirá o *Mercantil* (19 abr. 1864). A postura de colaborar com as investigações não passava de uma tática para ludibriar a polícia, de diminuir as suspeitas sobre seu envolvimento nos crimes e assim incriminar José Ramos. Palse afirma que estava presente quando o "marido" trouxera para casa, primeiro Januário, depois o caixeiro. Entretanto, para defender-se da responsabilidade dos crimes, declara não ter presenciado os assassinatos. Desculpa-se por não ter denunciado às autoridades os crimes cometidos por Ramos, alegando sentir medo do companheiro.

No entanto, o *Mercantil* traz um fato que levanta a suspeita de que Catarina não era tão inocente como aparentava. O jornal noticia que Palse durante o seu depoimento confessa ao chefe de polícia que, enquanto Ramos perpetrava as mortes e o esquartejamento, ela teria presenciado "essa selvagem operação de uma janela" (19 abr. 1864, p. 2).

Ora, se Catarina diz não ter estado presente durante os assassinatos, alegando que no momento da morte do taverneiro saíra para dar água às galinhas, e no caso do garoto, fora buscar água para o mate, como assistira a tudo de uma janela? Certamente o leitor que acompanhava atento o desenrolar do assombroso caso através dos jornais percebe que Catarina estava faltando com a verdade e que tentava não ser incriminada.

٠

³⁶ O ensaio de D.Freitas também faz menção à falta de beleza de Catarina. Segundo o autor, Jean-Pierre Caillois, a teria visto no tribunal e registrado em suas memórias uma impressão que contradiz a tradição popular: afirma que Catarina Palse era inteiramente desprovida de dotes físicos e, por ser baixa e obesa, mal se poderia acreditar que despertasse atração (1996, p. 37).

O depoimento da lavadeira Senhorinha, também moradora na casa do assassino, é em tudo comprometedor para Catarina e também para Ramos. Declara nada ter visto, pois na noite que se perpetrou o crime fora fechada em seu quarto por Palse e achara-se impossibilitada de sair. Esse detalhe aponta para a culpabilidade, o envolvimento de Catarina nos crimes. Além disso, ela afirma ter visto na sala da casa de José Ramos um homem velho, e também ter visto horas depois a patroa limpar as manchas de sangue da escada, dirá o *Mercantil* (19 abr. 1864).

As edições posteriores do *Mercantil*, além de deixar claro que Catarina é no mínimo cúmplice nos crimes, acrescentam mais alguns pormenores à trama. O leitor fica a par de alguns detalhes, como, por exemplo, o modo pelo qual se deu a morte de Januário e do menino José. Embasado nos relatos de Catarina, o jornal noticia:

Achavam-se à mesa jantando Januário e Ramos quando foi aquele vítima de uma machadada que o assassino lhe descarregou da direita para a esquerda, e que entalhou o machado no crânio de Januário. Quando o menino tomava ele mate sentado no sofá da sala quando Ramos que se achava ao lado deu-lhe duas canivetadas sobre o coração e arrastou-o para o quarto sobre a cama onde deu-lhe um golpe de machado que lhe tirou a vida de todo (22 abr. 1864, p. 2).

Ao interrogatório de Catarina sucedeu o de Ramos. No texto jornalístico, Ramos é assim descrito: "Este é um homem de cara oval, faces pálidas e cadavéricas, olhos felidos [sic], nariz aquilino e recurvado, barba negra e cabelos também negros. É homem muito doente, alto, mas corpo franzino" (MERCANTIL, 19 abr. 1864, p. 2). Mas, pelo visto, a fragilidade e seu estado debilitado descrito pelo jornal não é capaz de lhe conter o espírito homicida. No interrogatório, foram numerosas as contradições em que José Ramos caiu, mas "com seu descaramento" (id., ibid., p. 2) habitual encastela-se em uma negativa contínua:

Depois de ter declarado que estivera com Januário na sexta-feira última, disse que o não via há mais de dois meses; que não sabia do modo por que os cadáveres foram parar no poço, e que só Catarina e Henrique, um corcunda que morava com eles, poderiam saber, pois estivera ausente de casa toda a tarde de sexta-feira (id., ibid., p. 2).

Henrique, mencionado por Ramos, também é chamado para depor. Mas o depoimento é sucinto. Henrique alega que ignora as circunstâncias dos crimes e que morara por um período na casa de José Ramos, mas antes de os crimes acontecerem. Confessa, entretanto, que no dia do crime, coincidentemente, fora até a casa da rua do Arvoredo deixar uma japona para Catarina reformar.

Sobre o suposto envolvimento de Henrique nos crimes, o *Deutsche Zeitung*, antes mesmo de terminarem as investigações policiais, se empenhará em afirmar categoricamente que ele é inocente. O jornal lamentará em várias de suas edições o fato de o suspeito ter sido conduzido com as mãos amarradas às costas até à delegacia. Cogitará a possibilidade de que "Ramos também o tenha escolhido como vítima, pois Henrique tinha algum dinheiro, cerca de aproximadamente quinhentos mil-réis emprestados" (27 abr. 1864, p. 3). Ainda segundo esse jornal, Ramos sugeriu a Henrique que levantasse essa soma e comprasse, com ele, uma venda: "É quase certo que, uma vez tendo o dinheiro em mãos, Ramos teria despachado Henrique para o outro mundo" (idem, p.3).

A atitude do *Deutsche Zeitung* em inocentar Henrique pode estar associada ao fato de o acusado ser alemão, pois o jornal era voltado para público etnicamente definido, o alemão. Entretanto, é oportuno lembrar que Henrique Rithmann, cujo "rosto é sombrio e impenetrável" (MERCANTIL, 19 abr. 1864 p. 2), é um dos personagens sinistros na história dos crimes da rua do Arvoredo, mas só se saberá disso alguns anos depois.

Enquanto isso, o *Mercantil*, por sua vez, avança nos fatos: noticia a identificação do cadáver da terceira vítima encontrada nos porões da casa como sendo o corpo de Carlos Claussner, desaparecido em setembro do ano anterior. A identidade do cadáver foi reconhecida por várias testemunhas, por meio de diversos objetos encontrados, entre os quais, roupas, papéis assinados por ele e um brinco que usava (20 abr. 1864).

O *Deutsche Zeitung* também comenta a descoberta do corpo de Claussner. Além das características mencionadas no *Mercantil*, o jornal alemão acrescenta como fator importante para reconhecimento do corpo o fato de a vítima ter "uma perna que era um pouco mais curta que a outra" (23 abr. 1864, p. 3).

É no *Mercantil* de 20 de abril de 1864 que aparece pela primeira vez a identificação de José Ramos como açougueiro. A partir disso, o açougue passa a ser mencionado como negócio. Até então, o que era sugerido nesse jornal é que Ramos havia tido um súbito enriquecimento, com provável origem no roubo das vítimas. O jornal também relata que, após o desaparecimento de Claussner, Ramos tomou posse do açougue e divulga pela cidade a notícia de que o comprara do próprio Claussner e que este se retirara para Buenos Aires.

Interrogada a propósito da morte de Claussner, Catarina afirma desconhecer as circunstâncias em que ocorreu a tal morte. No entanto, diz lembrar que "na época as diversas peças de fato e outros objetos foram trazidos pelo assassino para casa" (MERCANTIL, 21 abr. 1864, p. 2). Mas, segundo os relatos de *Deutsche Zeitung*, Catarina teria acusado Ramos de ser o único autor do crime (23 abr. 1864).

O exame a que se procede nos restos de Claussner constata que o açougueiro teria sido morto com dois golpes de machado na cabeça e depois cortado em pedaços, assim como as demais vítimas.

O *Mercantil* também relata que, quanto "ao assassinato de Klausen [sic], parece que foi praticado fora de casa e, depois de cortado o corpo, levado para casa, onde foi enterrado. As manchas de sangue ainda existentes nas caixas que pertenceram a Klausen autorizam esta suposição, pois Catarina a este respeito nada diz, visto não ter sido testemunha" (22 abr. 1864, p. 2).

No entanto, é importante ressaltar que não há nas páginas do *Mercantil* e tampouco no *Deutsche Zeitung*, os jornais que vinham acompanhando e noticiando de perto o caso, uma ligação entre os assassinatos e a venda da carne à população. *O Diógenes*, porém, é o primeiro jornal a que se teve acesso, a mencionar a palavra canibalismo, ao se referir aos assassinatos de Januário e seu caixeiro, cometidos por José Ramos e seus cúmplices: "Um desses crimes sem nome, um ato de verdadeiro canibalismo, acaba de ser perpetrado no centro de nossa cidade; revestido de todas as ferozes circunstâncias que se pudessem imaginar" (24 abr. 1864, p. 1). Entretanto, no decorrer da notícia a expressão "canibalismo" não se repete, e poderia estar se referindo a um ato de selvageria e nada mais.

Quem poderia esclarecer se houve ou não a fabricação de linguiça com carne de gente ou seriam os envolvidos nos crimes. Entretanto, José Ramos em todos os interrogatórios persiste em seu sistema de negativas. O *Deutsche* noticia que "Ramos continua negando, mas já caiu em contradições durante o interrogatório e deu o braço a torcer" (07 maio 1864, p. 3). Informação um tanto duvidosa, pois se sabe através do processo criminal, examinado a seguir, que Ramos nunca chega a confessar os crimes. Catarina, por sua vez, continua a sustentar as revelações que fez à polícia. E Henrique a negar sua participação no crime, dirá o *Mercantil* (26 abr. 1864, p. 1).

Dessa forma, o interrogatório dos acusados não resulta, até onde se tem conhecimento através das narrativas jornalísticas, em mais nada: "A não ser o que já se descobriu: que o mesmo [José Ramos] é o único autor e que Catarina é sua auxiliar, pois assistiu aos assassinatos de Januário e do rapaz e lavou os rastros de sangue. Por isso, está moralmente enquadrada dentro da mesma categoria do assassinato", dirá o *Deutsche* (07 maio 1864, p. 3).

Alguns indivíduos que foram detidos para investigações policiais são soltos, como é o caso, de Carlos Rathmann. Apesar do seu envolvimento na morte de Carlos Claussner, pouco se fala sobre ele nos jornais. Inclusive Henrique Rithmann, como esperava o *Deutsche*, é inocentado pelo chefe de polícia e nem sequer é denunciado pelo promotor nos dois primeiros inquéritos instaurados.

Ramos e Catarina são pronunciados e, segundo as estimativas do jornal alemão,

Devem, após o encontro do tribunal do júri, aguardar sua sentença. (O Art. 271 do Código Criminal determina: Se para praticar roubo, ou se durante o ato houver morte, pena de morte no [grau] máximo, castigo perpétuo em galés no [grau] médio e pena de vinte anos no grau menor) (21 maio 1864, p. 3).

Outro ponto relevante observado nas narrativas jornalísticas é o relato do conflito entre a população que acompanhava o caso e as tropas policiais. O incidente é fartamente comentado pelos diversos jornais da época. O *Deutsche Zeitung* noticia que no primeiro dia de interrogatório do criminoso e de sua concubina ocorreu um grande escândalo:

Uma massa de pessoas aglomerou-se em frente à casa do chefe de polícia e exigiu a entrega do assassino para praticar a justiça popular. A situação foi tão longe que a massa mostrou sua violência por meio do lançamento de pedras e garrafas quebradas. Entretanto, foi dispersa pelas tropas que foram convocadas e conduziram o dito criminoso para a cadeia. Infelizmente houve feridos, tanto na massa quanto entre a tropa. Comenta-se inclusive que um dos feridos já teria morrido (23 abril 1864, p. 3).

O *Mercantil* lamenta a atitude da população e lamenta mais ainda "a energia da autoridade no cumprimento de seus deveres, como a parte ativa que tomou a população porto-alegrense, que lavrou um solene de tão sanguinária página em um lugar onde a paz otaviana reinava" (19 abril 1864, p. 2).

No relatório aos presidentes da Província, dirá o chefe de polícia Dário Callado que as praças "a ninguém ofenderam, por se ter ordenado pontaria alta"³⁷. Entretanto, nas suas memórias, o cônsul Caillois fornece versão diferente:

A multidão se compunha de caixeiros de comerciantes portugueses, de pessoas habitualmente desocupadas e mesmo de alguns escravos. Sua cólera era muito grande e aparentavam não ter medo dos soldados. Os choques foram violentos e na altura do palácio presidencial morreram duas pessoas, uma das quais, um marujo fluvial e a outra um preto ³⁸.

O *Diógenes*, por sua vez, posiciona-se a favor de Dário Callado e exalta a sua atitude. Segundo esse jornal, ao chefe de polícia não sobraria outra opção a não ser tentar conter a agressão por parte do povo, que se tornava ainda mais acentuada nas proximidades da cadeia. Ainda segundo a versão jornalística, Callado estava apenas tentando cumprir o seu dever,

.

³⁷ Ver a esse respeito: OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO, 1993, p. 93.

³⁸ Ver a esse respeito: FREITAS, 1996, p. 70.

dando ao criminoso a proteção e a inviolabilidade que lhe garante a lei. O jornal argumenta que "não se mandou fazer violência ao povo, e que esses poucos casos de ferimentos acham a sua natural explicação na necessidade que tinham os soldados de defender-se" (24 abr. 1864, p. 2). Nessa ocasião, a força teria provado ainda mais a sua disciplina e não teria demonstrado nenhum empenho em molestar o povo, disparando alguns tiros apenas para intimidar. "O Sr. Dr. Dário Rafael Callado teria apagado as tradições de sua gloriosa carreira³⁹ na magistratura, se outro houvesse sido o seu procedimento" (id., ibid., p. 2).

Podemos sublinhar que a revolta por parte da população está associada ao fato de os envolvidos nos crimes serem de origem alemã. O *Deutsche Zeitung* referenda a informação de que o assassino era descendente de alemães (20 abr. 1864). Com o desenrolar dos fatos, intensifica-se a suspeita da presença de mais alemães envolvidos nos crimes. Inclusive, muitos alemães comparecem no tecer da narrativa, a circular em torno das vítimas ou do próprio assassino, que se autoapresentou como descendente de alemães. Henrique Rithmann não falava português, só lia e escrevia em alemão. O alemão Carlos Rathmann também morara por um período na casa de José Ramos. Deduz-se, então, que Ramos e Catarina deviam entender e falar o alemão e que teriam laços estreitos com os alemães.

Os jornais consideram também, entre as motivações para a manifestação violenta da população, a impressão horrorosa causada pelo assassinato duplo de uma criança e de um velho e o fato de ser de conhecimento público a brutalidade com que José Ramos atacava as vítimas. Dirá o *Mercantil*: "As horrorosas circunstâncias do crime se tinham espalhado, e o horror e indignação transbordavam":

Quando fez dele vítimas um velho e uma criança. O requinte de malvadez tocou a seu auge nessa fera com forma humana. A impavidez no crime era extrema; depois de matar sua vítimas para roubá-las ainda as trucidava e esquartejava para melhor esconder as provas de seus feitos (MERCANTIL, 19 abr. 1864, p. 2).

Ainda sobressaltavam ainda mais os ânimos da população os rumores de que José Ramos cometera outros crimes. Em relação essas suspeitas, o *Mercantil* noticia que novamente é feita a escavação do porão e do quintal da casa da rua do Arvoredo onde morava Ramos, "mas nenhuma outra prova do crime se achou além daquelas que constavam, o

-

³⁹ Já em *O maior crime da terra* consta que o magistrado nordestino enviado pela Corte para chefiar a polícia provincial era alvo de muitas críticas. O orador mais eloquente e temível da província, deputado Silveira Martins, denuncia prisões ilegais, espancamentos de presos e irregularidades administrativas: "Callado manda prender um homem só porque assobiou durante um espetáculo no São Pedro [...]. Negros não podem caminhar na calçada, e ao surpreender um na rua do Rosário, Callado lhe dá voz de prisão e manda dar-lhe 25 açoites que o inutilizam para o trabalho durante muito tempo" (FREITAS, 1996, p. 55).

assassinato de Januário e o menino". Inclusive "as outras casas em que Ramos morou em épocas anteriores são também examinadas, mas sem resultado algum" (26 abr. 1864, p. 1). Nesse sentido, não há referência no *Mercantil* e nos outros jornais a que se teve acesso, ao fato de ser relatado posteriormente em algumas narrativas⁴⁰ terem sidos descobertos mais corpos nas casas, em especial na chácara de Petrópolis onde Ramos vivera antes de ter ido morar na rua do Arvoredo.

 $^{^{\}rm 40}$ Ver a esse respeito: DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15 dez. 1948, p. 11.

1.3 PROCESSO CRIMINAL 1070

A redescoberta do processo n.º 1070⁴¹ levou o Arquivo Histórico a resolver publicar no ano de 1993 o seu texto na íntegra, bem como outros documentos jornalísticos que foram anexados aos autos⁴², num livro denominado *Os crimes da rua do Arvoredo*. A iniciativa de divulgar o conteúdo de um dos processos criminais a respeito dos crimes cometidos por José Ramos torna-se de suma importância, pois permite o acesso às fontes primárias⁴³, fornecendo elementos essenciais para análise crítica de informações veiculadas nas diversas narrativas orais e escritas produzidas sobre tais crimes no decorrer de quase 150 anos. Permite ainda a reconstituição dos fatos, embasada na argumentação e nas provas arroladas, possibilitando que o leitor, no desenvolvimento dos fatos, se transporte à Porto Alegre de 1864 e, num exercício de imaginação, seja co-partícipe dos escabrosos eventos.

As informações contidas na peça jurídica, assim como o trabalho de D. Freitas e as narrativas jornalísticas, sustentarão a análise dissertativa e auxiliarão no contraponto, no contraste e no levantamento das possíveis relações com as narrativas ficcionais *Cães da Província* e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo, foco principal deste trabalho. A seguir apresenta-se o conteúdo do referido processo.

O segundo processo dá conta das primeiras diligências realizadas pelo chefe de Polícia Dário Rafael Callado na casa de José Ramos, à rua do Arvoredo, quando recebeu a denúncia do desaparecimento de Januário e seu caixeiro, José Inácio⁴⁴. A respeito das mortes de

⁴¹ Em 1992, Roger Kiltensen, ao pesquisar no Arquivo Público do Estado para sua tese de doutorado – um trabalho sobre as classes populares e a construção social de ideias em Porto Alegre entre 1846 e 1893, defendido em agosto de 1997 na University of Wisconsin-Madison (ELMIR, 2004, p. 165) – consultando um maço de processos do Júri referente ao ano de 1864, constatou que os autos referentes ao caso haviam desaparecido. No seu lugar, o pesquisador deparou-se com a autorização por escrito, datada de 30 de julho de 1964, de um funcionário da instituição chamado João Carlos Fonseca, permitindo a outro funcionário, Victorino José Michel Filho, ver o calhamaço que descrevia os crimes cometidos por José Ramos (ZERO HORA, 14 jun. 1992). Essa descoberta involuntária acarretou uma série de investigações entre os órgãos da Secretaria da Cultura, as quais revelaram que um dos processos, o de número 1070, que trata do assassinato de Claussner, achava-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Estado, pelo menos desde 1972 (ELMIR, 2004, p. 165).

⁴² Apresentam-se anexados junto ao processo criminal referente aos crimes da rua do Arvoredo algumas peças documentais não integrantes dos autos: *Almanaque Literário e Estatístico para 1897*, *Anuário Indicador do Rio Grande do Sul*, *História Popular de Porto Alegr*e, de Aquiles Porto Alegre, e o jornal *O Diógenes* de 24 de abril de 1864.

⁴³ Quando o Arquivo Histórico publica esse documento, está implícito que o processo é fidedigno, que ele passou pelo crivo da crítica externa do testemunho. No entanto, vale ressaltar que não estamos desconsiderando, é claro, entre outros fatores, que tal peça jurídica é um discurso, com menor grau de subjetividade, mas ainda assim um discurso.

⁴⁴ O jornalista Coruja Filho (1962) escreveu: "na manhã de 15 de abril de 1864, os vizinhos de Januário, proprietário de um estabelecimento de secos e molhados, surpreenderam-se ao verem que o armazém estava fechado, assim permanecendo durante todo o dia. Dessa forma, levam o fato à polícia, o delegado Antônio Caetano Machado Pinto procede às primeiras averiguações, vindo a saber que Januário, poucos dias antes, teria sido visto na rua, em companhia de José Ramos. Às 17 horas, foi a autoridade à casa de Ramos, à rua do Arvoredo, investigar. O delegado, procurando falar a Ramos, disse querer obter algumas informações sobre o

Januário e do caixeiro, consta apenas o interrogatório a que foram submetidos José Ramos, Catarina Palse, Senhorinha – escrava de ganho –, Henrique Rithmann, Carlos Rathmann e outros conhecidos do casal e das vítimas. Tudo mais o que segue, é sobre o assassinato de Carlos Claussner: interrogatório de acusados, inquirição de testemunhas, perícias, instrução judicial e finalmente julgamento dos réus José Ramos e Carlos Rathmann.

No processo criminal consta que na busca e na exumação ocorridas no dia 18 de abril de 1864 na casa de José Ramos, foram descobertos no pátio da residência os cadáveres de Januário, do caixeiro e um não-identificado em avançado estado de putrefação:

> Após da remoção de alguma terra, apareceram ossos das extremidades inferiores e da bacia de corpo humano; prosseguindo o trabalho de escavação, no fundo de uma cova com três palmos de comprimento e dois de largura foi descoberto o resto de um cadáver humano ainda envolto em roupa, porém em avançado estado de putrefação [...]. No quintal, em um poço coberto de lixo e ramos verdes foram descobertos dois cadáveres, um de adulto e outro de menor, partidos em pedaços; estando as cabeças separadas dos troncos, estes mutilados e separados das extremidades, algumas das quais estão também mutiladas; ambos os cadáveres pareciam enterrados de pouco [...] Ambos os cadáveres estavam envoltos em roupas, e pelas pessoas presentes foram reconhecidos como os de Januário Martins Ramos da Silva e José Ignácio de Souza Ávila. Dentro do mesmo poço foi encontrado morto um pequeno cão de pelo preto [...] reconhecido como pertencente a Januário⁴⁵.

A fim de encontrar mais provas para os atos criminosos, as investigações prosseguem pelos diversos cômodos da casa. São encontrados, entre outros objetos suspeitos, a chave da venda de Januário, um par de botinas de criança, dois baús, mais tarde identificados como pertencentes a Carlos Claussner, dois relógios de ouro, entre outros objetos de valor, objetos incomuns para um homem de poucas posses e sem profissão definida. Mas havia provas mais importantes e comprometedoras:

> Na cama na parte exterior do travesseiro, junto aos pés, havia três nódoas de sangue como de mão suja que ali passou; sobre a mesma cama, que estava feita, um rodapé de cassa manchado de sangue, porém mal lavado; no assoalho em frente à porta uma larga nódoa de sangue coalhado, com especialidade embaixo da cama [...]. No passadiço por baixo da escada, dentro de um cesto entre outros objetos, uma escova e um trapo manchados de sangue ainda vivo. No porão da cozinha encontram-se dois machados de cabo curto, um de cabo mais comprido e uma serra (CRA, 1993, p. 13).

⁴⁵ OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO [Transcrição do processo-crime de nº. 1070]. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Escola Superior de Teologia, 1993, p. 13. Doravante esta referência será indicada pela sigla CRA, seguida do ano e da respectiva paginação.

misterioso desaparecimento do comerciante. Responde-lhe Ramos, com um modo grosseiro, que nada sabia a respeito, negando ter andado em companhia do pobre taverneiro" (p. 96-97). O delegado insiste no interrogatório e Ramos cai em contradições comprometedoras, daí a polícia toma a iniciativa de fazer uma busca na casa.

O auto de perguntas feitas a Catarina Palse⁴⁶ a respeito das mortes de Januário e do caixeiro e o seu depoimento no dia da apreensão na casa são bastante esclarecedores quanto à forma com que se sucederam os assassinatos das vítimas, mas não revelam toda a verdade sobre os crimes. Catarina afirma que na sexta-feira do crime esteve em sua residência Januário, proprietário de um estabelecimento na rua da Igreja, convidado por Ramos para jantar. Seriam quatro horas quando a interrogada declara ter saído para dar água às galinhas, e, quando voltou, achou o comerciante caído no chão. Depois disso, Ramos o teria agarrado e arrastado para o porão. O homem tinha dois ferimentos na cabeça, sangrava muito e ainda estava vivo (CRA, 1993, p. 14). Declara ainda que José Ramos, depois de ter depositado o corpo do comerciante no porão, já morto, saiu e voltou trazendo consigo um menino – o caixeiro de Januário –; os dois sentaram-se à mesa e puseram-se a comer. Mais tarde, Catarina diz ter saído para falar com a preta Senhorinha, perguntar-lhe se tinha água para o mate e, quando voltou para a sala, encontrou Ramos arrastando o corpo do menino, já morto. O garoto também tinha duas grandes feridas na cabeça.

Ao ser questionada sobre o local em que José Ramos depositara os dois cadáveres, Catarina responde que, depois de cortar os dois corpos em pedaços, Ramos os teria levado para o quintal e os atirado em um poço e coberto com areia. A tudo isso Catarina teria assistido da janela da varanda. À pergunta sobre a quem pertencia o cachorro preto enterrado na mesma cova do homem e do menino, Catarina afirma que era de Januário, que o havia trazido consigo. José Ramos teria matado o animal à noite (CRA, 1993, p. 14).

A interrogada revela que o instrumento utilizado por Ramos nos crimes teria sido um dos machados apreendidos na casa (CRA, 1993, p. 14). Dário Callado mostra-lhe vários objetos, que ela identifica como pertencentes às vítimas. Nesse momento, pela primeira vez, Catarina cai em contradição. Diz reconhecer os botins que lhe foram apresentados, como pertencentes ao menino assassinado por Ramos. Afirma que estava na varanda quando José Ramos os atirou lá de baixo e que não sabia que ele matara o garoto também. Essa declaração não coincide com a anterior, de que encontrou o menino morto na sala depois que fora falar com Senhorinha. Ao ser questionada sobre isso, Palse diz não ter se explicado bem. Estava na

⁴⁶ Inquirida pela polícia, Catarina Palse diz ter 27 anos, ser solteira, filha de Huberto Palse, natural da Hungria, trabalhar como engomadeira e não saber ler nem escrever (CRA, 1993, p. 14). No entanto, sabe-se depois que Palse seria o sobrenome do marido falecido e não de seu pai. Declarando-se solteira, Catarina é referida no processo como amásia de José Ramos. Portanto, não pertencia ao que se convencionava chamar a "ordem formalmente estabelecida". Logo, não apresentava o que se entendia por boa conduta, impressão esta agravada por declarações suas, no andar do processo, de que costumava sair à noite de casa e que uma das vezes voltara depois da meia-noite, fato estranho, pois nenhuma mulher respeitável se arriscava, em 1864, a andar à noite e ser rotulada como prostituta.

varanda, foi falar com Senhorinha e, na volta, teria ouvido um gemido do garoto e barulho de alguma coisa caindo, lá embaixo, no porão. Foi então que Ramos atirou os botins do menino e apareceu arrastando o corpo.

Frente ao que foi exposto, observamos no discurso da interrogada algumas contradições e omissões em sua confissão, pois era por demais ingênua a explicação de que, quando Ramos perpetrava os dois crimes da tarde de sexta-feira, ela estava ausente. Percebemos a estratégia de Catarina de tentar atenuar sua culpabilidade, alegando que fora mera espectadora dos crimes e confirmando apenas a autoria de José Ramos no assassinato de Januário e de seu caixeiro, cujos cadáveres foram encontrados no quintal.

No entanto, o depoimento da escrava que atendia pelo apelido de Senhorinha, também moradora da casa da rua do Arvoredo, compromete a versão através da qual Palse procurou isentar-se do envolvimento nos assassinatos, trazendo novos e relevantes elementos para a elucidação do caso. Senhorinha confirma ter visto Januário sentado no sofá da sala com José Ramos. Depois disso, teria saído para lavar roupas e, ao voltar, não vira mais o proprietário da venda, e sim encontrou Catarina lavando a escada manchada de sangue. Quando ela perguntara de quem era o sangue, a patroa lhe teria respondido que era de uma galinha que Ramos havia matado e jogado pela janela, de modo espalhara sangue pela casa. Mais tarde, Senhorinha avista um menino sentado no sofá. Ao retornar à casa, não o vê mais (CRA, 1993, p. 19).

Outro indício que aponta para o envolvimento e a cumplicidade de Catarina nos crimes é o fato de ela ter trancado a porta da cozinha e a outra do meio da casa que dava acesso à sala. Provavelmente tenha feito isso para que Ramos terminasse de esquartejar as vítimas que matara naquele dia. Dessa forma, a lavadeira não podia sair nem para o quintal, nem para a rua. Palse, ao abrir as portas no sábado, teria justificado sua atitude dizendo que o menino que Senhorinha vira na sala andava fugido dos pais e José Ramos o tinha ido levar de volta para sua família, por isso fora necessário fechar as portas para que o garoto não fugisse novamente (CRA, 1993, p. 19). Para a polícia Catarina dará outra versão; dirá que isso não tem nada a ver com os crimes cometidos por Ramos, e que fechou a porta devido à fumaça do mocotó que Senhorinha preparava naquela ocasião (id., ibid., p. 20).

Levando em consideração os indícios que apontam para o envolvimento de Catarina nos crimes, é de causar estranheza que sua pena tenha sido atenuada, pois se sabe que em 12 de agosto de 1864 o casal é condenado pelas mortes de Januário e do garoto, José Inácio. Ela é condenada ao grau médio, ou seja, apenas treze anos e quatro meses de prisão, enquanto Ramos é condenado à morte na mesma sessão, sentença que mais tarde será comutada para prisão perpétua com trabalho. Mais estranho ainda, é o fato de Palse nem sequer ser indiciada

pela morte de Carlos Claussner, fato que será também questionado por José Ramos, mais tarde, quando for julgado pelo assassinato do acougueiro.

Já a respeito do cadáver desconhecido em estado avançado de decomposição, Catarina afirma desconhecer, pois ela e Ramos estavam morando na casa apenas havia sete meses. No decorrer do dia da exumação na casa do casal, surge a hipótese de que os restos cadavéricos pertenceriam a Carlos Claussner, estabelecido com um açougue, desaparecido em princípios do mês de setembro de 1863. O resultado do exame desses restos mortais, expresso em 27 de abril de 1864, aponta que a causa da morte não teria sido natural e sim decorrente de lesões ósseas no crânio, fraturas aparentemente produzidas por instrumento cortante e contundente como um machado (CRA, 1993, p. 46), talvez o mesmo que José Ramos tenha utilizado para matar Januário, o caixeiro e as demais vítimas em 1863.

Ainda segundo o exame pericial, os restos humanos pertenciam a um só indivíduo, do gênero masculino e maior de trinta anos. De acordo com os peritos, os ossos examinados tinham mais de seis meses e menos de um ano de sepultamento, coincidindo com o mês de desaparecimento de Claussner, setembro de 1863. Ao analisar o crânio, pelos caracteres dos cabelos, que eram castanhos, finos, corredios e longos, julgavam que o indivíduo seria da raça caucasiana, características que conferem com as do açougueiro. Mas realmente decisivo para a identificação de Claussner foi saber que

[...] os ossos próprios do nariz são grandes e apresentam uma depressão para o lado esquerdo [...] nota-se, sobre as fossas temporais, e apófises mastóides na sorte de membrana que facilmente se despedaça, restos prováveis da pele e do plano muscular que reveste esta região: colado a esta membrana nota-se um brinco de ouro de forma circular (CRA, 1993, p. 46-48).

As testemunhas chamadas para prestar depoimento confirmam que Carlos Claussner possuía esses traços especiais. A primeira testemunha e amigo da vítima, Carlos Schimdt⁴⁷, confirma o defeito no nariz no lado esquerdo, devido à cirurgia que Claussner teria feito para retirada de um postema. Inclusive no passaporte da vítima constam tais características: além de uma cicatriz no olho esquerdo até a boca, possuía o nariz um pouco torto (CRA, 1993, p. 34). Schimdt ratifica ainda que o açougueiro usava um brinco de ouro na orelha. Essas evidências levam a polícia a concluir que o corpo encontrado no pátio de José Ramos era de Claussner.

_

⁴⁷ Carlos Schimdt conhece Carlos Claussner por terem sido companheiros no mesmo açougue, durante oito meses, no ano de 1862, e a partir daí teriam se tornado amigos (CRA, 1993, p. 51).

O desaparecimento de Claussner não causou suspeita, segundo declararam as testemunhas, por dizer ele, muitas vezes, que pretendia retirar-se para Montevidéu. Frederico João, segunda testemunha chamada para depor, diz ao chefe de polícia que Claussner havia expressado que desejava ir para Montevidéu ou Buenos Aires, mas antes disso precisava juntar dinheiro. Dias depois, ao comprar carne no açougue, para sua surpresa, lá encontrou José Ramos e Rathmann; ao perguntar por Claussner, Ramos teria respondido que o açougueiro havia ido para a Colônia de Petrópolis e depois desse dia nunca mais tivera notícias suas.

Entretanto, a informação fornecida por Ramos demonstra-se sem fundamento, pois foram apreendidos em sua casa diversos objetos pertencentes a Claussner e de seu uso habitual, dos quais não se separaria mesmo empreendendo longa viagem. Ao serem apresentados os objetos encontrados na casa da rua do Arvoredo a Schimdt, a testemunha reconhece como sendo de Claussner os dois baús verdes, e afirma ainda que a vítima no baú maior guardava roupas e no outro papéis e coisas miúdas. Outros objetos também são reconhecidos como pertencentes ao açougueiro, entre eles

Um paletó de pano, três coletes de lã verde, uns aventais de algodão azul e um travesseiro, colarinhos e peitos de camisa, uma tampa de caixa de cartão e um mapa e a caixa de metal para relógio, e sendo quebrado o selo e mostrado o relógio contido na mesma caixa, reconheceu também como pertencentes a Claussner o relógio e o cordão de cabelo [...] (CRA, 1993, p. 52).

Ao ser dado o direito ao réu de contestar, José Ramos nega serem de Claussner os objetos reconhecidos pelas testemunhas. Tais pertences teriam sido comprados de colonos alemães havia mais de um ano e meio. Ramos ainda declara ter comprado o açougue de Claussner e que teria levado para casa somente os objetos que encontrara abandonados no açougue, dentre eles, os dois baús reconhecidos pelas pessoas interrogadas como sendo do açougueiro. Schimdt, ao observar a assinatura do recibo que supostamente Claussner teria assinado passando seu açougue a José Ramos, diz à polícia que não lhe parece a assinatura do amigo, pois ele escrevia sempre com caracteres alemães.

O que vai ser decisivo para provar a falsificação do recibo será o auto de exame e corpo de delito entregue à Justiça em 9 de maio de 1864, pelos peritos Georg Pfeiffer e Rodolfo Appenzeller. Tal exame concluirá que o comprovante "parece ser falsificado pela mão de José Ramos", pois constataram que o nome de Claussner no recibo se distingue por erros, pois consta "Carlos Klausen", enquanto o verdadeiro nome, segundo certidão de batismo, era "Carlos Gottlieb Claussner". Ao mesmo tempo, a letra e a assinatura no recibo

"têm toda a semelhança com as do punho de José Ramos" (CRA, 1993, p. 63). O fato de o comprovante ter sido falsificado constitui-se em dado fundamental na formação de culpa de Ramos pela morte de Carlos Claussner. Ao ser questionado a respeito da escrita do recibo o réu nega a acusação de ter falsificado tal documento, assegurando que foi o próprio Claussner que lhe entregou o recibo quando lhe vendeu o estabelecimento (id, ibid., p. 66).

Nesse ínterim, Catarina era pressionada pelo chefe de polícia para que confessasse como se deu a morte de Carlos Claussner e os motivos que levaram o amante a cometer tal ato. Mas a pressão será pobre em resultados, pois Palse alegará que sequer conhecera a vítima e ratificará apenas o que o chefe de polícia já sabia: Ramos vendeu carne no estabelecimento de Claussner por algum tempo.

Outro fator relevante que consta no processo criminal é que, ao tempo do crime cometido contra Carlos Claussner, o réu Carlos Rathmann era companheiro de José Ramos, residiam juntos, juntos estiveram no açougue e juntos removeram os objetos pessoais do estabelecimento. Rathmann foi visto no dia subsequente ao desaparecimento do açougueiro em companhia de Ramos, pela sétima testemunha a depor, Carlos Lorenz, que afirmou ter presenciado Rathmann servindo como ajudante de José Ramos no açougue da rua da Ponte, depois que este supostamente o havia comprado de Claussner (CRA, 1993, p. 60).

Dessa forma, os indícios apontam para que o delito de José Ramos cometido contra o açougueiro também alcance, pelo menos na qualidade de cúmplice, o acusado Carlos Rathmann, nas circunstâncias de morar este ao tempo do crime com Ramos, conforme ele mesmo confessou, e por ter sido visto junto com Ramos no dia subsequente ao desaparecimento de Claussner. Sobre o motivo de estar em companhia de José Ramos no açougue, Rathmann responde que:

Tendo-lhe José Ramos dito que Claussner se havia retirado para Montevidéu, pediu a ele respondente que fosse para o açougue a fim de vender carne em suas ausências, o que ele respondente fez durante dois dias, isto no ano passado [...], findos os dois dias o alemão Fetter não quis mais fornecer carne ao José Ramos, este resolveu fechar o açougue e mudar os trastes para sua casa (CRA, 1993, p. 64).

O réu nega a suspeita de ser sócio ou caixeiro de Ramos, apenas reafirmando que ajudou no açougue por alguns dias, quando este lhe disse que o tinha comprado de Claussner. No entanto, as suspeitas sobre o envolvimento de Rathmann no crime são agravadas pelo depoimento de Joaquim Antonio Machado da Roza, sexta testemunha chamada para ser ouvida, que revela:

Havia oito meses ou dez meses o réu Carlos Rathmann lhe entregou para amolar um facão de dois cabos e uma machadinha de açougue, ele testemunha amolou e entregou ao mesmo réu; no dia seguinte o réu José Ramos veio ter com ele testemunha e perguntou-lhe se tinha feito aquele serviço e por quanto, o que ele testemunha explicou-lhe (CRA, 1993, p. 58).

Depois de tomados todos os depoimentos das testemunhas e frente às inúmeras evidências que apontam para a culpabilidade de José Ramos, em 15 de julho de 1864 ele é acusado de assassinato. Recaem-lhe as seguintes acusações: teria em princípio de setembro de 1863, na rua da Ponte, matado Claussner em sua residência. Depois de ter cometido a morte, teria tirado para si por meio de violência todos os efeitos que encontrara na casa do açougueiro, parte dos quais foram apreendidos na residência do réu. Além disso, foi acusado de ter cometido o crime com premeditação, havendo decorrido mais de vinte e quatro horas entre o desígnio e a ação. Inclusive teria realizado o crime com abuso de confiança nele posta, e com isso empreendido o delito com surpresa. E depois disso, teria o réu fabricado e assinado o recibo, cuja falsidade foi reconhecida pelo exame pericial, para atribuí-lo a Claussner e desse modo justificar a aquisição que fazia do açougue e mais objetos da vítima.

Já o réu Carlos Rathmann é acusado de ter concorrido diretamente para que José Ramos perpetrasse o crime. Frente a essas acusações, foi pedida a condenação de Ramos, segundo o código criminal, ao grau máximo, bem como a condenação de Rathmann no grau médio e para que assim fossem julgados⁴⁸ (CRA, 1993, p. 72). Vale chamar a atenção para o fato de que Rathmann é acusado somente para cumprir protocolos, pois será absolvido por unanimidade dos delitos dos quais estava sendo pronunciado.

As testemunhas são notificadas⁴⁹ para depor na sessão do júri iniciada em 8 de agosto. Foram sorteados quarenta e oito jurados para participar da sessão. Averiguou-se estarem presentes trinta e seis pessoas à sessão (CRA, 1993, p. 79). Destas, doze foram sorteadas na hora⁵⁰, após a impugnação de dois jurados pela promotoria e de outros seis pelos réus.

⁴⁸ Quanto à qualificação dos réus antes do julgamento, consta que José Ramos disse ser filho de Manoel Ramos e de Maria da Conceição, ter 26 anos, ser solteiro, não ter profissão, ser brasileiro, ter nascido em Santa Catarina e saber ler e escrever. Já Carlos Rathmann informou ser filho de Mellior Rathmann e Catharina Rathmann, ter 61 anos, ser casado, seleiro de profissão e de nacionalidade alemã. Sabendo ler e escrever, nasceu no Ducado de Essem, em Kassel (CRA, 1993 p. 49-50). Ramos e Rathmann declaram ser pobres e não ter quem os defendesse; assim, o Juiz nomeia como defensor do primeiro a Francisco Xavier da Cunha, e do segundo, a João Pereira Maciel, que aceitaram a nomeação (id., ibid., p. 79).

⁴⁹ Foram notificados: Carlos Lorenz, Carlos Schmidt, João Ermano Adolfo Tehse, João Hugo Tehse, Antonio Fernandes da Silva, Frederico João, Antonio Lehmann, Joaquim, menor, filho de João Antonio Machado da Rosa (CRA, 1993, p. 77).

⁵⁰ Foi mandado ao menor Delfino José Nunes que tirasse as cédulas cada uma por sua vez, e as lesse ao mesmo tempo em que eram extraídas. Saíram sorteados para compor o júri os seguintes nomes: Candido de Albuquerque

No auto do interrogatório de José Ramos no dia do julgamento, constam, entre outros questionamentos, se o réu sabia o motivo pelo qual estava sendo acusado e se precisava de algum esclarecimento a esse respeito; Ramos responde ardilosamente

[...] que ele sabe que é pelo fato de acharem no porão de sua casa os fragmentos de um esqueleto que se supõe ser de Claussner, mas que ele respondente é vitima de indícios sem que haja uma prova convincente a respeito de sua criminalidade, sendo que muito se admira que a ré Catarina Palse não tenha sido induzida no presente processo, sendo ela que governava a casa em que com ele morava e, admitindo ali diversas pessoas, é quem podia saber como se passaram esses fatos e dar uma explicação razoável, e que quanto a este crime e ao outro por que já foi condenado ele respondente é inocente, assim como também é pelo presente crime aquele que hoje comparece como seu cúmplice (CRA, 1993, p. 82).

Em vários momentos do interrogatório observamos nas respostas de José Ramos a tentativa de retirar de si a culpa pelos crimes e também de responsabilizar Catarina. Afirma que quando chegou em casa estava sua mulher com Henrique, que lá morava havia cerca de três semanas, sugerindo que quem poderia saber a esse respeito seriam os dois. Ao ser questionado sobre as manchas de sangue na casa e no lençol de uma das camas, Ramos sugere também que Palse seria a pessoa mais indicada a responder, pois era ela que cuidava da limpeza da casa e da roupa suja.

Henrique Rithmann, que também fora ouvido pela polícia, ardiloso, consegue despistar qualquer suspeita⁵¹. Ao ser questionado sobre Claussner, nega tê-lo sequer conhecido; afirma desconhecer as circunstâncias da prisão de José Ramos, apenas sabia que haviam encontrado na residência dentro de um poço, carne, mas que seria de boi, e que essa informação obtivera de vizinhos de Ramos (CRA, 1993, p. 18). Depois de tomar seu depoimento, o chefe de polícia entende que Henrique não estava envolvido no assassinato do açougueiro e manda-o em paz, livre de qualquer suspeita.

Ramos se mostrará extremamente dissimulado e calculista ao responder aos questionamentos do chefe de polícia, mas muitas vezes sustentará declarações inverossímeis e contraditórias, entre elas o fato de não saber como o corpo de Claussner foi parar no porão de sua casa. Isso porque a alegação de ignorância oferecida por José Ramos sobre a procedência

FI Henrique confirma que residiu na casa da rua do Arvoredo por alguns dias, a convite de José Ramos, mas ressalva que no período do assassinato de Januário e de seu caixeiro não estava mais morando na casa de Ramos, e que no dia dos tais crimes fora pela parte da manhã até a residência do casal deixar uma japona para Catarina consertar e no decorrer do dia não havia saído do hotel (CRA, 1993, p. 18).

Fernandes Gama, Manuel Ignácio Rodrigues, Luiz José da Fontoura Palmeiro, Francisco Ferreira Jardim Brasão, Domingos de Almeida e Oliveira, Luís Beltrão de Miranda e Castro, José Maria de Andrade, João Dias de Castro, João José Ferreira, Francisco de Paula Soares, Antonio de Lima Pinto e José Gonçalves Mendes Ferreira (CRA, 1993, p. 80).

do corpo encontrado em sua casa e reconhecido como do açougueiro é rebatida, pois o tempo de permanência desse cadáver na terra atestado pela perícia coincide com período da residência do acusado na casa.

Já o réu Carlos Rathmann, ao ser questionado se teria algo a declarar ou se possuía provas que justificassem ou motivassem sua inocência, responde:

Que não teve parte alguma nos fatos criminosos que se atribuem a José Ramos sobre o desaparecimento de Claussner, e que por morar em casa daquele por ocasião do desaparecimento deste (a quem supunha ter partido para Montevidéu em uma viagem por lhe dizer Ramos) foi por dois dias partir carne no açougue em que Ramos tinha ficado, a seu pedido, e como depois desses dois dias o alemão Fetter não quisesse mais fiar carne a Ramos este resolveu fechar o açougue e levar os utensílios para casa, cujo transporte ele auxiliou, mais que o fez sempre na melhor boa fé como em serviço que prestaria sempre a qualquer conhecido (CRA,1993, p. 83).

De conformidade com a decisão do júri, o réu José Ramos, no dia 13 de agosto de 1864, como se sabe, é condenado à pena de quatorze anos e um mês de prisão com trabalho e a multa de doze e meio por cento do dano causado com a falsidade, pagos pelo mesmo à custa em proporção devida.

No entanto, não se pode deixar de estranhar a falta de unanimidade dos jurados quanto à culpa de Ramos na morte de Carlos Claussner (10/2). Como regra, não há flagrante nesses crimes e isso permite a negação da autoria, negação que suscitará dúvidas nos julgadores quanto ao envolvimento do réu na morte do açougueiro, apesar de todas as provas arroladas e que incriminavam José Ramos.

Observamos também certa incoerência na votação de alguns quesitos, como por exemplo, se José Ramos teria tirado para si, por meio de violência, todos os efeitos que achou na residência da vítima. Ora, há meio mais violento do que matar e esquartejar Claussner, levar seu corpo em pedaços dentro do baú da própria vítima e todos os objetos de valor que encontrou na casa e ainda falsificar o recibo com a finalidade de justificar a aquisição que fazia do açougue? Para grande surpresa, o júri, com quase unanimidade de votos (11/1), não acreditou que José Ramos tenha tirado para si por meio de violência os pertences do açougueiro.

Mais surpreendente ainda é o fato de Carlos Rathmann ser absolvido por unanimidade pelo júri. Embora vários indícios apontassem para o seu envolvimento nos crimes, entre eles o fato de morar na casa de Ramos no período do crime, estar com ele no açougue imediatamente após o desaparecimento de Claussner e, segundo testemunhas, ter solicitado a

amolação de um facão de dois cabos e uma machadinha do açougue, a mando de José Ramos, o júri entendeu por sua inocência.

É importante atentar também para o fato de que, das oito testemunhas inquiridas no Sumário, pelo menos seis eram imigrantes alemães e protestantes (Carlos Schmidt, Frederico João, João Hugo Tehse, João Herman Adolfo Tehse, Carlos Lorenz e Antonio Lehmann). Cabe destacar ainda a presença de certa imprecisão na formulação das perguntas às testemunhas e até mesmo certo grau de indução de inocência na própria forma pela quais elas eram formuladas ou dirigidas às pessoas interrogadas. Nesse sentido, podemos citar uma das perguntas feitas à testemunha João Hugo Tehse, questionado se nada ouvira dizer contra Carlos Rathmann (CRA, 1993, p. 56). Talvez esses fatores tenham favorecido a absolvição do alemão Rathmann, ou seja, o fato de a maioria das pessoas ouvidas serem alemães assim como o réu e a forma como foi conduzido o inquérito no que dizia respeito ao seu envolvimento nos crimes.

1.4 A LENDA DOS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO

Frente ao exposto no processo criminal, comprovam-se muitas lacunas e mistérios envolvendo os crimes da rua do Arvoredo; a absolvição por unanimidade de Carlos Rathmann é apenas um deles. Há também controvérsias quanto à suspeita de José Ramos ter fabricado linguiça com carne de gente; todos os documentos disponíveis autorizam a afirmação, embora não muito categórica, de que foi forjada uma lenda. Quer no processo instaurado contra José Ramos e Carlos Rathmann, analisado, quer nos relatórios de investigações policiais e nos jornais da época⁵² a que se teve acesso, não encontramos referências àquele fato. No entanto, *O maior crime da terra*, de D. Freitas, contém alusões ao sinistro encaminhamento que Ramos teria dado aos cadáveres de suas vítimas, sustentando a tese do fabrico de linguiça de carne humana.

Em relação ao ensaio de D. Freitas, é interessante lembrar que os crimes em que refere essa situação seriam aqueles seis ocorridos em 1863, descritos pelo autor. Assim, ficam excluídos os outros três pelos quais Ramos respondeu processo, isto é, os assassinatos de Januário, do caixeiro e de Claussner, cujos restos mortais foram encontrados no quintal da casa da rua do Arvoredo. Mesmo porque, entre as ossadas encontradas, várias estavam com os restos em decomposição, a exalar forte cheiro. Ora, se o destino dos cadáveres fosse realmente a transformação em linguiça, os ossos deveriam estar limpos. No entanto, não se tem conhecimento a respeito dos corpos das supostas seis pessoas assassinadas por Ramos e seus comparsas. Não há nenhum registro ou documento que comprove ou ateste a existência dessas vítimas. Exceto o processo referente às seis mortes, ou seja, ao caso da linguiça feita com carne humana, do qual D. Freitas, no decorrer de seu ensaio histórico, afirma possuir fotocópia⁵³.

Entretanto, o que causa certa estranheza é que em nenhum momento o autor faz uso de tais fontes no decorrer do seu trabalho, preferindo valer-se de informações fornecidas por outros meios: pelo diplomata francês Jean-Pierre Caillois, expressas no livro *Memoires d'un diplomate*, e pelo livro de memórias de Francisco José Furtado, intitulado *Minhas viagens pelo Brasil* (Recife, 1891). Esse é um dos argumentos com que C. Elmir sustenta a tese de que *O maior crime da terra*, de D. Freitas, é uma narrativa ficcional.

⁵² Exceto o jornal O *Diógenes*, de 24/04/1864, que é o primeiro a mencionar a expressão canibalismo, como já foi mencionado, no decorrer do relato essa palavra não se repete.

⁵³ Ver a esse respeito: FREITAS, 1996, p. 94.

De acordo com C. Elmir, o projeto de D. Freitas de "separar a história e a lenda nos crimes de José Ramos" (FREITAS, 1996, p. 19) acaba por não se realizar de fato. As memórias do diplomata francês Caillois constituem, na narrativa e, especialmente, na recuperação das informações sobre o fabrico da linguiça e o canibalismo, importante "fonte de consulta". Segundo C. Elmir, na documentação consular disponível junto ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, consta um livro de registro da representação estrangeira na Província, no qual não aparece o nome do referido diplomata. Tampouco em nenhum momento D. Freitas faz registro das páginas de onde extraiu as passagens do texto de Caillois, embora delas faça citações diretas. Em relação às informações extraídas do livro *Minhas viagens pelo Brasil*, do magistrado maranhense Francisco José Furtado, a situação não é diferente. Este teria acompanhado o depoimento de Catarina, em 1868, e registrado suas impressões no referido livro. D. Freitas faz menção a várias citações desse autor, mas sem mencionar as páginas.

Não se pode deixar de levar em consideração ainda o fato de que muitos componentes na história dos crimes da rua do Arvoredo autorizam a pensar que o caso da linguiça humana não passa de uma boa lenda. Nessa perspectiva, os versos finais do poema em epígrafe na abertura do capítulo revelam toda a sua importância: "Memória que ficou guardada/ Lenda arrebatada/ Paixão".

Para melhor nos aproximarmos da lenda, cabe trazer a definição de Bertrand Bergeron na obra *Au royaume de légende*, baseando-se nas leis de Van Gennep:

A relação oral (pontual e temporal) livre (da qual nem as palavras nem a informação pertencem a tradição *a priori*), feita por um narrador (ele pode ser tanto uma testemunha direta quanto um elo na cadeia de transmissão) deficiente (não possuidor de todos os dados do que conta) e não especializado (qualquer um pode se fazer vetor de uma lenda) de um acontecimento (ou seja, um fenômeno fundador) localizado (inscrito na geografia), personalizado (referente a seres históricos, em oposição a seres míticos), situado no tempo (identificável no tempo cronológico, em oposição ao tempo não histórico do mito e do conto), com temas unificados (cuja coesão narrativa é forte), dependente do sobrenatural modal (pertencente ao domínio do fazer crer/faire croire), o que faz da lenda uma narrativa de crença que requer a cumplicidade formal de um ouvinte, o qual a completará por sua própria convicção. Tal definição faz de toda lenda oral a reminiscência verbal de um acontecimento para sempre inacessível⁵⁴.

la croyance, Le surnaturel réel e La légende: description et définition, nos quais o autor se concentra na elaboração de uma definição da lenda, analisando-a como fenômeno social e literário.

⁵⁴ Citação extraída de *Bertrand Bergeron*: No reino da lenda (p. 43). A íntegra do texto, em tradução de Sylvie Dion e Danieli de Quadros, está em preparação para ser publicada nos Cadernos de Tradução do PPG-Letras da FURG, n. 6. Série Traduções. Foram selecionados para tradução os primeiros quatro capítulos de: BERGERON, Bertrand. *Au royaume de la légende*. Chicoutimi: JCL, 1988: *Dialogue avec l'invisible, Le phénomène naturel de*

Tratando-se de lenda, o episódio também pode ser lido dessa forma, pois os crimes cometidos por José Ramos, na então província de São Pedro, entre 1863 e 1864, possuem o tempo acontecido bem datado – em 18 de abril de 1864 foram descobertos na casa do acusado corpos em estado de avançado putrefação – o que oferece localização cronológica suficiente para resgatar seu contexto sócio-histórico, aumentando a impressão de que a narrativa adere ao real. Conforme B. Bergeron, quando essas quatro leis externas são respeitadas, podemos ter certeza de que possuímos uma narrativa ainda próxima do curso de sua formação, o que acresce consideravelmente sua credibilidade.

Ao direcionarmos nossas atenções para os aspectos internos, colocando a ênfase na própria narrativa dos crimes e nos procedimentos que ela reúne para gerar a crença necessária à transmissão, podemos sublinhar: que torna crível e plausível a construção da lenda dos crimes da rua do Arvoredo é o fato de serem conhecimento público alguns pormenores a respeito daqueles crimes. Podemos citar como exemplo o fato de constar no processo criminal o depoimento da testemunha Antonio Fernandes da Silva, que afirma ter presenciado em uma manhã de setembro de 1863 sair do açougue a caixa maior pertencente a Claussner, carregada por dois negros (CRA, 1993, p. 57). Já outras narrativas darão contornos mais dramáticos a esse fato⁵⁵, entre elas a versão de Maurício Machado em *O açougue humano da rua do Arvoredo*⁵⁶:

A estes e outros desaparecimentos misteriosos, associava-se o fato de ter sido visto Ramos, por várias vezes, quando carregava, auxiliado por um alemão corcunda, duas grandes e fortes caixas de madeira, de sua casa para o açougue da rua da Ponte. Certa ocasião em que Ramos e o Corcunda, à noite, faziam aquele carregamento, uma pessoa notou que as caixas deixavam escorrer um fio de sangue (p. 8).

Outros momentos que podem estar associados à construção da lenda do fabrico de linguiça de carne humana é o fato de serem de conhecimento público os procedimentos de José Ramos ao matar as vítimas: primeiro desferia um golpe de machado, em seguida as degolava e depois as esquartejava – procedimentos que se assemelhariam ao abate de animais. O fato de ser capaz de atos de tamanha crueldade e insanidade, e após os últimos assassinatos, ir trabalhar no açougue da rua da Ponte, fornece subsídios para a criação da lenda. Para maior reforço a essa hipótese, toma-se, por exemplo, a descrição de Claussner feita por D. Freitas: "Açougueiros sempre provocam mal-estar e medo: empunhando afiadíssimos instrumentos

⁵⁵ Ver a esse respeito também: FREITAS, 1996, p. 112-116.

⁵⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 09 dez. 1948, p. 8.

cortantes, esquartejam e retalham carne: seus aventais vivem manchados de sangue" (FREITAS, 1996, p. 77).

Além disso, com o aumento da criminalidade, Porto Alegre passa a fornecer espaço frutífero para a criação de lendas. Conforme Sylvie Dion, em *A lenda urbana*: um gênero narrativo de grande mobilidade cultural (2008), a lenda contemporânea nos coloca em alerta contra todos os perigos que nos espreitam, reflete os medos atuais e as angústias da cidade e da vida moderna. Quando a província de São Pedro torna-se cidade, em 1822, paralelamente ao aumento populacional aumenta também a insegurança e o medo da violência urbana. No período do assombroso episódio, a cidade com mais de 20 mil habitantes já é considerada perigosa à noite (SPALDING, 1967). Os crimes da rua do Arvoredo, ocorridos entre 1863 e 1864, vêm acentuar a insegurança e o medo entre a população.

Jean-Bruno Renard (2002, apud DION, 2008, p. 10), ao reagrupar os temas encontrados com mais frequência nas lendas urbanas, classifica os medos e as angústias que elas veiculam. Há primeiramente as lendas que dizem respeito às novas tecnologias, vinculadas aos efeitos danosos de certos aparelhos, tais como forno de microondas e telefones celulares. A natureza selvagem é outro tema que se encontra nas lendas modernas e que está frequentemente ligado à aparição de bestas selvagens na cidade. Este, do ponto de vista metafórico, não deixa de ter validade aqui, pois José Ramos é associado nas diversas reapropriações dos crimes a um ser diabólico, bestial e monstruoso⁵⁷. Por fim, a parte que nos interessa está associada às lendas que dizem respeito aos estrangeiros.

Associado a esta classificação pode estar outro ponto propício à matéria-prima com que se criou a lenda do fabrico de lingüiça de carne humana. O fato de Catarina Palse e o próprio assassino José Ramos se dizerem descendentes de alemães e, com o desenrolar dos fatos, surgir a suspeita de envolvimento de outros alemães nos crimes (Carlos Rathmann e Henrique Rithmann), pode ter contribuído para "alimentar" o imaginário social em torno do episódio.

Retomam-se as múltiplas questões étnicas se a misturarem nos crimes da rua do Arvoredo, que, enfocando a presença alemã na cidade, encontra a sua expressão maior de hostilidade. Os portugueses da elite olhavam com desconfiança para os colonos alemães, que, quarenta anos antes, tinham se estabelecido no vale do rio dos Sinos e depois se espalhado para outras regiões, inclusive para a distante Torres, no litoral norte. Os lusos desprezavam os imigrantes que se punham eles próprios a lavrar a terra, a levantar as suas casas, e por isso

 $^{^{57}}$ Ver a esse respeito: ÚLTIMA HORA, 07 mar. 1964, p. 10-11.

eram chamados pelos fidalgos portugueses de "negros de cabelos loiros". Esse ódio se intensificou com a questão Christie, em 1861⁵⁸. Por esse preconceito racial, os imigrantes alemães se acoitavam em suas próprias colônias e mantinham-se distantes da língua portuguesa e da sociedade porto-alegrense.

A aversão contra o estrangeiro é crescente no Rio Grande do Sul, pois a figura do outro sempre causa mal-estar e medo; tais sentimentos se justificam, pois tudo o que nos é diferente causa estranheza e temor. S. Dion chama a atenção para a seguinte constatação: "a figura onipresente do estrangeiro, do marginal, do desviante, é uma ameaça constante" (2008, p. 12), por isso deve ser contida. Quando desaparece o português Januário da Silva, proprietário do estabelecimento da rua da Ponte, as suspeitas recaem logo sobre os escravos e em seguida sobre os alemães. Isso porque "as acusações racistas e xenófobas, que repousam sobre o medo da diferença, portam sempre sobre quatro domínios, a comida, a violência, a sexualidade e o território, que são aqueles que uma sociedade regulamenta mais" (RENARD, 2002, apud DION, 2008, p. 10). Para a população de Porto Alegre, Ramos é um assassino alemão, estrangeiro, infiltrado entre os habitantes locais, que veio de longe para desestabilizar e perturbar a ordem e o sossego da cidade através de práticas amorais, tais como canibalismo, violência e perversão sexual.

Conforme ainda S. Dion,

A lenda é sempre a narrativa de alguma transgressão, de uma ação que consiste em desobedecer, em violar o proibido, em ultrapassar os limites habitualmente permitidos e tolerados. Discurso de prevenção e de advertência nascido da necessidade de limitar o normal do anormal, a moral do imoral. Os transgressores, pelo antimodelo que representam, colaboram para a norma e a coerência do grupo de pertença (2008, p. 3).

Por fim, associamos à construção da lenda o fato de que, à medida que o tempo avança e o acontecimento vai ficando mais distante, mais ele passa a assemelhar-se a trechos de um romance de terror, nos quais o conhecimento dos pormenores do episódio suscita no leitor no mínimo assombro, terror e medo. Além disso, em tal subgênero, assim como no episódio dos referidos crimes, há presença de uma figura marginalizada e sem escrúpulos, que traz em si a alma maligna e escura como o próprio inferno⁵⁹. No desenrolar do tempo, José Ramos perde a aparência frágil e debilitada descrita pelos jornais da época e, a partir das diversas

⁵⁸ Para detalhes desse conflito entre luso-brasileiros e alemães, ver: FREITAS, 1996, p. 71-73.

Informação disponível em http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista Pos/P%C3%A1ginas/4%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Lingua/PDF/9-Ed4 LL-MedoMor.pdf>.

reapropriações dos crimes, assume expressões satânicas e passa a ser descrito como um monstro, uma besta-fera.

Sandra Pesavento, em *Os sete pecados da capital*, chama a atenção para essa questão: "Algo propiciava o enriquecimento da trama, para além da distância cada vez maior no tempo. Algo deveria ter sido murmurado ou insinuado, para que fosse retrabalhado pelo imaginário social. Este não é pura ilusão ou fantasia, bem o sabemos, pois tem sempre o real como referente, como sendo um fio terra" (2008, p. 60). Mas parece difícil datar com precisão o momento em que surgiu a suspeita da fabricação de lingüiça com carne de gente, pois, como já foi dito aqui, as fontes da época não mencionam categoricamente tal fato, e, como toda lenda, ela se apresenta sem autor.

Lenda ou não, o caso da linguiça humana ganhou força e tem vivido conservado na memória da população por gerações. De pais a filhos, a história tem sido contada e enriquecida com novos detalhes imaginários, que a aproximam da crônica intitulada *Os monstros*⁶⁰, de Ary Veiga Sanhudo:

Pouco mais das oito horas, numa fria manhã do inverno de 1888, começou a se aglomerar em torno duma velha mendiga e maltrapilha, [...] um grupo de gente curiosa [...]. A velha andrajosa estava estendida na calçada, tendo parte do busto esquelético e a cabeça horrenda, apoiada na parede do prédio, que, nesta conjuntura, servia-lhe de travesseiro [...] Em torno da boca asquerosa e semi-aberta, sangrentas manchas escuras e putrefatas, deixavam aparecer dois ou três dentes cariados enegrecidos que bem atestavam os últimos estágios dum estado canceroso da desgraçada mulher [...] Eis então que chega um velho homem, vasta barba branca aparada, envergando apurado traje negro, arredou a multidão e empurrando o chapéu miserável da mendiga com a bengala, disse: Finalmente a Catarina morreu! [...] Esta é a diabólica Catarina, do Ramis, a tal que, de parceria com o marido, atraia os pseudos [sic] amantes para deles fazerem lingüiça (1961, p. 146).

O excerto acima, além de servir para exemplificar o acolhimento da história do fabrico de linguiça de carne humana, assume também feição nitidamente ficcional ao relatar a triste morte de Catarina⁶¹. Há notória convergência entre a descrição fornecida por Sanhudo e a que

⁶¹ Vale ressaltar que há disparidade quanto à data do falecimento de Catarina Palse. A crônica de Sanhudo localiza sua morte em 1888. D. Freitas (1996, p. 133), por sua vez, afirma que ela morreu em 1891.

-

⁶⁰ O documentário produzido pela PUC-RS intitulado *Sombras de um passado*, dirigido por Joara Pippi, Mariana Mondini e Mariana Timm, disponível em: ">http://www.youtube.com/watch?v=FtXqITp30d

fez Aquiles de Porto Alegre ao encontrar Palse no ano de 1884: "estava cancerosa e apresentava aspecto repugnante" (PORTO ALEGRE, 1940, p. 185).

O acolhimento da história do fabrico de lingüiça de carne de gente se faz presente na memória popular e na maioria das reapropriações dos crimes, porque crer é a atividade primeira do espírito humano, sem a qual nenhuma aprendizagem seria possível. Além disso, é um dom natural de nossa sensibilidade. Nenhuma sociedade sobreviveria se baseasse na desconfiança recíproca entre seus membros. A dúvida só vem depois, precedida pelo referido dom, poderíamos dizer. Duvidar implica que acreditemos inicialmente na própria dúvida, que acreditemos nas palavras que a exprimem; sem isso a própria idéia da dúvida se dissiparia. Somente podemos duvidar daquilo que acreditamos, do que sabemos, ou do que nos propomos crer e nos parece inacreditável. O homem está irremediavelmente preso ao universo da crença mesmo quando acha que pode colocá-la em questão (BERGERON, 1988).

2. "OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO": VERSÕES E SUBVERSÕES EM NARRATIVAS FICCIONAIS

2.1 HISTÓRIA VS. LITERATURA

As diversas narrativas produzidas a partir dos crimes da rua do Arvoredo⁶², bem como as múltiplas versões dos acontecimentos, se constituem em meio possível para a geração de conhecimento de como os fatos se deram, fazem a mediação que permite chegar ao passado, voltar a ele "com a precariedade e a riqueza que lhes é constitutiva" (ELMIR, 2004, p. 177). Estamos falando aqui nas narrativas ficcionais *Cães da Província* e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo, pois, além de constituírem duas instigantes e importantes leituras dos fatos, ocupam lugar central, assim como o ensaio de D. Freitas, o processo criminal e as narrativas jornalísticas, para recuperar e preservar a memória daqueles episódios. Isso porque nos tempos atuais parece fora de dúvida que história e literatura são narrativas, discursos, construções humanas, sistemas de significação pelos quais damos sentido ao passado a partir desta "ficção" a que chamamos presente. Nessa perspectiva epistemológica ligam-se o literário e o histórico⁶³.

Podemos considerar a literatura e a história como leituras possíveis da recriação do "real", uma vez que os discursos não apenas representam, mas também instituem a realidade e

^{....}

⁶² Além das diversas narrativas produzidas a partir dos crimes da rua do Arvoredo aqui mencionadas, o interesse volta e se revela em diversos meios de expressão. Em 1964, exatamente quando os crimes de José Ramos completavam cem anos, o jornal Última Hora publicou a série em quadrinhos, em 22 edições, Crimes que abalaram o Rio Grande, cujo primeiro episódio foi exatamente O açougue macabro da rua do Arvoredo. No final da década de 1990, foi encenada no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, a peça teatral Os crimes da Rua do Arvoredo, escrita por Hércules Grecco, sob direção de Camilo de Lélis. Em 1995, foi produzido o filme de curtametragem O caso do linguiceiro, com direção de Flavia Seligman e roteiro de Francisco Ribeiro. Premiado no concurso Resgate do cinema Brasileiro, a filmagem ocorreu na cidade gaúcha de Triunfo. Em 1997, Sandra Pesavento publicou em Paris o artigo Catarina Come Gente: l'imaginaire de la femme devant le crime (Porto Alegre, XIXe. Siècle), resultado de um seminário apresentado na capital francesa no ano anterior. Em 2000, Moacyr Scliar publica pela editora Record o livro Porto de Histórias: mistérios e crepúsculos de Porto Alegre, em que um capítulo é dedicado aos crimes da rua do Arvoredo. Em 27/07/2006 a TV Globo, no programa Linha Direta Justiça, relembrou aqueles crimes; o episódio teve a participação de Natália Lage, que atuou como Catarina Palse, e de Ricardo Petraglia, no papel do serial killer José Ramos. Em 2008, foi encenada a peça de teatro Como carne, dirigida por Andrei Moscheto, baseada nos texto Açougue, canibais e lingüiça, de Edson Bueno, e no livro O maior crime da terra, de Décio Freitas.

⁶³ Se hoje o cruzamento entre história e literatura está na ordem do dia, pelo contrário, houve momentos em que tais termos nem sequer existiam na acepção em que os entendemos. Em outros, não existiam fronteiras definidas entre literatura e história. Também ocorreram intervalos em que as fronteiras se fecharam, estabelecendo-se limites definidos entre o que seria ficcional e o que seria histórico (BURKE, 1997). No que diz respeito ao estudo desse tema sempre instigante, é importante ressalvar que não temos a pretensão de explorar todos os pontos que compreendem tal relação, dada a complexidade e a abrangência do tema, e sim objetivamos dar continuidade à discussão sobre as semelhanças e diferenças e sobre os pontos de contato e de distanciamento entre os dois campos do saber, e com isso, consequentemente, contribuir para manter aceso o diálogo e o debate sobre o assunto.

instauram imaginários. Na narrativa histórica e literária, tanto o historiador quanto o ficcionista recriam o passado que a narrativa traz de volta ao presente.

Mas o que pode significar o termo "real" aplicado aos "conteúdos" da literatura e da história? Para Perrone-Moysés em *A criação do texto literário*, "A linguagem tem uma função referencial e uma pretensão representativa. Entretanto, o mundo criado pela linguagem nunca está totalmente adequado ao real. Narrar uma história, mesmo que ela tenha realmente ocorrido, é reinventá-la" (1990, p. 92).

Além disso, para S. Pesavento em *Discurso histórico e narrativa literária* (1998), os materiais de trabalho do historiador – documentos, arquivos, entre outros – são eles próprios representação do algo que já foi. A operação histórica consiste, então, em reapresentar o representado ou reimaginar o imaginado, o que parece atenuar a dicotomia documento/fato/verdade *versus* ficção/imaginário.

Contudo, segundo a mesma autora em *Leituras cruzadas*, o "texto histórico comporta a ficção, desde que o tome na sua acepção de escolha, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo" (PESAVENTO, 2000, p. 39). Todo discurso é ideologicamente marcado pela seleção que tanto a história quanto a ficção realizam dos fatos presentes na realidade. Essa seleção cria um segundo sentido, algo que já não corresponde inteiramente com a realidade observada, determinando que história e ficção tenham uma existência puramente linguística, cujo efeito é uma ilusão do real:

O historiador realiza uma rarefação do referencial, criando uma espécie de malha larga, perfeitamente tecida, mas que envolve espaços de obscurecimento ou de redução dos factos. Deste ângulo, parece legítimo dizer que a História se apresenta como parente próximo da ficção, dado que, ao rarefazer o referencial, procede a omissões, portanto a modificações, estabelecendo assim com os acontecimentos relações que são novas na medida em que incompletas se estabeleceram (SARAMAGO, 1990, p. 20).

Vale ressaltar, o historiador tem de ser um escolhedor de fatos. Isso se deve à incapacidade de se abarcar "tudo" e também em nome de razões políticas e em função de estratégias ideológicas, necessárias para justificar a sua história. Mas devemos concordar que o historiador ao fazer a seleção, o recorte, deixa muitos fatos importantes de fora. Nesse sentido, o historiador surge, assim como o ficcionista, como "criador de um mundo outro, ele é aquele que vai decidir o que do passado é importante e o que do passado não merece atenção" (SARAMAGO, 1990, p. 18).

A aproximação entre história e literatura também se efetiva ao atentarmos para o fato de que, assim como o discurso histórico, o literário não é outra coisa senão uma constante interrogação dos tempos passados, em nome dos problemas, das curiosidades, das indagações e das angústias com que nos rodeia e cerca o tempo presente.

Tanto do ponto de vista da história quanto da literatura, as duas áreas do saber são tão somente expressões da mesma inquietação dos homens. Assim como na história, na literatura é "precisamente a consciência intensíssima, quase dolorosa, do presente que leva o romancista a olhar na direção do passado, não como refúgio, mas como algo radicalmente necessário aos homens de hoje para que eles possam conhecer-se melhor" (SARAMAGO, 1990, p. 20).

Linda Hutcheon, por sua vez, ao tratar dos pontos de intersecção entre as duas formas, diz:

[...] as duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos lingüísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa (1991, p. 141).

Entretanto, se a literatura e a história convergem nesses aspectos e principalmente no sentido de que são representações do "real", ao mesmo tempo em que o instituem, é preciso reconhecer certas linhas divisórias entre os dois discursos. Há diferentes procedimentos e métodos nessa "arte de representar". Paul Ricoeur (1995) aponta o recurso aos documentos como marca distintiva entre história e ficção.

A verdade histórica será mensurada pela sua credibilidade, veracidade, atestada pelos fatos selecionados e pela pesquisa documental. Já a verdade literária caminha com a liberdade construtiva e com a imaginação ampla do autor, provocando uma mobilidade de leitura diferente do discurso histórico. Não se trata de a história alimentar a ficção, mas de uma verdade diferente daquela histórica, outra forma de captar o real, em que os limites da criação e da fantasia são muito mais amplos.

É de grande valia salientar também que não será pela presença da história que a narrativa literária perderá seu estatuto de ficção. Ao contrário, a imaginação se nutre do real recontextualizando os acontecimentos e atribuindo-lhes novos significados. Da mesma maneira, o imaginário não constitui barreira à narrativa histórica, nem ela se anula com sua intromissão. Dessa forma, literatura e história não perdem suas características essenciais, ou seja, não há anulação total do documentário ou do imaginário, nem total mistura dos dois.

De fato, a literatura não carrega a pesada herança do arquivo, marca constitutiva da história na medida em que ela ambiciona constituir um conhecimento verídico. Embora a nova história tenha abdicado da pretensão de querer recompor a verdade sobre o "real acontecido", sua produção está submetida à comprovação, o que implica certos procedimentos na seleção de fontes e na busca de coerência na composição do enredo ou deciframento da intriga a partir dos dados selecionados, os quais são ditados por critérios de cientificidade. A narrativa literária/ficcional toma como ponto de partida um conjunto de informações, a partir do qual compõe seu contexto de referência, intertextualizando inclusive a própria história.

Mas, como diz ainda P. Ricoeur (1995), a literatura se permite trilhar outros caminhos referenciais, guiados pela estética e pela poesia. No ato de copiar a realidade e criar um sentido de verossimilhança, a narrativa ficcional, carecendo de referentes, assinala com ênfase o simulacro de uma realidade imaginada, o que revela maneiras diferentes de tratar a linguagem, distintas modalidades de leitura que tentam provocar uma relação mais liberada no tratamento das pistas ou indícios do passado. Esse fator converge para uma narrativa mais "saborosa" e instigante aos olhos do leitor.

Não se pode comparar a verdade ficcional com a histórica, porque elas caminham por metodologias distintas. Entretanto, não se pode deixar de aproximá-las, tendo em vista que a literatura e a história reconfiguram um tempo passado na composição narrativa.

A distinção entre literatura e história não está naquilo que ambas perseguem – pois tanto a moderna historiografia quanto a literatura partilham o mesmo ideal, o de buscar entender a humanidade –, mas nos modos de investigar, de dar conta de tais objetivos.

Assim, podemos concluir estas reflexões que embasam as narrativas aqui trabalhadas, dizendo que os signos da história, ao serem retomados pela literatura, têm seus significados ampliados e redimensionados. O discurso da história, por se pretender científico, busca impor a univocidade, tenta operar um fechamento de sentidos. A literatura, ao contrário, lança mão da ambiguidade, "coloca as metáforas para rir dos conceitos, da sua pretensão de único lugar da verdade. As imagens sendo colocadas a serviço da imaginação e o do pensamento, talvez consigam dizer melhor o "real", no que ele tem de complexo, múltiplo e... não dizível" (SOARES, s/d, p. 10).

2.2 O NOVO ROMANCE HISTÓRICO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

No final do século XX, há entre os escritores de ficção um crescente interesse pela temática histórica; daí surgiram os novos romances históricos. A relação entre literatura e história passa a ser visível por meio do entrelaçamento dos gêneros a partir da ficcionalização e da reescritura do passado. A inclusão não só de acontecimentos, mas também de personagens históricos no enredo de narrativas ficcionais tem se tornado uma tendência constante na literatura contemporânea, principalmente nos novos romances históricos. Tratase de tendência universal, que, no entanto, tem especial relevância nas literaturas latino-americanas.

O corpus ficcional proposto para análise expressa esse espírito. Tanto Cães da Província (1987), de Luiz Antonio de Assis Brasil, quanto Canibais: paixão e morte na rua do Arvoredo (2004), de David Coimbra, salvo as respectivas particularidades, reconstituem e reproduzem os assassinatos cometidos por José Ramos e sua companheira e cúmplice Catarina Palse em meados do século XIX, na cidade de Porto Alegre. Nesses romances evidenciamos também a presença de figuras de existência comprovada transformadas em personagens ficcionais na trama dos autores gaúchos.

Na tentativa de entender as razões dessa tendência, recorremos à fala do escritor Isaías Pessotti. Ele mesmo escritor dessa modalidade de romance, acredita que uma das explicações para o sucesso editorial dos romances históricos contemporâneos seja o "turismo temporal" (1994, p. 6). Como ainda restam poucos lugares desconhecidos, o homem/a mulher atual tenta saciar sua sede do exótico em viagens temporais realizadas através da leitura. Daí a proliferação de livros de biografias, memórias, romances históricos, narrativas históricas romanceadas, todos caracterizados como gêneros híbridos relacionados com a história.

Similar ponto de vista é compartilhado pelo historiador Peter Burke, para quem o interesse por romances históricos estaria associado ao interesse pelo passado: "um turismo no tempo" (1994, p. 6), um gosto pelo exótico, por viagens sem sair da poltrona a períodos e a lugares remotos.

A interação entre literatura e história observada em grande parte das narrativas ficcionais atuais e presente nos romances selecionados tem se mostrado benéfica, porque o discurso literário tem demonstrado maior êxito se comparado a muitos tratados de história, na reflexão sobre suas estruturas e suas relações com o contexto. Esse fator está associado à percepção mais completa da realidade, pelo fato de a "literatura tolerar as contradições, a

riqueza e a polissemia em que se traduz a complexidade social e sociológica dos povos e indivíduos" (AINSA, 1996, p. 10).

O discurso literário tem provado maior eficiência na expressão da complexidade histórica, muitas vezes simplificada, quando não refletida de forma redutora e maniqueísta no discurso histórico. A literatura tem ido mais além, ao verbalizar e simbolizar fatos e problemas que nem sempre se conscientizam ou expressam abertamente em outros gêneros.

Semelhante idéia é compartilhada pela pesquisadora Nubia Jacques Hanciau, no texto "Confluências entre os discursos histórico e ficcional". Ela acredita que o efeito da fusão entre literatura e história é importante para o entendimento dos acontecimentos: "o cruzamento dessas significações apresenta-se, nos moldes da arte, em possibilidade de criar um espaço capaz de simular a verdade da vida social de modo bem mais convincente e esclarecedor do que pode ser alcançado nos relatos factuais" (2001, p. 73).

A fim de traçarmos a trajetória do romance histórico contemporâneo e refletirmos sobre as transformações que sofreu no passar do tempo, é necessário retomarmos as raízes do subgênero: o romance histórico clássico, que surge no século XIX, na Europa, numa atmosfera de profundas transformações sociais, políticas e econômicas. O romance histórico tradicional, analisado por Georg Lukács em *La novela histórica*, tem sua origem ligada às obras do escocês Walter Scott. Antes da produção de Scott, conforme Lukács, houve romances que exploravam a temática histórica, mas sem uma representação artística que penetrasse na essência de um período histórico efetivo. A forma inovadora do romance de Walter Scott se impôs a partir de certos condicionamentos histórico-sociais, tais fatores, segundo Lukács, marcam o contexto em que viveu e começa produzir o autor de *Ivanhoe*⁶⁴, constituindo o solo em que foram construídas as bases para o surgimento do romance histórico tradicional. A seguir explicitamos brevemente tais fatores.

Primeiro, é de suma relevância atentar para o fato de que faltaria ao romance anterior a Scott a visão clara do passado como pré-história do presente. Em outras palavras, faltava a ideia de que cada momento na vida de um grupo ou de uma nação é condicionado por um passado. A filosofia da história de Walter Scott estaria associada ao "sentido de história" que aparece com a Revolução Francesa. Pode-se dizer que é nesse contexto que se consolida, pela

⁶⁴ As características da forma clássica do romance histórico, na proposta de Lukács, cujo modelo é Walter Scott, em síntese são: o romance histórico autêntico narra a história como crise, penetrando na essência da época, de um período histórico concreto, ressaltando as forças sociais em disputa. Os personagens desse tipo de romance são construídos como tipos histórico-sociais, havendo sempre um resgate da humanidade; o herói surge a partir da crise, da essência mesma dos acontecimentos, para depois se revelar "mediano e prosaico". Destaque nesses romances para a fidelidade histórica que se traduz através da linguagem e da própria psicologia das personagens (LUKÁCS, 1996, p. 15-28).

primeira vez, a ideia de história como "experiência de massas". Ou seja, a história passa a ser vista como processo que termina por intervir no cotidiano de cada indivíduo.

A intensificação do historicismo também tem suas raízes na situação da Alemanha nos momentos finais da Ilustração. O intuito de a nação alemã reagir à fragmentação política e econômica do país, que importava da França seus meios de expressão culturais e ideológicos, conduz à busca pelos intelectuais e artistas do passado, o retorno à história como forma de identificar a decadência e a grandeza do país em outros tempos, e assim traçar o futuro.

Outro fator importante para a crescente consciência histórica é a consolidação do sentimento nacionalista, produto das conquistas da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas. Nesse contexto, cresce o conhecimento pelos indivíduos dos países europeus, da história da nação, e surge um novo sentido da guerra, associado à possibilidade de desenvolvimento do país.

Entretanto, a consciência da historicidade terá seu ponto culminante, conforme Lukács, com o período posterior à queda de Napoleão, o da Restauração. Embora o princípio da historicidade que predomina seja considerado pseudo-histórico, prevalecerá, a partir de então, a profunda percepção da história como fonte de entendimento do presente e de resolução dos conflitos presentes. Assim, a constituição das bases do romance histórico tradicional é marcada por um contexto de profunda fé historicista e pela busca de grandes reinterpretações do passado.

O teórico venezuelano Alexis Márquez Rodríguez (1991), ao rever os fundamentos de Lukács, aponta quatro características essenciais que permitem a definição de determinada obra como romance histórico em sua vertente tradicional, ou seja, condizente ao modelo scottiano.

O primeiro desses pontos básicos, de acordo com Rodríguez, corresponde ao que seria o "pano de fundo" do romance, que funciona como cenário para a continuidade do enredo. É importante salientarmos que em virtude do romance histórico tradicional ter a função de transmitir conhecimentos sobre a história, o pano de fundo deveria ser constituído por um rigoroso caráter histórico, baseado nos discursos oficiais que possuem autoridade sobre o que é encarado como história "real".

A segunda característica do romance histórico clássico diz respeito ao que é encenado nesse "pano de fundo" histórico. Nele são inseridos os eventos que dão verossimilhança às ações ficcionais e às personagens criadas pelo escritor, cujas ações constituem o primeiro plano da narrativa e seu foco principal. As personagens puramente ficcionais são elaboradas de tal modo que suas ações, hábitos e costumes são coerentes e se encaixam ideologicamente

no período histórico retratado, combinação esta que também auxilia a estabelecer a verossimilhança, pois se evita qualquer distorção ou quebra entre o plano ficcional e o "real" ou de extração histórica.

Além disso, colocada como terceira característica do romance tradicional está a presença de um drama amoroso no primeiro plano da narrativa. Vale destacar que tal drama deve ter, de preferência, o sentido romântico do cavaleiro medieval e da dama idealizada, perspectiva que se desenvolve durante toda a trama do romance.

A última característica apontada pelo autor se refere ao plano de visualização de cada um dos elementos constituintes da obra: a trama central protagonizada pelos heróis fictícios e o "pano de fundo" no qual atuam personagens de extração histórica em um período "real". Rodríguez ressalta que esse plano secundário possui grande relevância, pois está relacionado à constituição da obra como um todo orgânico, já que é a partir desse contexto no qual são evidenciados fatos tidos como "reais" que se instaura a "atmosfera moral do relato". Desse "pano de fundo" surge a "lição" a ser apreendida pela sociedade na qual determinado romance histórico se insere.

Entretanto, na atualidade, tal paradigma já foi superado em seus traços específicos. Hoje já não há mais espaço para o romance histórico em sua vertente tradicional. Isso porque as transformações verificadas no romance histórico seguiram uma tendência de desenvolvimento ideológico em que se modificam os objetivos e fundamentações, revelando diferentes pontos de vista e reflexões sobre os registros históricos, e consequentemente apontam para o início de uma consciência dos limites sobre o conhecimento do passado e do registro historiográfico como discurso, logo podendo ser influenciado e, por assim dizer, manipulado, segundo interesses de determinado grupo social.

É pertinente mencionarmos ainda que o romance histórico, além de integrar o elenco das grandes narrativas de consolidação do sentimento nacional, ao mesmo tempo também proporcionou a legitimação do impulso universalizante do Ocidente:

Numa época em que os vínculos e as organizações mais antigas que unem internamente as sociedades pré-modernas estavam começando a ceder, e aumentavam as pressões sociais de administrar numerosos territórios ultramarinos e grandes e recentes eleitorados nacionais, as elites dirigentes da Europa sentiram claramente a necessidade de projetar seu poder sobre o passado, dando-lhe uma história e uma legitimidade que só podiam advir da tradição e da longevidade (SAID, 1995, p. 47).

A partir disso, a Europa torna-se, na reflexão filosófica eurocêntrica, o centro da história mundial: "O século XIX foi o momento de construção da tradição européia, ou seja, de construção de imagens de um passado privilegiado que fundamentasse as atitudes culturais do presente e lançasse as bases de uma autoridade das nações do continente europeu" (FIGUEIREDO, 1998, p. 480). E é esse otimismo eurocêntrico que preside o surgimento do romance histórico clássico.

O século XX, por sua vez, se encarregou de abalar progressivamente tal otimismo. Com isso o romance histórico vai sofrer transformações, perder o vigor que lhe advinha da crença na possibilidade de figuração realista do passado, como passo decisivo para a compreensão e resolução dos conflitos do presente, e perdendo a fé na dialética interna que garante organicamente o processo de evolução.

Entretanto, é importante assinalar que, quando a fé historicista sofre seus abalos mais intensos, a imagem da Europa como berço da civilização já está suficientemente consolidada não só entre os europeus, mas também entre os povos colonizados. Isto é, as grandes narrativas gestadas pelas nações européias já haviam consolidado uma identidade extraída de uma tradição supostamente contínua.

A temporalidade moderna, guiada pela lógica de encadeamento entre passado, presente e futuro, esbarrava com nossa irrupção abrupta no mundo ocidental, com a difícil relação com o passado e com a impressão de que o futuro sempre nos escapava. É somente a partir de meados do século XX e, sobretudo, na América Hispânica que se tentará construir uma ficção narrativa que buscaria construir uma nova visão da história, mais compatível com a realidade latino-americana. A partir disso, vamos encontrar um romance histórico capaz de elaborar criticamente a nossa relação com a temporalidade ocidental moderna:

O tempo sentido como progresso é uma invenção da civilização ocidental e a regulou, implicando a idéia de que os homens avançam, mais ou menos depressa, numa direção definida e desejável. Para os latino-americanos, entretanto, foi sempre complicado uma vez que nossa trajetória é marcada por fracassos, recuos, abortos de projetos, que ao serem retomados nos dão a impressão de voltar ao ponto de partida (FIGUEIREDO, 1994, p. 27).

Estamos nos referindo àquela que talvez seja a mais expressiva transformação do gênero: a sua constituição de novo romance histórico latino-americano – essa inovadora corrente de romances históricos dentro do contexto latino-americano, que, entre outras

propostas, buscam rever de forma crítica⁶⁵ as certezas universalizantes do colonizador. Sobre essa questão Leandor Konder⁶⁶ chama muito bem a atenção: "a criação ficcional latino-americana tem o poder de questionar os critérios preestabelecidos e os padrões europeus ossificados que nos têm sido impostos, muitas vezes, de 'razão' e 'ciência'".

O surgimento dessa modalidade deu-se, entre outras motivações, em virtude do anseio dos povos mestiços americanos em perscrutar o passado como modo de desmascarar a História oficial e colocar em evidência a exploração física e cultural que se deu nas Américas. E acima de tudo, dispostos a narrar sua contribuição na constituição das identidades das nações modernas, contribuição essa renegada e silenciada pelos discursos oficiais. Desde então, buscaram-se novos rumos para a ficção, no anseio de definir nossa cultura no contexto ocidental e nos situar face aos rumos da história.

A inauguração desse modelo crítico, de acordo com Seymour Menton em *La nueva novela histórica* (1993), associa-se à publicação do romance *El reino de este mundo*, de Alejo Carpentier, publicado em 1949, obra que, segundo Menton, representa "el punto de partida para el auge de la Nueva Novela Histórica" (1993, p. 31) a partir da década de 70.

Fazem parte dessa inovadora corrente, além das contribuições de Alejo Carpentier, as de Carlos Fuentes, Gabriel García Márquez, Augusto Roa Bastos, entre outros, que procuram abordar a multitemporalidade que nos caracteriza. A fim de contemplar nossa realidade multifacetada, há a diluição dos contornos entre lenda e história, problematizando o discurso racionalista e suas categorias tidas como "puras". No lugar do tempo retilíneo, a simultaneidade temporal, o tempo circular, o tempo mítico ou a mistura de várias concepções do tempo. Escreve-se uma anti-história que denuncia as falácias da história dos vencedores. Problematiza-se a enunciação com o intuito de relativizar as verdades tidas como absolutas e universais.

No Brasil, é também no mesmo período que começam a despontar os primeiros romances que tratam de evidenciar o caráter problemático do conhecimento histórico. Tais romances abordam, em particular, o legado da produção historiográfica brasileira, os fatos por ela narrados, assim como aqueles episódios que a literatura explorou, em específico as obras de viés marcadamente histórico. As constantes especulações do romance brasileiro das

⁶⁵ Essa releitura crítica da história tem sido possível, dentre outros fatores, devido à emergência de várias transformações no seu âmbito. Tais mudanças estão ligadas às conquistas da nova história. A nova história, que, para muitos, está intimamente associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: economies, societés, civilisations*, fundada em 1929 por Lucien Febre e Marc Bloch, é definida pelo aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história. Isto é, a história nova surge como reação deliberada contra o "paradigma" tradicional do século XIX. Ver a esse respeito: BURKE, 1992, p. 8-37; LE GOFF, 1998, p. 25-64.

⁶⁶ Ver a esse respeito o prefácio em: FIGUEIREDO, 1994, p. 13-14.

últimas décadas sobre o passado histórico nacional têm se concentrado basicamente em trilhar dois caminhos. De acordo com Carlos Alexandre Baumgarten, em *O novo romance histórico brasileiro*, "por um lado, situam-se aquelas narrativas que se detêm na revisão e reinterpretação dos fatos integrantes do discurso da História oficial do Brasil, de outro, aquelas obras que investem na releitura do percurso da historiografia literária nacional" (2001, p. 77).

Embora as demarcações sejam contestáveis, é com o romance *Galvez, Imperador do Acre* (1975), de Márcio Souza, que o romance histórico brasileiro tem as suas fronteiras redefinidas. A crítica⁶⁷ tende a localizá-lo como o primeiro a mostrar-se afinado com o que de mais recente podia ser encontrado na atmosfera do romance histórico latino-americano.

A partir do novo romance histórico, a nova forma de narrativa passou a utilizar-se deliberadamente das técnicas da ficção para, sem aspirar à objetividade na apresentação, estabelecer vínculo auto-reflexivo com o mundo real por meio do leitor, diferenciando-se, assim, do romance histórico tradicional. Este limitava-se apenas a reafirmar o que a História oficial já registrara, promovendo ligação entre os fatos históricos e suas possíveis consequências à sociedade, ao passo que o novo romance histórico tem como propósito o questionamento e a problematização com relação às versões admitidas pela história, e para isso lança mão de estratégias como metaficção, intertextualidade, paródia, ironia, entre outras.

Nessa perspectiva, o novo romance histórico não pode ser confundido com o romance histórico tradicional, analisado por Georg Lukács em *La novela histórica*. As características do romance histórico tradicional serão superadas por um conjunto de seis principais traços típicos, apontados por Menton, que, já no século XX, o demarcarão.

Antes de apontarmos as principais características que diferem os novos romances das produções anteriores, é importante salientarmos, conforme S. Menton, que tais traços podem aparecer em maior ou menor intensidade nas obras – não é necessário que todos se encontrem numa mesma obra para que esta se constitua em um novo romance histórico.

A primeira característica destacada por Menton (1993) refere-se à reprodução de certo período histórico somado à apresentação de algumas ideias filosóficas, associada à impossibilidade de conhecer a verdade histórica, seu caráter imprevisível. A segunda consiste na consciente distorção da história através de omissões, deformações e anacronismos. A terceira corresponde à ficcionalização de personagens da história como protagonistas das narrativas. A quarta característica destaca a presença da metaficção, artifício em que o narrador recorre a comentários e reflexões sobre seu próprio relato. A natureza intertextual

 $^{^{\}rm 67}$ Ver a esse respeito: BAUMGARTEN, 2000, p. 168-177.

aparece como quinta característica, obrigando à leitura da linguagem poética pelo menos como dupla, constituindo um diálogo explícito com outras obras literárias precedentes ou outros discursos. Por fim, o emprego dos conceitos bakhtinianos, tais como o dialogismo, a carnavalização, a paródia e a heteroglosia, aparece como sexta característica.

Tais estratégias vão ao encontro do que Linda Hutcheon preferiu chamar de metaficção historiográfica. Em *Poética do pós-modernismo*, Hutcheon faz uma síntese do paradigma do romance histórico do século XIX, destacando as mudanças radicais nessa narrativa pós-moderna, colocadas em colchetes pela autora com intuito de dar ênfase às suas novas características. Conforme a autora, na metaficção historiográfica

Os personagens [nunca] constituem uma descrição microcósmica dos tipos sociais representativos; enfrentam complicações e conflitos que abrangem importantes tendências [não] no desenvolvimento histórico [não importa qual o sentido disso, mas na trama narrativa, muitas vezes atribuível a outros intertextos]; uma ou mais figuras da história do mundo entram no mundo fictício, dando uma aura de legitimação extratextual às generalizações e aos julgamentos do texto [que são imediatamente atacados e questionados pela revelação da verdadeira identidade intertextual, e não extratextual, das fontes dessa legitimação]; a conclusão [nunca] reafirma [mas contesta] a legitimidade de uma norma que transforma o conflito social e político num debate moral (1991, p. 159).

Isso porque nas narrativas pós-modernas há a consciência de que não se pode reconstituir o passado em sua integridade. E por isso, a metaficção historiográfica não pretende apresentar verdades absolutas, muito menos simplesmente reviver ou reconstituir os fatos, e sim lançar-se ao público leitor objetivando acima de tudo presentificar, encenar e dramatizar os eventos narrados por meio do trabalho de verdades relativas.

A metaficção historiográfica recusa a pretensão do estatuto de verdade adotado pela maioria dos discursos históricos. Tal negação é baseada no argumento de que tanto a história quanto a ficção são discursos. Além disso, partindo do pressuposto de que o passado só nos é acessível por meio de sua textualização, a narrativa pós-moderna, segundo Hutcheon, é aquela cuja característica não aspira a *contar* a verdade, e sim a perguntar *de quem* é a verdade.

Dessa forma, a metaficção historiográfica acredita não existir nenhuma verdade eterna que se verifique ou unifique, e sim apenas a auto-referência do fato. No entanto, essa visão não nega que o passado "real" tenha existido; apenas condiciona a forma de conhecê-lo, o que só pode ser feito por meio de vestígios. Por isso, é comum na metaficção historiográfica a aberta e consciente falsificação da história em narrativas que alteram o curso dos acontecimentos estabelecidos pela investigação histórica.

As mudanças apontadas estão associadas, dentre outros fatores, à crise epistemológica da própria história como disciplina. E devem-se ainda ao próprio discurso historiográfico que se tem relativizado e aberto nas últimas décadas a uma interdisciplinaridade que transcende as fronteiras do conhecimento histórico tradicional (AINSA, 1995, p. 12). A história de hoje é variável em suas metamorfoses, é multifacetada, tornando difícil reduzi-la a uma só tendência e delimitá-la a qualquer conceito que não seja plural.

Dessa abertura interdisciplinar a primeira beneficiada tem sido a narrativa, especialmente o romance, gênero "mestiço" por excelência, onde tradicionalmente se entrecruzam formas muito diversas de conhecimento. Tais transformações no campo da história, além de contribuir para a renovação do romance histórico, também têm coadjuvado para a transgressão da fronteira entre Literatura e História.

Embora existam pontos que separam os dois campos do conhecimento, Literatura e História mostram-se mais próximas do que distantes: ambas possuem a narrativa como mesma base, da qual brota uma série de características também comuns às duas áreas. Por isso, podemos afirmar que a ciência representada pela História e a arte representada pela Literatura "andam de mãos juntas", tornando a linha divisória que separa uma da outra cada vez menos nítida.

Percorremos brevemente a trajetória do romance histórico contemporâneo com intuito de avaliar em que medida *Cães da Província*, de Assis Brasil, e *Canibais*: paixão e morte na rua do Arvoredo, de David Coimbra, encontram-se estruturados dentro do novo subgênero. E em que proporção, nos romances selecionados, a metaficção historiográfica, proposta por Hutcheon, subverte o modelo tradicional denominado "romance histórico".

2.3 LITERATURA E HISTÓRIA EM CÃES DA PROVÍNCIA

Luiz Antonio de Assis Brasil⁶⁸ é um dos romancistas brasileiros mais reverenciados pelo público e premiados pela crítica contemporânea. Elogiado por Alfredo Bosi, em sua *História concisa da literatura brasileira*⁶⁹, os trabalhos do escritor gaúcho foram objeto de estudos e citações em obras de, entre outros, Regina Zilbermann, Volnyr Santos, Flávio Loureiro Chaves, e são também foco de diversos trabalhos acadêmicos, incluindo dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Cães da Província está entre os romances mais importantes do autor. Lançado em 1987, rendeu-lhe o Prêmio Literário Nacional, do Instituto Nacional do Livro. Primeiro há que considerar que o romance foi submetido a exame diferente. Antes de as páginas serem manuseadas pelos leitores, tornando-se obra de grande prestígio literário, foram analisadas por banca examinadora⁷⁰. Isso porque Cães da Província foi apresentado como tese de doutorado em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul no mesmo ano de sua publicação como livro. Foi uma defesa de tese inédita no círculo acadêmico do estado; até então só havia um precedente na Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também aceitou uma obra artística para conferir grau de doutorado, procedimento comum em países como os Estados Unidos e o Canadá.

Notadamente, com poucas exceções, as obras de Assis Brasil estão situadas num passado bastante remoto do Rio Grande de Sul⁷¹, o que permite a muitos críticos associarem sua produção literária ao gênero romance histórico. Em *Cães da Província*, percebemos o mesmo processo. O palco da trama é a Porto Alegre do século XIX. O autor recupera acontecimentos e personagens da história da capital gaúcha oitocentista para a criação da

⁶⁸ Luiz Antonio de Assis Brasil, autor de dezesseis romances, nasceu no ano de 1945, em Porto Alegre, onde reside atualmente. Formado em Direito, é doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e pós-doutor em Literatura Açoriana pela Universidade dos Açores. Paralelamente à carreira de escritor, mantém suas aulas na PUCRS, no Programa de Pós-Graduação em Letras. É ministrante e coordenador da Oficina de Criação Literária, desde 1985, na mesma universidade. Essas informações estão disponíveis em www.laab.com.br>.

⁶⁹ Ver a esse respeito: BOSI, 2006, p. 436.

⁷⁰ A banca era composta pelos doutores em Literatura: Donaldo Schüler, Cremilda Medina, Juan José Mouriño Mosquera, Dileta Silveira Martins e Elvo Clemente (DIÁRIO DO SUL, 13 ago. 1987, p. 11).

⁷¹ Em entrevista, o escritor confessa que se sente melhor escrevendo textos a respeito do passado: "parece que tenho maior liberdade criativa escrevendo sobre o passado, ou cujas ações se desenvolvam no passado. Ou também pode ser uma idéia fantasiosa de que as emoções humanas eram mais dramáticas". Trecho de entrevista extraído da resenha crítica "Subversão e entendimento na obra de arte literária: a escrita de Luiz Antonio de Assis Brasil", de Maria Helena de Moura Arias, presente na página eletrônica do escritor. Também presente na tese de doutorado *O homem que enganou a Província ou as peripécias de Qorpo-Santo*: uma leitura de *Cães da Província*, da mesma autora.

matéria ficcional. Mas não à maneira do romance histórico tradicional, pois o livro mostra-se muito mais afinado com o novo romance histórico.

Diferente do romance histórico clássico, em que os acontecimentos históricos serviam apenas de pano de fundo na obra, podemos dizer que a narrativa ficcional de Assis Brasil vai a fundo no ano de 1864, período em que dois assuntos "sacudiram" a cidade de Porto Alegre oitocentista, a saber: os escabrosos crimes da rua do Arvoredo e a conturbada história de vida do escritor José Joaquim de Campos Leão, autodenominado Qorpo-Santo.

Ao oposto dos romances históricos tradicionais em que figuras históricas eram relegadas a papéis secundários e só existiam para dar veracidade à obra, no romance em estudo, o casal José Ramos e Catarina Palse, juntamente com o chefe de polícia Dário Callado – esse em especial envolvido nos três núcleos narrativos –, assumem papel de evidência na narrativa. E a figura do dramaturgo Qorpo-Santo o papel de protagonista da trama.

A respeito de Qorpo-Santo, Assis Brasil em *Cães da Província* recria o imaginário da época em que viveu esse homem controvertido, considerado atualmente um dos maiores dramaturgos gaúchos do século XIX, mas ridicularizado e marginalizado em vida, inclusive foi alvo de processo de interdição judicial por loucura, impetrado pela própria esposa.

José Joaquim de Campos Leão nasceu na cidade de Triunfo. Planejava uma reforma ortográfica da língua portuguesa que, segundo ele, simplificaria a escrita eliminando algumas letras desnecessárias. Mais adiante se autodenominou Qorpo-Santo, já em função da sua peculiar escrita. O apelido vem do desejo malogrado de romper com as "relações naturais", de apartar-se do "mundo das mulheres" (CÉSAR, 1969, p. 11-14). Somam-se a esse conjunto de ideias, lendas e pequenas histórias, algumas delas retratadas na narrativa de *Cães da Província*, acerca do comportamento excêntrico de Qorpo-Santo. Por exemplo: em certa fase de sua vida ele teria trancado com pregos todas as janelas e portas do piso térreo de sua casa, à qual passou a ter acesso somente através das janelas e sacadas do andar superior, com o auxílio de uma escada.

Com base nas ações e hábitos pouco convencionais e os escritos polêmicos do dramaturgo, sua esposa, D. Inácia de Campos Leão, solicitou a separação matrimonial, bem como a interdição dos bens de família, o que ocorreu com explícito apoio de toda a sociedade; afinal, processar Qorpo-Santo como louco era um meio de neutralizar o perigo de suas ideias ofensivas e revolucionárias. Acusado, humilhado, vítima do sarcasmo de seus contemporâneos e declarado inapto – por decisão judicial – para administrar seus bens, Qorpo-Santo refugiou-se completamente na atividade literária. Escreveu a *Enciclopédia ou seis meses de uma enfermidade*, em que reúne provérbios de sua autoria, comentários em

forma de crônicas, poemas e peças teatrais, o mais importante de sua produção febril e polêmica. "Qorpo Santo foi interditado por possuir inteligência superior, muito acima da mediocridade do seu tempo. Não encontrou espaço para expressar sua genialidade. O que aconteceu foi um choque entre estas duas forças" (CORREIO DO POVO, 15 mar. 1987, p. 7). "Era um homem de absoluta vanguarda, não poderia ser entendido pela sociedade da época: considerado louco por uns, normal por outros" (JORNAL DO BRASIL, 26 mar. 1988, p. 12), comenta Assis Brasil em entrevistas.

Embora seja notória a ênfase nos acontecimentos que "constituíram" o cotidiano particular de Qorpo-Santo, protagonista da narrativa e vínculo pelo qual Assis Brasil atinge um de seus fins maiores, a crítica social à burguesia porto-alegrense do século XIX, a personagem não é o único foco dramático do livro *Cães da Província*. Com intuito de justificar algumas situações, reforçar a verossimilhança e a crítica de cunho social, o autor mescla os sucessivos e macabros assassinatos praticados por José Ramos, que concomitantemente à interdição de Qorpo-Santo, também foram motivo de escândalo à época. Dessa forma, embora os crimes da rua do Arvoredo não sejam o tema principal em *Cães da Província*, acabam ganhando destaque e relevo. Isso porque o autor os explora tantas vezes, que passam a constituir fator essencial para o desenrolar da trama, formando um dos núcleos mais dramáticos do livro, bem como importante e instigante leitura sobre os fatos.

Vale ressaltarmos que, vinculado ao núcleo narrativo que trata dos crimes da rua do Arvoredo e das personagens José Ramos, Catarina Palsen e o chefe de polícia Dário Calado e ao que versa sobre o processo de interdição do dramaturgo, em que se destacam o polêmico artista⁷², sua esposa Inácia Maria e o criado Juvêncio, a história também se estrutura em torno de um terceiro núcleo, associado à temática do adultério, tendo como personagens Eusébio, sua mulher Lucrécia e o criado José Canga.

-

Assis Brasil tem a ideia de escrever uma ficção sobre o controvertido Qorpo-Santo desde as primeiras montagens de suas peças, na década de 60, quando ele foi praticamente redescoberto pelo diretor Aníbal Danasceno Ferreira. Até então o gênio havia sido menosprezado pelos românticos, ignorado pelos parnasianos e esquecido pelos modernistas, e, como resultado disso, seus textos foram consumidos de forma implacável pela injúria do tempo, não alcançando, assim, um lugar de destaque na historiografia literária brasileira. O jornal Correio do Povo chama a atenção para a redescoberta de Qorpo-Santo: "A partir de 1966, com a montagem das principais peças de Qorpo-Santo, no Clube de Cultura, sua obra passou a ser conhecida em todo o país. Com direção de Antônio Carlos Senna, tendo a participação direta do jornalista Aníbal Damasceno Ferreira, estava completa a profecia feita pelo próprio José Joaquim de Campos Leão" (15 mar. 1987, p. 7). Segundo Qorpo-Santo, tudo o que escrevia só seria compreendido um século depois. A época foi importante também para trabalho de Guilhermino César, reunindo em obra única os textos teatrais de Qorpo-Santo. Para saber mais sobre o dramaturgo, além dos trabalhos referidos, indicamos: *Um qorpo santo na província*: da História à Ficção, de André Mena – dissertação apresentada em 2003 ao Curso de Pós-Graduação em Letras – Literatura Brasileira e Teoria Literária – da Universidade Federal de Santa Catarina.

O autor faz oscilar a narrativa em alguns momentos, alternando equilibradamente no tratamento particularizado de uma ou outra situação⁷³.

Assis Brasil abre seu romance com a descrição do espaço da capital da província do Rio Grande do Sul, considerada por muitos "uma das mais bem-sucedidas reconstituições históricas já feitas sobre a cidade de Porto Alegre da segunda metade do século XIX" (ELMIR, 2004, p. 137):

Vive-se bem em abril, quando os ardores amainam e ainda não começaram as ondas gélidas: o céu ganha uma bela cor de chá, e os entardeceres são luminosos e todo o povo se anima, os negócios reiniciam. É o melhor período, as pessoas até nem brigam. Cessam as disputas, todos se deixam tomar pelo encantamento da natureza que assim compensa os habitantes por terem suportado tantas inclemências. [...] A cidade viceja sua afortunada vida (ASSIS BRASIL, 1999, p. 17-18).

Após retratar a paisagem porto-alegrense oitocentista e apresentar o pano de fundo da trama, Assis Brasil desvela um mundo que, sob a aparência de burgo pacato, encerrava as mais fantásticas histórias de crimes, adultérios, incestos e crueldades. Entre elas este que é dos mais famosos casos policiais que Porto Alegre conheceu: os crimes da rua do Arvoredo: "Não se pode imaginar que justo neste período a cidade foi violentada por acontecimentos terríveis, jamais presenciados e cuja memória nunca se apagará. Justo quando todos ficam assim tão alegres. É uma pena, porque não merecíamos tanta desonra e infortúnio" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 18).

Apesar da sensação de que na cidade de Porto Alegre tudo acontecia do mesmo jeito, como por exemplo, os "verões tórridos e abafados", os "invernos de gretar os lábios e azular as mãos" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 17), os inevitáveis apelidos, a cidade foi assombrada por acontecimentos jamais esperados: os crimes de José Ramos.

Embora alguns fenômenos se repitam de forma cíclica, já no capítulo inaugural o discurso do narrador contém a ideia de que essa repetição é aparente, pois sempre podemos ser surpreendidos pelo imprevisto e pelo acaso. E esse fato faz com que não tenhamos o conhecimento por inteiro da história, concepção que fundamenta a narrativa; também pode ser presenciada através da metaficção, estratégia recorrente em *Cães da Província*. A perspectiva metaficcional encontra espaço⁷⁴ nas frequentes intervenções do narrador, que, além de tecer

⁷⁴ A metaficção se verifica não somente nas frequentes intervenções do narrador, mas também na inserção de um escritor protagonista na trama, na medida em que a personagem Qorpo-Santo se propõe discutir a trajetória da

⁷³ Embora a narrativa seja composta por esses três núcleos narrativos, nossas atenções irão voltar-se prioritariamente para o núcleo que diz respeito aos crimes da rua do Arvoredo, foco deste trabalho.

comentários e reflexões a respeito do próprio método empregado, também reconhece os limites e os poderes do "relato" ou da escrita do passado – recente ou remoto (HUTCHEON, 1991, p. 155). Mostra-se consciente de que a história não é previsível, e, assim como a realidade factual, são ambas inatingíveis: "Tremenda, ah, tremenda a luta entre o que se aspira e o que se representa" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 58).

Frente a isso, não estamos diante de um narrador pretensioso e autoritário, alguém que domina amplamente e por completo aquilo sobre o que versam os enunciados, e sim de um narrador afinado com os princípios da metaficção historiográfica:

As metaficções historiográficas parecem privilegiar duas formas de narração, que problematizam toda a noção de subjetividade: os múltiplos pontos de vista ou um narrador declaradamente onipotente. No entanto, não encontramos um indivíduo confiante em sua capacidade de conhecer o passado com um mínimo de certeza. Isso não é uma transcendência em relação à história, mas sim uma inserção problematizada da subjetividade na história (HUTCHEON, 1991, p. 156).

Nessa atmosfera, a história dos crimes de José Ramos e Catarina Palse aparece em alguns momentos ajustada de forma harmônica à ficção. A começar pelo nível temporal: teria sido em uma sexta-feira, 15 de abril de 1864, que José Ramos, por sugestão de sua amante Catarina Palse, decide matar o português Januário Martins Ramos da Silva, que possuía uma taverna no centro de Porto Alegre. Assim como na vida "real", é também no mês de abril que o crime foi cometido na ficção.

O narrador onisciente lamenta que o começo de um abril lindo tenha sido ofuscado pelos crimes da rua do Arvoredo. De forma filosófica reflete sobre os funestos acontecimentos:

Ah, cidade, muito tens a pagar, que te fizeram sofrer acontecimentos assim tão escabrosos neste abril desfalecente, não mereces tanto! [...] Mesmo que todo Céu e toda Terra e o Império inteiro clamassem a podridão dos teus costumes, não merecias tanta punição e opróbrio. Ninguém, nem o mais diabólico demônio, nem Solano Lopez, iria planear fatos tão embrutecedores e degradantes, para manchar eternamente teu nome, Porto Alegre tão valorosa e leal (ASSIS BRASIL, 1999, p. 71).

Outras semelhanças existem tanto na versão admitida pela história quanto na versão exibida na ficção. Assim, da mesma forma na narrativa histórica, os crimes do casal começam a vir à tona desde o desaparecimento do português Januário e de seu caixeiro, pois a partir desses

criação literária e explicitar, através da escritura de sua própria produção, preocupações daqueles que a ela se dedicam.

dois últimos assassinatos é que se desvenda a trama; antes desse fato: "ninguém possui provas de nada, ou pelo menos possuía, até meados do abril outonal" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 39).

Em sintonia com a história oficial, no romance a polícia havia conferido aos desaparecimentos pouca importância: "bem, é tudo gente sem qualidade: uma colona de Santa Cruz que veio vender charutos, o filho de um verdureiro bêbado e mais uma ou duas pessoas das quais há a suspeita de desaparecimento. Só suspeita" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 63). No entanto, uma notícia chega ao cais, desconcertando até os mais céticos, até os que acreditavam que tudo não passava de grande mentira: "Agora desaparecera alguém grosso e graúdo, um comerciante: Januário Ramos da Silva e também seu criado e cachorro" (id., ibid., p. 41).

Na história e na literatura, ao desaparecer um comerciante português o caso tomou outro rumo. Pressionado pela opinião pública, Calado passou a imprimir excepcional importância ao inquérito, saindo de um imobilismo que já causava suspeita.

Uma das teorias mais fortes que predominava no momento era a de que o criminoso haveria de ser um tal José Ramos, estabelecido no açougue na rua da Ponte e com casa de moradia na rua do Arvoredo. Isso porque alguém afirmava ter visto o açougueiro, "altas horas da noite, transportando, auxiliado por um alemão corcunda, desde a sua casa na rua do Arvoredo até o estabelecimento na rua da Ponte, um caixão pesadíssimo, de onde pingava sangue" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 42). Mas, ao ser intimado pelo chefe de polícia, José Ramos, com o desembaraço que lhe era peculiar, negava tais acusações, saindo bem em todas as respostas. Tinha álibis para tudo, protestava e jurava inocência, convencendo Dário Calado.

História e ficção se fundem igualmente no sentimento de insatisfação que se apossou da população que acompanhava com olhar atento todo o depoimento do acusado, em virtude da sua liberação, fator que contribuiu para exaltar ainda mais os ânimos já tão sobressaltados. Calado sentia-se no dever de acalmar a situação. Não tinha outra escolha, "precisava dar satisfação aos parentes do desaparecido e à cidadania da cidade que clamava por suas providências" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 62). Para restabelecer a paz na cidade, teria de ir até à casa da rua do Arvoredo, averiguar as suspeitas.

Em *Cães da Província*, a descrição da chegada da polícia na casa do acusado ocorre quase fielmente, com poucos desvios, à versão histórica considerada oficial. Dário Calado reúne comitiva nunca vista em Porto Alegre:

Em duas carruagens botou escrivães, oficiais de justiça, policiais armados e ajudantes [...], e dirige-se à rua do Arvoredo. Manda vir a pé dois condenados às galés para os serviços mais ordinários, como derrubar paredes ou – e nisso não acredita – desenterrar cadáveres. Mesmo porque as informações que lhe

dá o delegado não o convencem, de que ontem esteve na casa de José Ramos e lá encontrou vestígios de ossos no porão. Isso são ossos de rês, diz o doutor Calado (ASSIS BRASIL, 1999, p. 66).

Semelhanças também podem ser evidenciadas no que concerne à busca e à exumação, em 18 de abril de 1864, na casa do acusado. Nessa ocasião são encontradas diversas provas que comprometem José Ramos e Catarina Palse:

– Um crânio. Anote aí: um crânio – dita o doutor Calado ao escrivão, mal acreditando que todas suas suspeitas se confirmaram, desenterraram tíbias, úmeros, costelas, espinhaços, que saem da terra do porão com exclamações de assombro do povo [...] chegando lá fora, vê uma grande aglomeração junto ao poço e, antes que possa tomar pé no que acontece, mostram-lhe postas ensangüentadas de gente, são pés, braços, mãos e outros membros deitados sobre uma lona (ASSIS BRASIL, 1999 p. 68-69).

Tanto no plano da literatura quanto no plano da história, as narrativas dão conta de que durante a escavação no pátio da casa da rua do Arvoredo foram descobertos os cadáveres de Januário, do caixeiro e um corpo em avançado estado de putrefação:

O delegado não parece atingido pela tétrica exposição; com minúcia vai descrevendo: – Aquilo que o senhor vê é um tórax, ali as pernas e a cabeça, já conseguimos formar um corpo inteiro, o que acha disto? – E reconheceram o infeliz? – É o caixeiro de Januário. [...] Lentamente, puxadas por cordas em cujas pontas haviam atado ganchos de ferro, sobem mais partes de um grande corpo de homem, violáceas e fétidas. É o Januário, alguém diz. – E o cachorro? – pergunta o doutor Calado, arrependendo-se logo. – Já foi desenterrado também – informa-lhe o delegado (ASSIS BRASIL, 1999, p. 69).

Durante a busca no interior da residência, a narrativa de Assis Brasil se aproxima da narrativa histórica. O chefe de polícia, ao olhar para as tábuas do assoalho, procurando concentrar-se na sua missão, sente-se desconcertado, pois revelam-se mais provas que incriminam o casal:

Há uma grande mancha vermelha no chão e que não se desfizera mesmo depois da evidência de muitas lavadas [...] vai constatando, há várias manchas de sangue no quarto, no corredor, mas seu olho experiente indica umas manchas mais novas, outras mais antigas. Vendo umas botas desparelhadas a um canto, pergunta a quem pertence (ASSIS BRASIL, 1999 p. 67-68).

Fatos reais e ficcionais se unem também no suposto diálogo que revela a tentativa inútil dos culpados em livrar-se da acusação de assassinato, mesmo quando as marcas de sangue visíveis em diversos cômodos da casa insistiam em incriminá-los. As versões

inverossímeis sustentadas pelos acusados e as estratégias para se isentarem da culpa podem ser observadas na literatura e na história. Da mesma maneira que na versão admitida pelo discurso oficial, em *Cães da Província* é expresso o argumento utilizado por Ramos na tentativa de esquivar-se das acusações: "O que é isto? – pergunta o chefe de polícia ao acusado. José Ramos não se dá por achado, diz que é sangue de uma galinha mal morta que viera do pátio, largando sangue por toda a casa" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 67-68).

Em ambos os discursos a população acompanhava aflita toda a busca e apreensão na casa de José Ramos. Assim como a versão admitida pela história, também no romance há menção à fracassada tentativa de homicídio de Ramos contra José Luis de Caldas Quintella, em que as pessoas sentiam-se de certa forma consoladas pelo fato de entre os mortos Ouintella não estar.

Quanto à caracterização da personagem feminina, em *Cães da Província* Catarina é possuidora de "furiosa beleza" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 42), que despertava a atenção dos homens casados e o ciúme das esposas. As distintas senhoras, com intuito de tirar a bela mulher de cena, torciam para que ela fosse condenada, talvez mais do que o próprio José Ramos:

A Palsen! Dizem as soberbas matronas a seus maridos, como se vingando de tanto olho grosso que eles punham sobre a mulher de José Ramos. A Palsen não é brasileira! Exclamavam como explicação. É filha de húngaros! Alguns se aliviam; afinal, só estrangeiro pode ser tão facinoroso. O brasileiro José Ramos deixara-se levar pelos ardis da mulher, a estrangeira maleva (1999, p. 72).

No excerto acima, assim como na versão histórica, é feita referência à procedência húngara de Catarina. Dessa passagem também podemos inferir o repúdio, a aversão aos estrangeiros, tão presente no Rio Grande do Sul do século XIX.

As relações entre as comunidades alemã e luso-brasileira sempre foram um tanto tensas em função de vários fatores. Primeiro devido à "questão inglesa" ou à "questão Christie", em virtude das diferenças culturais. Os alemães pertenciam a outra etnia, falavam outra língua e muitos professavam outra religião em vez da católica. Além disso, sua acentuada ética no trabalho contrastava com a ociosidade que a escravidão implantou no Brasil, ou seja, os luso-brasileiros desprezavam os alemães porque estes trabalhavam com as mãos, "tal qual os negros".

Por outro lado, era inegável que a província recebera um forte impulso econômico graças às colônias alemãs e que, em Porto Alegre, a população de mais de 15% de alemães fazia forte concorrência ao comércio dos luso-brasileiros, fato que equilibrava a situação. No entanto, as relações entre as duas etnias tornaram-se mais sensíveis quando os crimes de José

Ramos vieram à tona, o que ocorreu por dois motivos principais: Ramos falava alemão e todos os seus cúmplices eram de origem germânica, o que fez aumentar a discriminação generalizada. A partir de então, germaniza-se o nome do criminoso. Ramos é transformado em *Ramis* ou *Rams*. Em documentos e jornais da época, atribui-se esse sobrenome ao cabeça dos crimes⁷⁵.

Fatos ficcionais também se atrelam à descrição histórica do incidente provocado na cidade em função dos assassinatos. Em *Cães da Província* a comoção ante os crimes é referida após a tão esperada confissão de Catarina Palsen. Calado vai até a janela falar com a população que aguardava do lado de fora da delegacia empunhando pedras e pedaços de paus. No entanto, a notícia da confissão, ao invés de acalmar os ânimos, os incendeia ainda mais:

A multidão, friccionada pela astenia das últimas palavras, reacende-se, os impropérios varejam o ar como projéteis. Gritam pelas cabeças dos criminosos [...]. Num momento de trégua, que serve para dar mais solenidade à hora, uma voz se levanta: — Cuide, doutor Dário Calado, cuide muito bem dos seus presos. É uma ameaça carregada de ódio, a voz coletiva espojando-se no ódio acumulado. Algo que também se dirige a ele, chefe de Polícia, que deixou as coisas chegarem neste ponto. Tem sua parcela de culpa, e treme por isso (ASSIS BRASIL, 1999, p. 192).

A confissão de Catarina acontece após a descoberta das autoridades de mais três corpos enterrados em uma chácara em Petrópolis. Dário Calado, na última tentativa de conseguir a confissão do casal, diz:

– Escutem vocês – diz ao casal, repetindo o que já dissera dezenas de vezes. – São agora seis as vítimas: o açougueiro Klausen, o comerciante Januário, o caixeiro, e hoje mais estes três, que só podem ser a colona Luisa, o colono Adolfo e mais um que não se sabe quem é. Todos os indícios, todas as provas, tudo conduz à convicção de que foram vocês. Por que não confessa logo? [...] – Três negros disseram que há dois meses levaram caixotes que exalavam um cheiro nauseabundo desde a casa de vocês até a chácara de Petrópolis, e lá os deixaram com José Ramos, que esperava com uma pá. Depois, há o depoimento do corcunda Henrique, que afirma ter levado, dentro de uma caixa, um corpo que enterraram no porão. O que mais precisamos? (ASSIS BRASIL, 1999, p. 189-190).

Após ouvir tais argumentos do chefe de polícia, Catarina cede à pressão e decide contar tudo. Palsen revela os homicídios que José Ramos teria praticado, todos seguindo o obsessivo e idêntico ritual: "com um golpe de machado no meio da testa, e ora as pessoas morriam no momento, ora custavam um pouco, e neste caso uma segunda machadada

-

⁷⁵ Ver a esse respeito: "O caso do açougueiro Rams", em *O Anuário Indicador do Rio Grande do Sul*, 1924, 5ª série, p. 97-99.

separava a cabeça do corpo" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 190). Relata também alguns nomes dessas supostas vítimas. A acusada narra com fluidez, reconstitui diálogos entre si e o marido, entre o marido e as vítimas. Por meio dela, fica-se sabendo ainda que os incautos eram trazidos para dentro de casa graças à lábia altamente persuasiva de José Ramos, para grande decepção das mulheres enciumadas que depositavam toda a culpa dos crimes em Catarina.

O perfil de José Ramos era conhecido por ser um grande conquistador de mulheres; ele sabia também "enredar as conversas numa roda, costumava pagar giros de bebida, e nunca estava só" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 42). O assassino valia-se da boa conversa para colher nas hospedarias os candidatos ao sacrifício. Dava-lhes comida e bebida e os levava-os para casa, "até que chegava o momento em que o homicida ia para o interior da casa e surgia na sala com o instrumento mortal e, sem uma palavra, desferia o golpe" (id., ibid., p. 190-191). Assim foram cometidos todos os crimes.

No romance, assim como na versão histórica, há referência ao fato de os jornais da cidade terem silenciado sobre os crimes. Tal atitude evidencia o desejo de esquecer e abafar o caso, a intenção deliberada de apagá-lo da memória dos porto-alegrenses:

Mas os jornais hoje nada falam do acontecido [...]. Lê-se tudo: carreiras no Passo d'Areia, vapores que chegam da Corte, leilões de comerciantes quebrados, anúncios de escravos fugidos, queda do ministério, portarias dos chefetes, tudo. Só o maior acontecimento silenciam [...]. E muito cal virgem já deve estar preparada para se jogar sobre o caixão, não só pela higiene pública, mas para que também tenha o efeito de desfazer a memória do crime, do qual todos, embora não dizendo, alimentam sua parte de culpa; coisa estranha a alma humana, merecedora de tratados, quem sabe um dia? (ASSIS BRASIL, 1999, p. 83-84).

Com a confissão de Catarina, o inquérito é encerrado, e "os dois seres que talvez nem pertençam à natureza humana" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 192) são levados para a prisão. E dessa forma, a história dos crimes da rua do Arvoredo, que por tanto tempo escureceu os límpidos céus da Província, encaminha-se para o final.

2.4 LITERATURA E HISTÓRIA EM CANIBAIS

David Coimbra⁷⁶ é um dos colunistas mais conhecidos de *Zero Hora*, jornal gaúcho de ampla circulação. Transformou sua coluna esportiva em verdadeira janela para o mundo, ao narrar histórias que, de alguma maneira relacionadas ao esporte, falam, em última instância, da condição humana. E assim, por meio de suas narrativas curtas conquistou imenso público que o acompanha no jornal e em livros.

Canibais: paixão e morte na rua do Arvoredo, lançado em 2004, marca nova fase na vida do escritor, em que ele alça voo partindo para uma ficção mais longa. O seu primeiro romance sensibilizou Moacyr Scliar, que chama a atenção para o fato de que todas as qualidades exibidas por D. Coimbra na narrativa curta estão de igual maneira ali presentes apaixonando o leitor. Scliar considera o livro uma "bela obra da nova ficção gaúcha, que é, por sua vez, ponto alto da nova ficção brasileira" 77.

Canibais, de D. Coimbra, pode ser considerado romance histórico, pois "corresponde àquelas experiências que têm por objetivo explícito a intenção de promover uma apropriação de fatos históricos definidores de uma fase da História de determinada comunidade humana" (BAUMGARTEN, 2000, p. 169).

Em linguagem ágil, convincente, que conjuga de maneira precisa a comunicação jornalística com o voo ficcional, em *Canibais* o autor recupera e ficcionaliza em tempo recente o sombrio episódio dos crimes da rua do Arvoredo. O cenário da trama é a mesma Capital, Porto Alegre, ainda em formação: "escravos fugidos, imigrantes, desgarrados, bandidos de todo tipo se atocaiavam em cada canto penumbroso das estreitas e malcheirosas ruas da Capital" (COIMBRA, 2008, p. 9).

Mais do que retomar o episódio sombrio da história de Porto Alegre, aqui personalidades reais são transformadas em personagens ficcionais. Entretanto, diferentemente do romance histórico clássico em que tais personagens atuavam somente no pano de fundo em um período real, na narrativa ficcional de D. Coimbra, personagens de existência comprovada ganham destaque. A saber: José Ramos e Catarina Palse, assim como o chefe de polícia Dário

⁷⁶ David Coimbra nasceu em Porto Alegre, em 1962. Formou-se em jornalismo pela PUCRS em 1984. Atualmente trabalha como repórter e editor de esportes e crônicas do jornal *Zero Hora*, da capital gaúcha. *Canibais:* paixão e morte na rua do Arvoredo (2004) é o seu primeiro romance; seguido de outras publicações: *Jogo de damas; Mulheres!*; *Pistoleiros também mandam flores; Cris, a fera & outras mulheres de arrepiar.* Entre os prêmios que ganhou como escritor, estão: Prêmio Açorianos, Prêmio Habitasul, Prêmio Érico Veríssimo.

⁷⁷ Ver a esse respeito o prefácio em COIMBRA, 2008, p. 5.

Callado, a prostituta e vidente Bronze e outras figuras que existiram e fizeram parte da história da cidade.

Outra característica marcante no romance: a história se desenvolve em episódios, cada um dos quais acaba em situação de suspense, gerando no leitor a curiosidade e a expectativa da leitura do episódio seguinte. As oscilações das histórias, bem como as peripécias interpostas ao longo da narrativa, cumprem a função do desejado retardamento, aumentando o suspense, ao mesmo tempo em que atuam visando "à desautomatização dos hábitos perceptivos do leitor" (BORDINI, 1991, p. 23). Isso nos leva a pensar que tal estratégia também pode ser associada ou compreendida como efeito do tempo necessário para capturar do leitor as razões ou os argumentos que estão na base da construção da intriga proposta. Dessa forma, o que precisa ser dito deve ser revelado aos poucos.

Fica evidente na narrativa a influência do livro de D. Freitas, bem como algumas informações fornecidas pelo processo criminal e pelas narrativas jornalísticas da época. O fato narrado pela história aproxima-se da narrativa ficcional em várias ocasiões. A iniciar pelo relato da trágica história de vida de Catarina Palse. Assim como na versão histórica, em *Canibais* há referência à perda brutal e traumática de seus pais e irmãos na guerra, bem como há menção ao fato de ela, ainda criança, ter sido violentada, na Transilvânia, pelos soldados russos:

A chegada dos russos mudou tudo. Aquele dia se tornou brumoso em sua lembrança. A soldadesca arrombando as portas das casas da aldeia, destruindo o que encontrava pela frente. De repente, estavam dentro da sua casa. Seus pais e seus irmãos sumiram numa nuvem de violência, de punhos fechados, solas de botas, baionetas caladas. Catarina foi arrastada para o quarto. Teve as roupas arrancadas. Gritava e gritava, implorava por piedade. Os soldados a estupraram, um depois do outro, metodicamente [...] (COIMBRA, 2008, p. 139).

Tanto no plano da história quanto no da ficção, há menção de que após essa fatalidade Catarina vagava sozinha pelas ruas, até conhecer o cardador de lã Peter Palse, com quem se casa. O casal resolve emigrar para o Brasil devido à miséria. Quando a situação de Catarina começava a dar sinais de melhora, outra desgraça a atinge: "Durante a viagem, Peter atirou uma corda curta por cima de uma porta, subiu em um banquinho e se enforcou" (COIMBRA, 2008 p. 139-140). Catarina jamais descobrirá a razão que levou seu atormentado marido a suprimir a própria vida. Chega à Província de São Pedro sozinha e tempos depois conhece José Ramos.

Assim como Catarina, José Ramos também vivera acontecimentos trágicos. Na história e na literatura é relatado o fato de Ramos, na juventude, ainda quando morava em Santa Catarina, ter-se tornado parricida. Em uma noite, já adolescente, sai em defesa de sua mãe, agredida pelo pai, Manuel, alcoólatra: "O filho deu de mão numa faca de churrasco e enfiou quinze centímetros da lâmina afiada no corpo do pai" (COIMBRA, 2008, p. 147). Passados dois dias o pai morre. José foge para a Província de São Pedro.

Desde a infância José Ramos demonstrava tendência e gosto à violência. Quer no plano da história, quer no plano da ficção, há referência de que, ainda menino, manifestava grande interesse e respeito aos feitos da guerra narrados por seu pai, em especial ao modo de praticar a degola. À noite, Manoel contava histórias da guerra para os meninos: "José se encantava com as descrições dos inimigos capturados, pedia que o pai as repetisse e, ao dormir, sonha com as cenas de sangue e crueldade" (COIMBRA, 2008, p. 147). Na trama, sempre que matava alguém lembrava-se de seu pai: "Devia ser exatamente assim que o velho fazia na Guerra dos Farrapos" (id., ibid., p. 22).

Literatura e história também se fundem na descrição da vida de Ramos em Porto Alegre. Por aqui sua vida não foi menos atribulada. Assim como na versão histórica, na trama, ao chegar à Província senta praça como soldado da polícia. Torna-se homem de confiança do chefe de polícia Dário Callado⁷⁸. A carreira de Ramos trilhava por um caminho ladeira acima, até que "ele deparou com Domingos José da Costa, o célebre Campara" (COIMBRA, 2008, p. 48).

A narrativa ficcional se aproxima da história na descrição da investida contra a vida do preso Domingos José da Costa, mais conhecido como Campara, o Robin Hood dos Pampas. Campara, filho de um coronel muito bem conceituado, pratica assaltos em várias regiões da Província. Torna-se célebre por roubar de ricos e distribuir o produto dos saques entre os pobres. Nunca matou ou feriu alguém. Nos assaltos, vale-se da astúcia, da sua extraordinária força física e do prestígio de seu nome. Preso em Santa Maria, foge da cadeia, mas em novembro de 1862 é preso novamente em Vacaria. Para maior segurança, trancafiamno no presídio de Porto Alegre, onde é colocado sozinho em uma cela. Para seu azar, José Ramos entra na cela, algema-o e tenta degolá-lo, sob pretexto de que o surpreendera quando tentava fugir (FREITAS, 1996). É provável que uma das motivações para que José Ramos cometa tal ato tenha sido a inveja que sentia do prisioneiro: "um fora-da-lei, um ladrão vulgar, era amado pelo povo. Por que aquilo?" (COIMBRA, 2008, p. 153). Uma noite em que estava

٠

⁷⁸ Vale lembrar, Dário Callado era conhecido como um homem facilmente irritável, violento e de escrúpulos maleáveis. Por esses fatores, é alvo de muitas críticas. Na época jornais oposicionistas denunciam os crimes e as infâmias dos agentes dos chefes de polícia, entre os quais Callado se enquadra, tais como prisões ilegais, espancamentos de presos e irregularidades administrativas (FREITAS, 1996, p. 55).

só, cuidando da cadeia, Ramos decidiu conhecer o preso: "Tomou os cabelos de Campara com a mão canhota, derrubando-o do catre, colocando-o de joelhos no chão da cela. Puxou a cabeça para trás, como faziam os degoladores na Guerra dos Farrapos, preparou-se para lhe rasgar um talho de orelha a orelha" (id., ibid., p. 155), mas foi surpreendido por dois policiais. Ramos é banido da Força, mas continua prestando alguns serviços para o chefe de polícia.

Canibais também é calcado na suspeita nunca comprovada do fabrico e consumo das "linguiças de carne de gente". Após matar e supostamente fabricar linguiça com os restos das vítimas, José Ramos dedica-se ao obsessivo ritual: "banha-se demoradamente, veste-se caprichosamente e perfuma-se abundantemente, mais que o habitual" (COIMBRA, 2008 p. 53-54). Ramos se destaca pela abundância do perfume e por isso, durante muito tempo será chamado de "Monstro Perfumado" (FREITAS, 1996, p. 45) na região. Feito isso, o assassino vai ao teatro São Pedro. Quando não há espetáculo no São Pedro, vai ao velho teatrinho da rua de Bragança, para se espiritualizar. É um apaixonado por arte e por música:

De quando em quando, saía de casa vestido como se fosse o próprio Conde D' Eu, que meses atrás contraíra núpcias com a princesa Isabel. E ia aos espetáculos do Theatro São Pedro. Às peças, aos concertos de flauta e harpa, às operas. Ramos era louco por música. Dizia que a música o purificava. Fazia questão de ir ao São Pedro, sobretudo depois de executar um de seus bois (COIMBRA, 2008, p. 138).

Entretanto, nem mesmo a arte é capaz de conter seu comportamento transgressor. Os instintos animais sobrevivem e subjazem na ordem civilizada que o homem criou na tentativa de elevar-se acima dos outros animais. A sociedade procura controlar os instintos básicos de animalidade, ao passo que a religião e a arte representam um esforço de espiritualização, transcendendo a animalidade. Mediante a criação de uma ordem moral, o homem tentaria diferenciar-se do mundo animal não-humano. Mas toda a história humana atesta o fracasso destas tentativas; a exemplo, a condenação do homicídio, mas, ao mesmo tempo, dada a irrefreabilidade dos instintos, o homem nunca deixou de legitimá-lo, em certas circunstâncias. Sabe-se que se autoriza o homicídio individual, em nome da lei ou do estado de necessidade. Também se tem o homicídio cometido coletivamente, ao qual se empresta um sentido moral, em nome da pátria, da religião, do povo (FREITAS, 1996).

Todos esses exemplos traduzem a incontrolável bestialidade humana e comprovam a tese de que constantemente o homem recai no estado de natureza animal (id., ibid.). Logo, os crimes da rua do Arvoredo só chocam e soam inverossímeis porque se tende a esquecer a crua verdade de que o ser humano é, essencialmente, um animal, incontestavelmente superior aos

outros animais, mas, ainda assim, não mais capaz do que eles de transcender a animalidade: "há um chacal adormecido em cada homem" (id., ibid., p. 12).

Uma das motivações para o impulso homicida do acusado pode estar também associada ao prazer que sentia ao dispor da vida de outro homem. Ramos sentia prazer em matar, afirmação comprovada pelo fim reservado aos objetos roubados por seu algoz. Ele reúne os pertences das vítimas cuidadosamente, não os vendendo ou usando. São como relíquias para o assassino, fato que afasta a hipótese de que matava estritamente para roubar. No romance essa questão fica explícita:

O chefe de polícia Dário Rafael Callado encontrou evidências de que pelo menos dez homens foram assassinados e, posteriormente, esquartejados no porão da casa número 27 da rua do Arvoredo, habitada pelos inquilinos José Ramos e Catarina Palse. Tais indícios foram fornecidos pelos pertences das vítimas, que Ramos guardava como suvenir no grande baú do porão, e por ossos humanos parcialmente corroídos, descobertos num tonel de ácido no quintal (COIMBRA, 2008, p. 255).

Além disso, matava com intuito de firmar sua superioridade e sua força sobre as pessoas que desprezava, assim como para manifestar seu desprezo pelos que se consideravam superiores e mais fortes, graças ao poder. Daí o empenho de oferecer as linguiças de carne humana às autoridades da província. "Sentia prazer em ver os habitantes de Porto Alegre comendo uns aos outros e ainda elogiando o sabor da lingüiça, sobretudo abastados, a gente da alta classe, os políticos, os padres" (id., ibid., p. 137). Como não pode matar os poderosos, vinga-se deles, vendendo o alimento.

No depoimento de Catarina quatro anos após a condenação do casal, inferimos que o sentido para os crimes está dado, segundo quer fazer crer a versão narrada pela história desde a infância de José Ramos – ao ouvir falar das histórias de degola contadas pelo pai –, e desde a primeira mocidade de Catarina – ao perder de forma trágica e traumática os pais e irmãos na guerra e, em especial, ao ter sido, ela própria, violentada pelos soldados russos aos doze anos de idade. Diz Catarina à polícia que José Ramos "Teria que matar muitas pessoas. Os mortos não precisavam de dinheiro ou riqueza, enquanto que nós dois tínhamos o direito a isso devido aos nossos sofrimentos" (FREITAS, 1996, p. 107). Elmir (2004) chama muito bem a atenção para o fato de se poder considerar, até certo ponto, que se constrói aqui o argumento de que os assassinatos praticados por Ramos funcionavam, na percepção de Catarina, como um sentimento catártico a fim de sanar as dores que ambos traziam de experiências de vida traumáticas. Catarina estabelecerá deliberadamente ligação entre os males que sofrera na

infância e os crimes praticados por José Ramos com seu consentimento. A mesma felicidade dele em matar era a sua ao saber das mortes: "saber que toda aquela chamada gente de bem da cidade comeria carne humana e se transformaria em canibal lhe dava enorme prazer. Ramos finalmente se vingava de todas as privações que havia passado em sua vida" (COIMBRA, 2008, p. 156).

Acrescenta-se às motivações dos crimes a sinistra história da casa da rua do Arvoredo⁷⁹. "Tudo conspira para o cometimento dos crimes. Não fosse a 'alma' do casal, seria o 'espírito' instalado no lugar de sua vida em comum" (ELMIR, 2004, p. 129). A casa onde o casal passa a viver em meados de 1863 e onde os crimes são perpetrados carrega o estigma de amaldiçoada, pois ali no número 27, em janeiro de 1853, um taverneiro que nela residia foi degolado por dois assaltantes. Esse assassinato constitui-se no primeiro latrocínio da história de Porto Alegre. Em *Canibais*, no capítulo intitulado "Era a casa dos assassinos", esse fato é expresso através da fala do narrador:

O sapateiro Walter sabia que a casa em que seus vizinhos Ramos e Catarina moravam era amaldiçoada. Ali, no número 27 da rua do Arvoredo, o português Manoel José Tavares havia sido assassinado, dez invernos atrás – o primeiro latrocínio da história de Porto Alegre, prova irrefutável de que a cidade começava a crescer (COIMBRA, 2008, p. 40).

Dário Calado, por sua vez, depois de descobrir, na casa do casal, os pertences das vítimas, os corpos e o fim que tiveram, fica entre satisfeito e preocupado. Satisfeito porque isso resolveria o caso dos desaparecimentos misteriosos. Preocupado porque o criminoso era um de seus informantes assalariados. Para o chefe de polícia, o ideal seria que o caso permanecesse em sigilo absoluto.

No romance também é expresso o desejo de abafar o caso da linguiça de carne humana. Na história, frente à situação de não poder prever qual seria a reação dos moradores da cidade quando soubessem que de fato teriam consumido carne humana feita pelas mãos de açougueiro alemão, o chefe de polícia em exercício⁸⁰ tenta abafar o caso, através da impronúncia dos acusados. Em *Canibais* esse desejo é expresso:

Dário Callado compreendeu de imediato que a história da lingüiça feita com carne de gente era incendiária. Aquilo transformava quase que a população inteira em antropófaga. A lingüiça era uma das preferências gastronômicas dos porto-alegrenses. [...]. Aquele caso lhe traria muitos problemas, tinha

⁷⁹ Vale ressaltar que hoje não há certeza quanto ao local exato da antiga casa da rua do Arvoredo.

⁸⁰ É importante sublinhar que, segundo D. Freitas (1996), na ocasião do suposto novo depoimento de Catarina, em 1868, estava em exercício o chefe de polícia Gervásio Campello, substituto de Dário Calado.

plena convicção. Precisava abafar pelo menos a parte que se referia à lingüiça (COIMBRA, 2008, p. 256).

As tentativas de esconder os crimes não impediram que a divulgação dos fatos chegasse ao público. O chefe de polícia sabia de antemão que seria impossível guardar segredo, pois havia muitas pessoas envolvidas: "o sapateiro, o anspeçada, as famílias dos desaparecidos". Além disso: "aquela velhota, a tal Honestina, ela não saía de perto" (COIMBRA, 2008, p. 255). No romance, é por meio da sempre atenta Dona Honestina, fofoqueira da cidade, "a notícia se espalha com a rapidez da locomotiva Baronesa, que há dez anos ligava a Baía de Guanabara a Petrópolis [...]. Em questão de horas, a cidade toda comentava os assassinatos e o que fora feito dos corpos" (id., ibid., p. 256).

A notícia é responsável por acentuar-se o antigermanismo no Rio Grande do Sul do século XIX. O fato de Catarina Palse ser alemã e o açougue, antes de Ramos, ter sido propriedade de um alemão desperta a animosidade racial latente na cidade, quando os crimes vêm à tona:

O Palácio do Governo foi cercado por populares que exigiam providências, sem, no entanto, especificar o que as autoridades poderiam fazer. Era revolta em estado puro. As pessoas talvez quisessem que a polícia desmentisse aquela história escatológica. E queriam, sobretudo, encontrar um culpado no qual pudessem descarregar sua indignação. Gritavam que os alemães eram assassinos, que eram canibais. O chefe de polícia precisou usar toda a força policial para conter a manifestação (COIMBRA, 2008, p. 257).

O antigermanismo pode ser igualmente presenciado no padeiro Antunes. Volta e meia, ele repetia sua tese acerca dos efeitos da imigração germânica no país. Em uma de suas conversas habituais, pela manhã, com o amigo Walter, Antunes comenta:

– Sei que você mesmo é alemão, que sua mãe era alemã, que sua mulher era alemã, Walter. Mas vocês são diferentes. Sua mulher com certeza era diferente. A maioria das alemãs é pérfida. É perigosa! Desconfio delas. Desconfie delas também, Walter. Essas loiras vão transformar a província numa terra de cornos irremediáveis! [...] Essa Catarina é dessa laia. Pode ser linda, pode ser fascinante, mas é perigosa. Ela não é como as alemãs da sua família. Ela é uma dessas alemãs do Mal, que estão infestando a província (COIMBRA, 2008, p. 49).

O cônsul da Prússia convoca uma reunião consular⁸¹ a fim de discutir a situação. Receoso de que tumultos populares ponham em risco a integridade física e as propriedades dos imigrantes, ele forma uma comissão com os demais cônsules e vai ao Presidente da Província pedir garantia de segurança para os estrangeiros. A comissão fica especialmente preocupada com os rumores de que imigrantes alemães "comem carne humana, como os índios" (FREITAS, 1996, p. 71).

Os crimes de José Ramos provocam, assim, um incidente diplomático, cuja repercussão alcança até o jornal uruguaio *El Oriental*, que noticia: "As autoridades da província de São Pedro do Rio Grande do Sul descobriram que os alemães, motivados pela avareza, matam pessoas para fazer e vender linguiça de sua carne. Sirva de advertência para que o governo oriental traga sob vigilância esses estrangeiros" (FREITAS, 1996, p. 128).

O antigermanismo pode ser igualmente observado através da notícia do jornal francês *Le Temps*⁸², sob o título "O maior crime da terra":

O mundo civilizado estremecerá de horror ao saber que no Império do Brasil se pratica o canibalismo. Na cidade de Porto Alegre [...], um grupo alemão assassinou seis pessoas e com sua carne fabricou linguiça, vendendo-a ao público, que a comeu despreocupadamente. Tem-se aí mais uma prova da barbárie germânica que hoje inquieta a França e a Europa (FREITAS, 1996, p. 128).

A negação dos crimes da rua do Arvoredo em benefício da "memória da cidade" estaria diretamente associada à suposta fabricação de linguiça de carne humana⁸³. No romance, a questão é expressa através do sentimento que se apoderou da população da cidade:

Aquela história rapidamente se transformou em tabu para os porto-alegrenses. Quando um forasteiro perguntava se era verdade que existia em Porto Alegre

_

⁸¹ Afora outros cônsules germânicos, comparecem os da Argentina, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Rússia, Suécia, Suíça e Uruguai, além de alguns comerciantes germânicos (FREITAS, 1996, p. 128).

⁸² O antigermanismo do jornal francês se explica num momento em que a guerra franco-prussiana já era iminente.

⁸³ Segundo D. Freitas (1996), a negação dessa característica específica dos crimes estaria vinculada ao caráter traumático que seu conhecimento poderia acarretar junto à população da cidade. O autor associa essa negação ao desaparecimento dos processos referentes aos crimes da rua do Arvoredo, em especial o que versou sobre o caso da linguiça com carne humana, à tentativa e o desejo generalizado da cidade de esconder os pormenores dos crimes praticados por José Ramos, assim como certo empenho em negar o estigma do canibalismo que cercou a capital dos pampas. Além dos desaparecimentos dos processos referentes aos crimes, que sustentam a posição "de que houve um apagamento deliberado dos acontecimentos da rua do Arvoredo da memória da cidade", outros fatos colaboram para ideia de negação, entre eles, o golpe judicial para subtrair ao julgamento pelo júri o caso da linguiça de carne humana e ensejar a absolvição liminar dos acusados pelo juiz singular. O silêncio dos jornais locais da época e dos cronistas da cidade, salvo Aquiles Porto Alegre, que registra a fabricação da linguiça de carne humana, e, em último lugar, mas não menos expressivo, as pressões sofridas pelo *Diário de Notícias*, em 1948, para que não mencionasse a questão da linguiça de carne humana, representam a negação do episódio.

um açougue que vendia linguiça feita com carne humana, os cidadãos mudavam de assunto, debochavam, juravam que aquilo não passava de folclore (COIMBRA, 2008, p. 257).

Assim, de volta aos seus lares, ressentidos, frustrados, os moradores desencadearam um processo coletivo e silencioso de assimilação do caso. Como se toda a cidade houvesse entrado em um acordo mudo, ninguém mais falava no caso da rua do Arvoredo. E dessa maneira, a história dos escabrosos crimes se encaminha para o final, na narrativa de *Canibais*.

2.5 O CASO DO CANIBALISMO EM CÃES DA PROVÍNCIA E EM CANIBAIS

Embora o canibalismo seja repudiado por questões éticas e morais contemporâneas, tornando-se tabu em nossa cultura e tema indigesto, ele ainda está presente na sociedade sob diferentes formas e variantes. Esporadicamente, a ação isolada de alguns serials killers e psicopatas faz esse tema vir à tona novamente. Casos de canibalismo aparecem no noticiário de tempos em tempos, indicando que a prática é mais frequente do que ousamos pensar⁸⁴. Além disso, quando o homem não pode praticar o canibalismo no sentido literal, ele o pratica no sentido metafórico, na luta pela vida. No convívio em sociedade é comum a prática de condutas que ferem a ética e a moral. Na tentativa de ficar em evidência, muitas vezes, o homem "devora o outro", por meio de trapaças e boicotes, ignorando o respeito ao próximo. Muitos associam como forma de canibalismo a transubstanciação, prática adotada em geral pela Igreja Católica⁸⁵. Os defensores dessa ideia alegam que na missa come-se a carne de Cristo e não um símbolo da carne de Cristo; bebe-se o sangue de Cristo e não um símbolo de sangue de Cristo. Então, segundo esse pensamento, a transubstanciação seria mais uma forma de canibalismo. Na literatura também se faz presente, constituindo marca da construção da identidade⁸⁶. Na perspectiva canibalesca, Affonso Romano de Sant'Anna trabalha o tema principalmente no que concerne às relações entre o homem branco e a mulher negra ou mulata: "caçá-la/comê-la/devorá-la constituem aspectos reveladores de um esquema representativo das relações eróticas inter-raciais que os escritores brasileiros desenvolveram por mimetismo de neocolonizado"87. Dessa forma, pode-se dizer que "o canibalismo representa além do que ele é. Trata-se de um signo semovente, um significante suscetível de recobrir os significados mais diversos" (LESTRINGANT, 1997, p. 110).

Com relação ao possível caso de canibalismo envolvendo os crimes, em *Cães da Província* algumas informações são modificadas e atenuadas. As suspeitas do fabrico de linguiça de carne humana acontecem no decorrer da trama de forma bastante comedida. No romance não se tem a confissão dos acusados em relação a esse caso, e o narrador deixa entender que tudo não passava de lenda⁸⁸:

-

⁸⁴ Ver a esse respeito: ZERO HORA, 11 fev. 2009; A TARDE, 2 nov. 1997.

⁸⁵ Informação disponível em: http://cristaldo.blogspot.com/2009/02/preconceito-contra-kulinas-palavra.html>.

⁸⁶ Ver a esse respeito: ALMEIDA, 2002, p. 278.

⁸⁷ Ver a esse respeito: o primeiro capítulo de *O canibalismo amoroso* (1984), de Affonso Romano de Sant'Anna.

⁸⁸ Em relação a essa questão, não se pode deixar de concordar com o narrador de *Cães da Província*: há muitos componentes na história dos crimes da rua do Arvoredo que autorizam a pensar: o caso da linguiça humana não passa de uma boa lenda, tal como já explicitado no capítulo 1, p. 48-54, o fato, por exemplo, de outras narrativas darem contornos mais dramáticos ao testemunho de Antonio Fernandes da Silva; o fato de ser de conhecimento

Foram-se também as suspeitas de todos haverem comido carne humana, pois os criminosos afirmaram nunca terem feito lingüiça com os restos de suas vítimas – e neste ponto são verazes, ou melhor, não resta outra alternativa senão dar-lhes crédito, pois qualquer suspeita nesse sentido seria horrenda. Alguns, é certo, mantêm a fantasia, ou por espírito desagregador ou porque sabem que os mitos fazem parte de qualquer nação civilizadora e é bom que Porto Alegre não se apresente como uma cidade sem passado (ASSIS BRASIL, 1999, p. 191).

Em nenhum momento na narrativa de Assis Brasil há referência ao fato de as autoridades de Porto Alegre terem experimentado a suposta linguiça fabricada no açougue. O romance se limita apenas à alusão ao canibalismo, sem ser objetivo com relação a isso, porquanto "a ficção pós-moderna sugere que reescrever ou repensar o passado na ficção e na história é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico" (HUTCHEON, 1991, p. 146-147). Romances pós-modernos como *Cães da Província* "afirmam abertamente que só existem verdades no plural, e jamais uma só Verdade" (id., ibid., p. 146-147).

Já em *Canibais*, quando são descobertos os crimes as evidências apontam para uma trama sinistra: "Tudo indicava que os cadáveres haviam sido descarnados, desossados, convertidos em linguiça e vendidos no açougue instalado no pátio frontal da casa" (COIMBRA, 2008, p. 256). Ao analisar as narrativas históricas e ficcionais produzidas sobre o episódio dos crimes da rua do Arvoredo, Elmir (2004) afirma que se realizou historicamente uma apropriação desses crimes na tese da "linguiça de carne humana".

Na trama, na maioria das vezes, o estoque de linguiça do açougue de Ramos era produto das ações noturnas de sua mulher, que utilizava os seus belos atributos para atrair os mais desavisados até a casa. Além disso, é Catarina, muitas vezes, que instiga e anima o amásio a matar – especialmente quando foi vítima o açougueiro Carlos Claussner.

A partir da morte de Claussner, Ramos comete uma série de assassinatos, sempre com a ajuda militante de sua companheira e cúmplice. O assassino utiliza o mesmo método para matar: num movimento rápido, fende a cabeça da vítima, de alto a baixo, e em seguida a degola: "Ramos usou pela primeira vez o machado, seguido da degola a facão. Um fim rápido e preciso" (COIMBRA, 2008, p. 156). "Para o sumiço de Claussner, Ramos deu a desculpa que ele se mudara o Uruguai" (id., ibid., p. 157). Explicação perfeita, pois sabe-se que o próprio Claussner comentara pela cidade que tinha vontade de se mudar para Montevidéu.

Assim como na vida "real", após matar Claussner, José Ramos, por sua vez, toma posse do açougue e se torna o açougueiro da região.

A questão de como dar sumiço no cadáver do açougueiro é que o inspira a preparar a linguiça. Ramos havia esquartejado a vítima e pensava na maneira de se livrar das partes, quando lhe vem a ideia de transformá-las em linguiça. Os cadáveres desapareceriam e nunca se poderia provar nada. Há menção de que vinham todos à procura da linguiça especial. O assassino oferecia o alimento às pessoas, que o levavam para casa e, para sua grande surpresa, voltavam ao açougue, comentando a delícia que era a linguiça, perguntando onde eram criados os porcos abatidos para confeccioná-la:

Vinha gente de todas as classes, do clero, da administração municipal, vinha gente de longe, do Caminho do Meio, da Azenha, vinham todos à procura da lingüiça especial feita por Ramos. Mesmo com o estoque regularmente reposto, às custas das andanças noturnas de Catarina, às vezes não havia lingüiça que chegasse (COIMBRA, 2008, p. 54).

Também é relatado no romance todo o processo de fabricação da linguiça tão famosa na cidade e apreciada por todas as classes. Ramos tornara-se perito na operação. Exercia-a com o método e rapidez. Conhecia cada nervo mais duro, cada feixe longo ou curto de músculos humanos. Sabia onde cortar, onde perfurar, fazer uma incisão, onde haveria maior resistência ao cutelo, onde seria necessária uma faca serrilhada:

Quando se compreendia como o corpo humano era construído, ficava mais fácil. As partes se encaixavam. Ou se desencaixavam. Só se precisava ter cuidado para encontrar o local onde serrar, onde furar. Desossar também não era complicado, uma vez que se prestasse atenção na forma como os músculos se estendiam e nos pequenos ligamentos entre uma seção e outra (COIMBRA, 2008, p. 53).

Depois de matar e esquartejar as vítimas, ainda tinha muito trabalho pela frente: "teria de picar a carne bem picadinha, temperá-la e, finalmente, socá-la no saco feito com as próprias tripas do morto" (COIMBRA, 2008 p. 53-54). Assim era feita a "linguiça especial", produto do açougue que fazia enorme sucesso entre os moradores de Porto Alegre.

À medida que a narrativa avança, o perfil de Ramos e de Catarina fica cada vez mais nítido. A natureza animal do casal vem à tona. Para isso, o narrador se empenha em empregar expressões tais como "animal selvagem", "fera", assim como ações animalescas, ao se referir às personagens: "Catarina acavalou-se nele, ronronando" (COIMBRA, 2008, p. 16). "Vamos! – rosnou Ramos" (id., ibid., p. 58).

O autor preenche com ficção a intimidade do casal, Catarina e Ramos, da qual pouco sabemos através dos relatos factuais. Simula como poderia ter sido a mente, a vida, o convívio e a relação desse casal. Por trás da aparência comum, José Ramos "freqüentemente portava-se feito um daqueles famosos dândis de Londres" (COIMBRA, 2008, p. 38). Ela, por sua vez, "parecia uma mulher direita" (id., ibid., p. 10), mas escondia os mais obscuros segredos.

A complexidade do ser humano, suas contradições e ambiguidades são focalizadas. Por meio de Ramos, por exemplo, ficamos sabendo de seu comportamento paradoxal: é tomado por prazer e ciúme ao mesmo tempo, quando vê sua mulher em relações íntimas com outros homens:

Um sentimento dúbio o assaltou: deveria deixar que ele consumasse o ato com Catarina? A idéia era excitante [...]. Mas, ao mesmo tempo, teve ciúme. Catarina poderia gostar, e ele, Ramos não tinha como competir com o anspeçada. [...] Não! Ramos não permitiria que ela usufruísse daquele prazer. Que, depois, ficasse comparando os dois. Ia acabar com o soldado agora mesmo. Teve ganas de abrir as portas do armário de par em par e saltar sobre Brasiliano. Mas seria uma imprudência. O ideal era atacá-lo pelas costas, com segurança, como o planejado. Não, Ramos não permitiria que o ciúme lhe roubasse a razão. Teria calma (COIMBRA, 2008, p. 235).

Já o comportamento transgressor, a perturbação mental, as taras e vícios de Catarina nos remetem às personagens femininas de Nelson Rodrigues. Tal como no drama rodriguiano, em *Canibais* as psicopatologias humanas também são exploradas. Catarina no encontro com Walter deixa transparecer todo o seu descontrole, sua loucura e sua fúria. Walter, por sua vez, sente-se assustado com a sensualidade furiosa de Catarina:

Catarina resfolegava. Olhava-o com os olhos flamejantes. Apoiou as palmas das mãos na mesa. Impulsionou-se. Sentou no tampo [...] Abriu bem as pernas. Ela abriu ainda mais as pernas. – Desgraçado! – berrou. – Desgraçado! [...] – Eu sei o que você quer, desgraçado! As pernas bem abertas. Bem abertas. Um animal selvagem, uma fera. [...] Ela se jogou para trás, deitou as costas no tampo da mesa, arfando. Agarrou as bordas com as mãos. Era como se quisesse ser sacrificada. Balançava a cabeça para um lado e para outro, muito vermelha. – Nãããããããõ! [...] – Aquilo de novo! Não! Aquilo de novo! Nãaãããããõ! (COIMBRA, 2008, p. 245).

A animalização do casal se faz necessária, pois a narrativa de D. Coimbra é calcada na tese do canibalismo e vai ao encontro da imagem que pretende passar de que Ramos e Catarina são canibais.

As práticas canibais ou antropofágicas são tão antigas quanto a humanidade, constituindo um hábito existente ao longo da história. Dentre suas várias formas, José Ramos

pratica aquela que não é perdoada, nem mesmo justificada: matar e consumir a carne como perversão. Ele consumia a carne das vítimas antes de colocá-la à venda. Catarina, por sua vez, as devorava no sentido metafórico, toda vez que as levava para a cama antes de entregá-las ao amásio. Tais traços selvagens e animalescos do casal são semelhantes ao perfil do canibal traçado pela Antiguidade. Segundo Lestringant (1997), o canibal é descrito, nesse período, como criatura abominável, que nem pertencia por completo à humanidade. Cinocéfalos: homens-cães, que urravam e latiam em vez de falar.

Para a passagem do cinocéfalo ao canibal foi necessária uma revolução de pensamento, no decorrer de um longo século de descobrimentos e interpretações. Os primeiros testemunhos mais detalhados sobre canibalismo procedem dos contatos coloniais, quando os conquistadores não tinham assumido ainda o controle das populações. São eles os responsáveis por legitimar o caráter pejorativo e repulsivo desse ato. Reprimida pelos governadores e missionários, a prática chegou à documentação quase sempre como prática de um passado mais ou menos mítico, ou, mais frequentemente, atribuída a outros, como índice de barbárie entre os inimigos ou inferiores e, não raro, peça de propaganda que justificava a sua dominação. Dessa forma, o canibalismo foi com frequência o pretexto para legalizar as agressões, perseguições e escravidão. Cristóvão Colombo é o primeiro a introduzir a expressão, quando em contato com o grupo indígena arawak. Na verdade, o texto de Colombo apenas apresenta o nome horrendo "canibal". A partir da origem com Colombo o mito dos canibais percorrerá vários caminhos⁸⁹.

Um dos poucos a questionar o estereótipo negativo conferido ao canibalismo é o escritor francês Michel de Montaigne, ainda no século XVI. Essa postura fica evidente no livro intitulado *Ensaios*, de 1580 (dois volumes) e 1588 (terceiro volume), em especial no capítulo "Dos canibais", pertencente ao primeiro volume, que interessa em particular ao Brasil, pois trata exclusivamente dos índios brasileiros tamoios, subgrupo dos tupinambás. Montaigne transforma a figura repugnante, que é o antropófago das Américas, em modelo positivo:

Não vejo nada de bárbaro ou selvagem no que dizem daqueles povos; e, na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra [...]. A essa gente chamamos selvagens, como denominamos selvagens os frutos que a natureza produz sem intervenção do homem. No entanto aos outros, àqueles que alteramos por processos de cultura e cujo desenvolvimento natural modificamos, é que deveríamos aplicar o epíteto [...].Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais defeitos

⁸⁹ Ver a esse respeito: LESTRINGANT, 1997.

não nos leve à cegueira acerca dos nossos. Estimo que é mais bárbaro comer um homem vivo do que o comer depois de morto; e é pior esquartejar um corpo entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos; e isso, em verdade, é bem mais grave do que assar e comer um homem previamente executado. (MONTAIGNE, 1987, p. 259-262).

Mas antes Montaigne defender e escrever sobre a prática dos índios brasileiros, a baía de Guanabara já tinha sido francesa, entre 1555 e 1560, com a instalação da França Antártica. Essa experiência levou à publicação de dois dos primeiros livros sobre o Brasil: Singularidades da França Antártica (1557), do frade e cosmográfo André Thevet, e História de uma viagem feita à terra do Brasil (1578), do pastor protestante Jean de Léry⁹⁰. Tanto para Thevet quanto para Léry o canibalismo seria um caso de vingança, ou seja, os tupinambás comiam a carne dos seus prisioneiros para vingar-se e não para alimentar-se.

Thevet, ao referir-se sobre o canibalismo dos tupinambás, além de afirmar que tal prática é assunto de vingança e que o ato não está associado ao apetite cego dos praticantes ao devorar seu próximo na falta de outro alimento, também refere timidamente, sem ser muito explícito, o parentesco entre a maneira do selvagem e as maneiras pouco caridosas dos que se dizem civilizados e cristãos.

Léry, por sua vez, será o responsável por clarear e aprofundar as ideias de Thevet. Em sua releitura do canibalismo, elencará uma série de exemplos sangrentos e violentos de vários períodos da história. Evocará também o canibalismo figurado dos agiotas e exploradores dos pobres, retomará a antropofagia das guerras civis, com intuito de mostrar que o canibalismo está presente em todas as outras partes, "até no seio da comunidade reformada" (LESTRINGANT, 1997, p.112). Entre pretensos cristãos, o canibalismo se expressaria através do mistério da transubstanciação. E não somente entre os mais bárbaros dentre os bárbaros, assim como se acreditava.

Montaigne, por sua vez, completa a reabilitação iniciada por Léry vinte anos antes e por Thevet mais recentemente, e legitima a tese do canibalismo fundado sobre a vingança e a honra, construída por seus predecessores. A partir de então o canibal não suscitará mais tanto horror, afastando assim um pouco do estigma pejorativo, vampiresco e monstruoso associado a essa prática. No entanto, a imagem positiva do canibal elaborada por Montaigne e por seus antecessores degrada-se no final do século XVIII e, sobretudo, no século XIX, no período

_

⁹⁰ Segundo Lestringant (1997), foi nesses livros que Montaigne colheu a grande maioria das informações sobre os tupinambás, embora ele diga que as obteve de um empregado seu, ex-marinheiro da expedição de Nicolas de Villegagnon, o fundador da França Antártica.

romântico, marcando sua decadência. A versão se multiplicará na Europa inteira e ganhará em carga imaginária. Nas primeiras imagens do canibal na literatura, suas incursões são entendidas como caça ao gado humano, seguida de rápido abate ou domesticação. A prática canibalesca americana ganhará contornos imaginários, fictícios, que a aproximam ao modelo culinário europeu, com os açougueiros da Europa. O mito do canibal na versão européia será acrescido de uma série de mitemas e preenchido de elementos diferentes. Aparecerá nesses escritos que os canibais americanos separavam os cortes de carnes, salgavam, conservavam e suspendiam no teto de choças, depois os assavam em espetos, da mesma maneira como fazemos as carnes animais. Assim recriadas pelo imaginário europeu, as cozinhas canibais da América eram associadas à imagem do açougueiro que corta cabeças com uma machadinha. Ao longo do século serão descritos os horrores canibais, imensas grelhas sobre as quais se assavam crianças, mulheres.

A imagem horrorosa traçada na Europa, séculos mais tarde, do canibal como açougueiro com avental ensanguentado e com um machado na mão, arraigada no imaginário social, pode igualmente ser observada em *Canibais*. Ramos é desenhado como a "besta-fera" (COIMBRA, 2008, p. 82), figura diabólica, aterradora e monstruosa, a representação do próprio canibal europeu: "E o enorme vulto de um homem saiu da sombra [...]. Era a visão mais horrenda de sua vida. Tinha bem uns dois metros de altura. Vestia um avental ensangüentado. Levava nas mãos um machado enorme [...] Era o próprio mal que o encarava" (id., ibid., p. 20).

Vê-se que o mesmo fato é abordado e reinterpretado de maneiras distintas nas duas reapropriações dos crimes. Em *Canibais*, Coimbra opta pelo investimento deliberado no caso de canibalismo e da fabricação da linguiça com carne de gente. Em *Cães da Província*, Assis Brasil prefere não ser conclusivo em relação ao suposto caso. Tal fato é permitido, pois a arte pós-moderna aponta para a incapacidade de acesso diretamente ao real, uma vez que o passado só existe através do texto – texto que ao mesmo tempo nos remete à realidade e, também, nos distancia dela, já que se trata apenas do olhar individual em direção ao passado. Por isso é comum a presença de um mundo de provisoriedade e indefinição, decorrente da ambiguidade presente nessas obras: "Mais do que ambígua, a arte pós-moderna é duplicada e contraditória" (HUTCHEON, 1991, p. 158).

A literatura se produz por um constante diálogo de textos, por retomadas, empréstimos e trocas. A literatura comparada não só admite, mas tem comprovado isso a partir do estudo das relações entre diferentes literaturas nacionais, autores e obras: "a literatura nasce da literatura; cada obra nova é uma continuação, por consentimento ou contestação das obras anteriores, dos gêneros e temas já existentes" (PERRONE-MOYSÉS, 1990, p. 94). Escrever é, pois, dialogar com a literatura anterior e com a contemporânea.

Retomando as propostas de Mikhail Bakhtin, Julia Kristeva em *A palavra*, *o diálogo e o romance* denominou teoria da *intertextualidade* a estratégia típica da prosa de ficção atual, segundo a qual "todo texto se constrói como mosaicos de citações, todo texto é a absorção e transformações de um outro texto; ele é uma escritura-réplica (função e negação) de outro (dos outros) texto(s)" (KRISTEVA, 1974, p. 62). Conforme a escritora, a palavra literária não é um ponto (um sentido fixo), mas cruzamento de superfícies textuais, diálogo de diversas escrituras, do escritor, do destinatário (ou do personagem), do contexto cultural atual ou anterior (id., ibid., p. 62). Entretanto, o objetivo do estudo de intertextualidade é examinar de que modo ocorre essa produção do novo texto, os processos de rapto, absorção e integração de elementos alheios na criação da obra nova.

Em *Cães da Província*, embora a história dos crimes de José Ramos e Catarina Palse apareça em alguns momentos ajustada de forma harmônica à ficção, o narrador rende-se, na maior parte da narrativa, ao poder da imaginação: "Mas larguemos este [sic] óculos-de-alcance e invoquemos a imaginação, que é a mais poderosa das lentes" (ASSIS BRASIL, 1999, p. 90). Assim, o autor cria um enredo que, com acréscimos, omissões e mediado pelas várias técnicas características do fazer literário, subverte a versão oficial da história, narrada por D. Freitas, encontrada no processo criminal e nas narrativas jornalísticas. A inserção desses fatores vai ao encontro do paradigma da metaficção historiográfica, em que é sempre possível alterar a ordem da história consoante o enredo escolhido para contá-la. Ou seja, é sempre possível escrever uma outra história para um mesmo argumento.

O ponto máximo da subversão à versão oficial que se conhece sobre os fatos é o entrelaçamento entre os assassinatos de José Ramos e a história de vida de Qorpo-Santo. Apesar de a história não permitir estabelecer qualquer vínculo entre o dramaturgo e o assassino, não obstante terem vivido na mesma cidade e no mesmo tempo, Assis Brasil, no mundo da imaginação, aproxima esses dois homens que, por razões e meios distintos,

perderam-se. Torna-se mesmo assim possível e verossímil esse encontro, do ponto de vista da ficção.

Tal mediação se dá através do núcleo mais ardiloso e ficcional da narrativa. Ou seja, a história do bem-sucedido comerciante Eusébio e sua mulher Lucrécia é que serve de elo articulador dos demais. Qorpo-Santo, com intuito de ajudar o amigo, vítima da infidelidade de Lucrécia, que o havia abandonado para viver nas imediações de Viamão com o queijeiro Raimundo, o aconselha a dar parte à polícia do desaparecimento de sua esposa. Na petição entregue a Dário Calado, consta que a mulher ficara louca e se fora para os lados de São Leopoldo. A denúncia do sumiço de Lucrécia ao chefe de polícia não tinha a intenção de encontrar a mulher, na verdade era uma estratégia para que ela viesse a constar entre os desaparecidos da cidade.

A trama ganha contornos ainda mais dramáticos quando Qorpo-Santo, ao acompanhar a busca e a exumação feita pelo chefe de polícia na casa de José Ramos tem uma engenhosa ideia: identificar como sendo de Lucrécia um corpo de mulher, sem a cabeça, encontrado entre as várias ossamentas desenterradas do pátio da casa do acusado. Eusébio, em companhia do amigo, certificando-se de que realmente não fora achada a peça vital para a identificação da vítima, procura o chefe de polícia para fazer o reconhecimento do cadáver da mulher como sendo o corpo de Lucrécia, sua esposa desaparecida.

Ao ler o romance, a primeira impressão que se tem é de que existe intertextualidade no que concerne à morte dessa mulher e as vítimas de José Ramos. No entanto, ao contrário do que parece, através dos autos de busca e exumação na casa do acusado não consta o registro do achamento de um corpo de mulher, muito menos nas circunstâncias descritas na narrativa ficcional: sem a cabeça. Esse fato é, portanto, uma criação dentro da criação, ou seja, ficção dentro da ficção. Esse assassinato deve ser atribuído a José Ramos no plano estritamente ficcional. É provável que essa seja uma falsa pista oferecida pelo autor, espécie de jogo em que o leitor é convidado a participar, característica peculiar das narrativas pós-modernas.

Na narrativa ficcional, Qorpo-Santo utiliza-se de um dos acontecimentos "ocorridos" – os corpos encontrados no quintal da casa de Ramos – para solucionar o caso particular de Eusébio. O dramaturgo encontra nessa farsa a possibilidade de também pôr em prática suas qualidades literárias. Vale-se, assim, do fato para elaborar uma peça calcada na "realidade". Assis Brasil utiliza os crimes da rua do Arvoredo para também tornar possível dentro da trama o episódio que inspirou Qorpo-Santo a escrever a peça *O homem que enganou a província*, concretizando assim o encontro ficcional das duas personagens históricas na narrativa.

Esse fato é possível porque a "verdade" do autor será trabalhada textualmente através da verdade das personagens, a qual terá tanta importância quanto a histórica. Aqui estamos nos referindo à coerência interna, ou seja, o que se diz precisa fazer sentido, nem que seja apenas no âmbito próprio do discurso a enunciá-lo, uma das premissas da metaficção historiográfica:

O narrador pós-moderno é o que transmite uma "sabedoria" que é decorrência da observação de uma vivência alheia a ele, visto que a ação que narra não foi tecida na substância viva da sua existência. Nesse sentido, ele é o puro ficcionista, pois tem de dar "autenticidade" a uma ação que, por não ter respaldo da vivência, estaria desprovida de autenticidade. Esta advém da verossimilhança que é produto da lógica interna do relato. O narrador pósmoderno sabe que o "real" e o "autêntico" são construções de linguagem (SANTIAGO, 1989, p. 79).

Assis Brasil vale-se desse encontro ficcional entre os dois casos históricos – os crimes perpetrados por José Ramos e o processo de interdição de Qorpo-Santo – para mostrar e investigar toda a loucura coletiva que se instaurou naquele momento. Ou seja, como contraponto à "loucura pessoal" do dramaturgo, o autor mostra a comoção na cidade ante os escabrosos crimes. Nas ruas, as mesmas pessoas que empurravam Qorpo-Santo para o hospício viviam perplexas e atônitas com medo dos assassinatos.

Além disso, como o criminoso era "açougueiro" e acreditava-se que fazia linguiça de carne de gente, esses fatores acabaram ocasionando verdadeiro surto de terror entre a população, de tal maneira que as pessoas se sentiam mal, ficavam doentes por cogitar que haviam consumido a tal linguiça. Tinham a necessidade de colocar a culpa em alguém, de preferência em Qorpo-Santo, aquele que se atreveu a revolver os pilares da "decência". O encontro verifica-se mais uma vez entre os dois casos históricos. É quando o dramaturgo passa, de certa maneira, a ser o bode expiatório em uma província aterrorizada pelos últimos acontecimentos:

Agora, entretanto, sob a comoção de tantos acontecimentos lutuosos, a sociedade queria sua parte, e em boa hora saudava a interdição que a mulher lhe movia [...] A sociedade inteira pedia ao juiz que decretasse a incapacidade pretendida, e mais os ânimos se exaltaram quando se soube que o açougueiro e a Palsen mantinham-se naquela posição arrogante de quem nada confessa, quando todos sabem que são culpados (ASSIS BRASIL, 1999, p. 120).

Em *Canibais*, podemos perceber o mesmo processo. Se o enredo da narrativa ficcional tem a documentação histórica como ponto de partida, não a tem como ponto de chegada. Ou

seja, "os crimes da rua do Arvoredo" comparecem em algumas ocasiões combinados de maneira harmônica à ficção, respeitando alguns pontos de acordo com a versão histórica. No entanto, apesar da estreita relação com os fatos históricos, não há a pretensão de serem relatos históricos tradicionais. Identificam-se alguns pontos principais que subvertem a história oficial. Em *Canibais* depois da investigação histórica entra em jogo a capacidade criadora do romancista, que adentra profundamente na história para afastar-se dela como bem lhe aprouver, fiel à lei da literatura, que consiste na invenção, criação de uma para-realidade. "Nunca antes o romance histórico havia permitido ao romancista tanta liberdade de imaginação", observa Márquez Rodríguez (1991, p. 44). E não cabe a nós perguntarmos se isso é possível: tudo o é na esfera da literatura.

O ponto máximo da subversão à versão oficial está no fato de Catarina retornar como autora junto com Ramos. Diferente da história oficial, em que ela teve participação direta em apenas duas mortes e, na maioria das vezes, se ateve ao papel de cúmplice, em *Canibais* ela é, na verdade, a principal culpada de tudo. Ela tem Ramos, o "monstro", aos seus pés: "Com Catarina, Ramos ingressou num mundo completamente novo. Um mundo de perigo, de prazer e também de dor" (COIMBRA, 2008, p. 156). "Foi fácil fazê-lo se apaixonar. Depois, foi ainda mais fácil instigá-lo a matar Claussner e tomar o açougue" (id., ibid., p. 137). Tais fatos levam o leitor a questionar qual das duas personagens é a mais monstruosa.

Além disso, é Catarina, com várias artimanhas, entre elas a sedução, quem atraía as pessoas à casa, onde seriam mortas por Ramos. Ela é muito mais do que a bela amante de Ramos, ela é "uma caçadora de homens" (COIMBRA, 2008, p. 9). Com requintes de uma história que mescla o horror e a sedução, o narrador a descreve como a responsável por atrair os incautos com requebros e sorrisos provocadores: "Sexo. Era o que Duarte queria. Suas virilhas formigavam de desejo quando ele olhava para Catarina ondulando as ancas em sua direção. Jamais vira mulher tão linda" (id., ibid., p. 9).

O poder de sedução, atributo das mulheres, a fazer os homens perderem a sua capacidade racional, revela-se junto à concepção preconceituosa que impera no decorrer dos tempos: a mulher movida por sentimentos e afeições, por instintos de natureza animal; o homem, pela racionalidade. Deixando à solta, sem controle, esse traço identificador do feminino, vai apontar para a mulher capaz de privar o homem de sua racionalidade e desviá-lo de uma conduta regrada e ordeira.

Duarte tem a sua racionalidade comprometida quando se depara com a sedutora Catarina, "fisgado assim que a viu caminhando" (COIMBRA, 2008, p. 9). Pensa em abordála, mas logo se acovarda. Acha improvável que tivesse uma chance: "Trabalhava numa

camisaria, ganhava pouco, era solteiro, e um solteiro que ganhasse pouco na época, enfrentaria problemas no mercado do sexo da cidade. Só com escravas ou meretrizes, nunca uma fêmea deslumbrante como Catarina" (id., ibid., p. 10).

Apesar de todos esses sinais, e de ter a certeza de que a exuberante mulher não se interessaria facilmente por ele, não consegue resistir à sedução da bela e adentra no escuro e sombrio jardim da amaldiçoada casa da rua do Arvoredo. E acaba sendo assassinado.

Dentre todas as personagens, Walter é quem mais tem a racionalidade abalada quando conhece a sedutora loira. "Walter em tudo tentava ser racional" (COIMBRA, 2008, p. 35). Ele permite que os sentimentos que nutria por Catarina pautassem suas decisões. A primeira insensatez cometida é quando decide invadir a casa, à noite, com intuito de descobrir de onde partiam os gritos que há muito assustavam os moradores da rua do Arvoredo:

Walter nunca fizera algo semelhante. Sempre fora um comportado, um respeitador dos limites alheios. Nunca furtara nada nem colocara material inferior nos calçados que consertava, nunca traíra sua mulher, nunca subornara nenhum funcionário do Império. Invadir a propriedade de um vizinho, penetrar clandestinamente em sua casa, assediar sua mulher casada, tudo isso era novidade para ele e era tudo muito insensato (COIMBRA, 2008, p. 77).

A pior insensatez cometida é quando o sapateiro, enfeitiçado por Catarina, motivado pela certeza de que ela queria mudar, decide ir a sua procura na Argentina, apesar de todos os obstáculos: a distância até o outro país, a guerra que possivelmente encontraria no caminho e mesmo tendo vivenciado acontecimentos que no mínimo colocavam em xeque a conduta, o caráter, a sanidade mental de Catarina. Ela, por sua vez, ainda na infância, descobre o poder que exercia sobre os homens e que desconcertou Walter. Quando foi violentada pela soldadesca russa, ela

[...] percebeu, também, que havia sobrevivido graças a sua beleza, ao prazer que podia proporcionar aos machos. Isso lhe deu uma sensação de poder, de prazer, de orgulho, até. [...] Catarina compreendeu que o sexo era seu grande trunfo. E que precisava de um homem para seguir em frente (COIMBRA, 2008, p. 139).

Assim, desde cedo começa a manipulá-los, usá-los e descartá-los segundo suas necessidades. Casa-se, aos dezessete anos, com o cardador de lã Peter Palse, pois vê a possibilidade de melhorar a vida. Mas não o suficiente, não o quanto desejava, por isso convence o marido a emigrar para o Brasil. Durante a viagem, Peter se enforca. Talvez ele

não estivesse pronto para suprir as exigências da mulher. E assim já antecipa o inevitável. Provavelmente Catarina o descartaria assim que chegassem ao destino.

Houve outros homens antes de Ramos, entre eles Claussner. Catarina havia ficado com ele por causa do açougue, que rendia bom lucro e poderia garantir-lhe um futuro sem as atribulações de seu passado doloroso. Mas o açougueiro também já não servia mais, quando começou a achar que poderia tomar decisões por ela.

Nenhum homem, porém, tivera tanto ímpeto e tanta energia como José Ramos. Ao conhecê-lo, Catarina vê nele um homem decidido. Um forte. Ramos fora policial e, pelo que ela compreendia, ainda tinha ligações com o chefe de polícia. Isso o tornava o homem mais poderoso que ela conhecera até então. Além disso, estava acostumado a submeter os outros à sua vontade. Para arrematar, ele era destituído de qualquer barreira feita de escrúpulos. Nada que Catarina propusesse parecia escandalizá-lo.

Mas tanto ímpeto e energia agora se tornavam inconvenientes. "Devia se livrar dele" (COIMBRA, 2008, p.140). "Aquela noite seria a última que atrairia carne para o açougue de Ramos. Prometera isso a si mesma. Havia se fartado do desgraçado. Ele estava fora de controle" (id., ibid., p.135).

Subverte-se a história oficial com o desejo de Catarina abandonar Ramos antes mesmo de os crimes do casal virem à tona. Diferentemente da versão histórica, em que, mesmo após a prisão do casal, ela se manteve "fiel" a Ramos até 1866, quando, motivada pelo relacionamento de amizade e religioso que mantinha com Isabel Kerhkove, resolve contar toda a verdade sobre os crimes, cortando assim de vez a ligação com ele.

Na ficção, farta de Ramos, Catarina decide abandoná-lo. Reforça-se a trama com o triangulo amoroso criado entre José Ramos, Catarina e Walter. Neste Catarina vê a possibilidade de mudança: "Com Walter, ela poderia construir um lar, uma família, poderia dar-lhes filhos, viver uma vida normal. Walter era seu futuro e sua redenção" (COIMBRA, 2008, p. 140).

Vale dizer que o acréscimo dessa história de paixão não segue os moldes do romance histórico tradicional. O sentido romântico do cavaleiro medieval e da dama idealizada é subvertido. Em *Canibais*, Walter é um sapateiro, mas assume feições de herói no decorrer da narrativa e se apaixona perdidamente por Catarina. No entanto, ela está longe de ser a dama idealizada presente naqueles romances. Catarina apenas vê em Walter a possibilidade de abandonar Ramos, e o usa somente para esse fim. "Sabia como manipular os homens. Sabia como deixá-los loucos" (COIMBRA, 2008, p. 192). E descarta o sapateiro antes mesmo de começarem o relacionamento.

Beleza é também um dos fatores determinantes utilizados por Catarina para atrair e desconcertar as vítimas. Aquiles Porto Alegre, em crônica publicada na década de 20, comenta:

A beleza da mulher é quase sempre fatal, porque, como os abismos, atrai, fascina os olhos cautos ou incautos que nela pousam. Além disso, a mulher bela esta sempre exposta a uma infinidade de perigos, de atentados, porque há certos homens que perdem a cabeça quando encontram uma beleza. Todavia, o homem é que é sempre a vítima, porque é ele que pratica todas as loucuras para a conquista da mulher que o enfeitiçou (1923, p. 142).

Identificada pelo mesmo Aquiles Porto Alegre, cronista da cidade, como a peça-chave para a efetivação dos assassinatos daqueles destinados a virar linguiça, diferente dos relatos oficiais em que consta que ela possuía cabelos negros, feições vulgares e já fanadas para a idade que dizia ter, Catarina é caracterizada como loira, olhos claros e bonita:

O cabelo loiro, esvoaçante, devia ser suave ao toque. Os lábios carnudos, mas ao mesmo tempo despretensiosos. Os olhos... azuis ou verdes? Verdeazulados, decidiu Duarte. Uma mulher de boa altura, quase um metro e setenta, esguia, segura de si, pelo jeito que andava (COIMBRA, 2008, p. 9).

Catarina não poderia ser de outro jeito. Isso porque os cabelos loiros, desde a Idade Média são associados à pureza, à beleza das princesas dos contos de fadas. Algumas das heroínas da literatura brasileira, entre elas Cecília, de *O Guarani*, de José de Alencar, era moça meiga, suave, loira, linda, de doces olhos azuis.

As morenas, por sua vez, são identificadas com o pecado ou com a maldade. Neste caso, cabe novamente a alusão ao romance de Alencar, em que Izabel é o oposto de Ceci, moça morena e de sorriso provocador, associada à sensualidade. A Bronze, personagem de *Canibais*, tem os cabelos escuros e a pele morena, identificados com o pecado e com a sensualidade: "[...] era a Bronze, a mais famosa puta da cidade. Diziam que era feiticeira também. Que encantava o homem que quisesse" (COIMBRA, 2008, p. 170). "A Bronze era diferente da loira. A Bronze era toda rigidez e sexo, puro sexo". "Catarina era mais delicada, mais macia" (id., ibid., p. 230).

A atuação de Catarina e as diversas reapropriações dos crimes mudam seu perfil. S. Pesavento⁹¹ observa que, com o passar do tempo, "se compunham assim, as peças de uma

.

⁹¹ S. Pesavento, em *Catarina Come-Gente: lingüiça, sedução & imaginário*, trabalhou na busca da recuperação do imaginário construído sobre os crimes da rua do Arvoredo e a forma como todas as versões acumuladas do incidente apontam para determinadas linhas básicas de estrutura da história a compor um enredo retido pela história social, que basicamente pode ser expresso assim: 1) os crimes da rua do Arvoredo envolvem uma série de homicídios e a fabricação de linguiça de carne humana; 2) os culpados eram alemães; 3) José Ramos ou

história que se apresentava com cada vez mais detalhes, enriquecendo a trama e reforçando um certo estereótipo do feminino, condenado pelo social" (2008, p. 59). A historiadora chama muito bem a atenção para o fato de que "Catharina assim comparece como uma encarnação de Lilith, o arquétipo da mulher tentadora, demônio e serpente, bruxa e feiticeira, como sereia a arrastar os homens para a perdição" (id., ibid., p. 65). Ela precisa ser bela e loira, para seduzir e privar o homem de sua razão. Torna-se "o *pivot* da trama e se consagra como o estereótipo de má mulher, ou dos perigos do feminino" (id., ibid., p. 65).

A retomada dessa memória é trabalhada por vários escritores. Mas é através das crônicas de Aquiles Porto Alegre que o imaginário social dos crimes da rua do Arvoredo alcançou a versão definitiva. Em especial o imaginário sobre Catarina. É ao cronista que devemos a fixação do seu perfil de *femme fatale*, coadjuvante do assassino:

[...] com requebros, sorrisos provocadores, seduzia e atraía à sua casa os incautos. Prelibando deliciosas horas de amor, a vítima, à hora combinada, corria para a sua aventura. Entrava na casa fatal [...] ao ser conduzida da sala para outro compartimento, o soalho, subitamente, desaparecia sob seus pés: era um alçapão que se abria. O desgraçado tombava no lúgubre porão, onde Ramis [sic], que já o esperava, prostrava-o com um golpe de machadinha na cabeça. Em seguida saqueava a vítima – dinheiro, jóias, roupas, calçado, tudo lhe tirava – e ia mostrar à sua cúmplice, que sorria, vaidosa da sua força de sedução, o produto da féria (1940, p. 183).

A partir do cronista a representação estava feita e consolidada. Catarina assume lugar de destaque na memória social da cidade e, a cada reapropriação feita, mais um elemento era acrescido. Em 1961, na crônica *Os monstros*, de Ary Veiga Sanhudo, Catarina passa a ter olhos azuis, é comparada a uma santa, às vezes a uma bruxa. Em 1964, uma história em quadrinhos, publicada no jornal *Última Hora*, consagra a figura de Catarina como personagem principal da sucessão dos crimes: com seu rosto bonito e requebros provocantes, ela servia de isca para atrair os homens. A partir desses trabalhos, Catarina se enquadra no estereótipo da mulher lasciva e indutora do crimes, devoradora de homens, sedutora, *femme fatale* no século XIX.

A subversão e a problematização da história considerada oficial sobre os fatos também se concretiza através da intertextualidade nas narrativas ficcionais analisadas. A natureza intertextual obriga à leitura da linguagem poética pelo menos como dupla, constituindo diálogo explícito com outras obras literárias precedentes ou outros discursos, expressando o

que L. Hutcheon chama de "a inevitável intertextualidade de nosso conhecimento sobre o passado" (1991, p. 67). Ainda segundo ela, a intertextualidade pós-moderna é a manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de reescrever o passado dentro de um novo contexto (id., ibid., p. 157).

Essa estratégia é explorada em *Cães da Província*⁹², onde a conturbada história de Qorpo-Santo e os crimes de José Ramos são focalizados. Em relação aos crimes da rua do Arvoredo, o romancista, para animar a trama, buscou elementos em outros textos, inserindo fragmentos da tragédia que abalou a cidade de Porto Alegre em seu romance, tais como as cenas de busca e apreensão na casa de José Ramos, todo o aparato policial montado na época, a identificação dos cadáveres, o incidente entre a população e as tropas policiais, entre outros pontos extraídos do discurso oficial da história, demonstrados neste capítulo (p. 68-78). O narrador de *Cães da Província* adverte que a palavra é repetitiva; cópias, plágios, paráfrases e intertextos:

[...] o que dirá que não tenha sido dito há milênios, por Ésquilo, Sófocles, Eurípedes? As platéias do mundo estão cansadas, bocejantes de tanto ouvirem asneiras, cópias de cópias, qualquer espectador pode adivinhar em qualquer teatro o que acontecerá com todos os personagens dos dramas e fingem surpresa e enternecerem-se com os finais sabidos e consabidos, uma farsa. O desfastio das platéias ainda não sensibilizou os autores que se metem, dias após dia, a escrever as mesmas coisas (ASSIS BRASIL, 1999, p. 58).

Além disso, é visível o forte diálogo, principalmente entre o folhetim de D. Freitas intitulado "O açougue humano da rua do Arvoredo", publicado em 1948 no *Diário de Notícias*, e a narrativa de Assis Brasil⁹³. Algumas passagens de *Cães da Província* são bem próximas das do folhetim, entre elas a menção do achamento de mais três corpos na chácara de Petrópolis, que evidencia um dos maiores exemplos de ficcionalização na história dos crimes. Lê-se no folhetim: "Uma diligência à chácara de Petrópolis levou a polícia à

⁹³ Assis Brasil em entrevista esclarece as razões dos agradecimentos a D. Freitas, em seu romance, "por ceder subsídios inestimáveis ao episódio dos crimes da rua do Arvoredo" (1999, p. 261), menção a uma série de artigos que D. Freitas lhe teria emprestado por ocasião da redação de sua tese de doutorado, essencialmente material que nutriu o romancista para dar vida à história dos crimes em seu romance.

e nomes de autores e personagens ligados ou não à dramaturgia universal, tais como Voltaire (p. 20), Romeu e

-

Julieta (p. 56), Marx (p. 217).

⁹² A presença de outros textos no livro de Assis Brasil também pode ser verificada quando o narrador faz uso da linguagem e de trechos da obra do protagonista Qorpo-Santo. A intertextualidade é também estabelecida com as peças de Qorpo-Santo, por exemplo, ao longo do diálogo entre os dois alienistas – Joaquim Pedro e Landall, porquanto Joaquim Pedro solidifica seus argumentos de absolvição promovendo a análise de obras do acusado, tais como: *Um credor da Fazenda Nacional* e *A separação de dois esposos*, sendo que esta última deixou o Dr. Landell abismado: "Amantes homens?" perguntou o médico; "sim, que vivem como marido e mulher, na mais santa paz", respondeu-lhe o colega (1999, p. 204). Há também menção às peças *As relações naturais, Hoje sou um; e amanhã outro*, às quais são feitas inúmeras referências ao longo do texto, além de muitas alusões a títulos

descoberta de três covas: numa, encontraram uma ossada; em outra, em adiantado estado de putrefação, os restos da mulher de Santa Cruz; e, na terceira, os restos putrefatos do colono de Nova Petrópolis" (DIÁRIO DE NOTÍTICAS, 15 dez. 1948, p. 11).

Assis Brasil também faz referência a essas circunstâncias:

Nunca ninguém diria que esta cidade rebrilhante ao sol dourado do outono pudesse ainda assistir a outros acontecimentos penosos; quando parecia que os limites do ódio estavam demarcados, bastando apenas a confissão cabal de José Ramos e o definitivo laudo de interdição do louco-geral, eis que a autoridade descobre mais corpos enterrados em uma chácara de Petrópolis, em número de três, todos vítimas do açougueiro e de sua estrangeira mulher, e que ainda não estavam computados entre os desaparecidos (1999, p. 180).

Outra passagem semelhante à versão do folhetim é a menção em Assis Brasil ao fato de alguém ter visto José Ramos à noite transportando um caixão, auxiliado pelo alemão corcunda, de sua casa da rua do Arvoredo até o seu estabelecimento na rua da Ponte: "Alguém sabia de tudo, tinha visto José Ramos, altas horas da noite, transportando, auxiliado por um alemão corcunda, desde sua casa da rua do Arvoredo até seu estabelecimento na rua da Ponte, o quê? um caixão pesadíssimo, negro e sujo, de onde pingava sangue [...] (ASSIS BRASIL, 1999, p. 42).

Referência idêntica à narrativa de Maurício Machado:

A estes e outros desaparecimentos misteriosos, associava-se o fato de ter sido visto Ramos, por várias vezes, quando carregava, auxiliando por um alemão corcunda, duas grandes e fortes caixas de madeira, de sua casa para o açougue da rua da Ponte. Certa ocasião em que Ramos e o Corcunda, à noite, faziam aquele carregamento, uma pessoa notou que as caixas deixavam escorrer um fio de sangue (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 9 dez. 1948, p. 8).

Assim como em *Cães da Província*, em *Canibais* a intertextualidade também é aspecto recorrente, em vários níveis. No romance há intertexto histórico com *O maior crime da terra*, de D. Freitas, ao incorporar o relato da trágica história de vida de Catarina Palse e de José Ramos, a deliberada ligação entre os males que ela sofrera na infância e os crimes, a suspeita nunca comprovada do fabrico e consumo das "linguiças de carne de gente", o desejo de abafar o caso da linguiça de carne humana, o conflito entre a população e as tropas policiais, entre outros, explicitados nesse capítulo (p. 79-87), proporcionando explícito diálogo entre as duas narrativas. No posfácio de seu livro, D. Coimbra afirma: "Ninguém me ajudou tanto quanto o professor Décio Freitas [...]. Fui ao apartamento de Décio [...], para conversar com ele sobre os crimes da rua do Arvoredo e sobre a história da cidade.

Entrevistei-o diversas vezes. Li seus livros. Um deles, *O maior crime da Terra* [...], serviu-me como referência maior para escrever esta história de ficção" (2008, p. 262). "Na verdade, uma obra literária já não pode ser considerada original; se o fosse, não poderia ter sentido para o leitor. É apenas como parte de discursos anteriores que qualquer texto obtém sentido e importância" (HUTCHEON, 1991, p. 66).

Em *Canibais* há também o intertexto cultural: relatos de lendas do Rio Grande do Sul. "Ao entardecer de cada dia, os moradores das cidades da Província se reuniam nas calçadas a tomar chimarrão e para se distrair contavam histórias de terror, tais como as da voz misteriosa" (COIMBRA, 2008, p. 149); os casos da Mão Preta (p. 150); o famoso caso da serpente que mamava leite humano (p. 150). Entre estas, poucas eram tão apreciadas quanto a do Campara, o justiceiro dos oprimidos, o Robin Hood dos Pampas (p. 153).

É evidente a presença de intertexto literário. Há menção ao pioneiro da literatura gaúcha: "Walter admirava esse Caldre e Fião, intelectual vigoroso, autor do primeiro romance escrito na província de São Pedro, o ótimo *A divina pastora*, publicado em 1847" (COIMBRA, 2008, p. 92). Há também referência ao escritor Manuel Antônio de Almeida. A natureza intertextual revela-se através do recurso da citatividade. Ou seja, a incorporação de citações literais de poemas de Machado de Assis, publicados no livro *Crisálidas*. No poema "Erro", o eu-lírico se despede de quem não foi o amor que ele queria: "Erro, Erro é teu, para amar-te devias ser e não como eras [...]" (COIMBRA, 2008, p. 93). Da mesma forma Walter gostaria que seu amor por Catarina fosse passageiro como o do poeta fluminense, o que certamente lhe pouparia dores e incomodações.

Mais adiante, no capítulo intitulado "Ela a Esperança. Ele o Desengano" (COIMBRA, 2008, p. 204), há referência a outro poema de Machado. O narrador expõe o sofrimento de Walter frente à falta de notícias de Catarina. Ao ler o poema em que Machado versa sobre o encontro da Esperança com o Desengano, Walter sente-se ainda mais angustiado: "o Desengano entrando no lar com passo ufano" (id., ibid., p. 207).

No final, novamente o título do livro de D. Freitas volta, na passagem em que Walter e Brasiliano lamentam os acontecimentos da rua do Arvoredo e o trauma causado na população ao saber que foram transformados, por um período, em canibais inconscientes: "Devorar a própria espécie, o maior dos interditos. Nada pode ser mais monstruoso. É o maior dos crimes. O maior crime da Terra" (COIMBRA, 2008, p. 260).

Segundo Luiz Fiorin, "a intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo" (2003, p. 30). *Canibais* se enquadra na segunda acepção. Ou seja, ao optar pela alusão ao título do livro de

D. Freitas e a outros textos, ao mesmo tempo em que traz para o seu fragmentos desses discursos, reconstrói o discurso original para remontar outro, subvertendo a história oficial dos crimes.

Essa subversão pode ser também presenciada no que concerne à personagem ficcional Emiliana, criada do casal e que faz pensar na escrava Senhorinha, moradora na casa da rua do Arvoredo no período em que os crimes ocorreram. No entanto, no romance a escrava de ganho é bem mais jovem e assume papel de heroína, desvendando os crimes de José Ramos, e por isso acaba pagando com a própria vida.

O mesmo ocorre na passagem em que Emiliana é obrigada por Ramos a depositar seu filho na roda dos enjeitados, fato que faz pensar no depoimento de Catarina a Gervásio Campello em 1868, no qual confessa que teve uma filha, de "pai desconhecido", quando ela e Ramos viviam na rua dos Pecados Mortais, da qual se desfez na roda dos expostos da Santa Casa. Estranhamente, sabe-se que Ramos é padrinho de pelo menos sete filhos de casais alemães que moravam na vizinhança. Quando sabe do nascimento de uma criança, visita os pais, na companhia de Catarina, e se oferece para padrinho.

O intertexto em *Canibais* manifesta-se preponderantemente no recurso à paródia. Ao teorizar a respeito da paródia em sua obra *Questões de literatura e de estética*: a teoria do romance, M. Bakhtin destaca o papel do dialogismo na construção da paródia, cujo resultado chama de "híbrido premeditado". Com isso, refere-se à inseparabilidade da essência da paródia que, ao mesmo tempo em que dialoga propositalmente com o texto parodiado, não se confunde com ele (1998, p. 389). Embora existam passagens com pouco afastamento dos textos de origem, na maioria das vezes elas não se confundem com eles. O que contribui para que isso ocorra é a presença da ironia, recurso recorrente, que permite o diálogo e, ao mesmo tempo, a subversão aos textos de origem. O narrador vale-se desse artifício quando Ramos cogita outras possibilidades de expandir seus negócios:

[...] no armário pensava que não tivera tempo de esquartejar e descarnar os corpos de Antunes e de Emiliana, temia que em pouco tempo não servissem mais para a lingüiça. Previa muito trabalho para os próximos dias: Emiliana, Antunes, Brasiliano e, em seguida, o sapateiro Walter. Quatro corpos. Poderia salgá-los e transformá-los em charque. Um novo produto de sucesso do seu açougue, o charque especial (COIMBRA, 2008, p. 236).

A ironia como estratégia de subversão vê-se quando o escritor nomeia Januário o fiel cãozinho preto de Brasiliano, personagem ficcional com o nome de uma das vítimas reais de José Ramos. Além disso, o animal faz pensar no cão preto encontrado enterrado juntamente

com os restos mortais de Januário e de seu caixeiro no pátio da casa da rua do Arvoredo, fato que problematiza mais uma vez a relação entre história e ficção. Nas diferentes reapropriações a respeito dos crimes, o cão ganha contornos de herói⁹⁴. Em *Canibais*, não é diferente. Januário fareja e pressente o mal toda vez que passa na frente da casa. E, na tentativa de proteger seu dono, late ferozmente quando encontra Catarina. D. Coimbra acrescenta ironicamente um novo fato aos crimes, com a engenhosa ideia de Catarina: "O cachorro também teria de ser liquidado. Que gosto teria a lingüiça de carne de cachorro? Bem, isso ela não tentaria descobrir. Ia sugerir que Ramos mandasse a lingüiça da carne do cachorro de presente para o major Câmara [...]" (COIMBRA, 2008, p. 228).

O mesmo pode ser observado em *Cães da Província*. Apesar de haver passagens no romance com pouco deslocamento do discurso oficial e do folhetim publicado no *Diário de Notícias*, não se trata de parafrasear os textos de origem, e sim pode-se enquadrar a qualidade dessa intertextualidade bem mais no âmbito da paródia. Em *Cães da Província*, ao se apropriar de um suposto original, ao mesmo tempo em que dialoga com a referência externa ao seu texto não se confunde com ele, pois o narrador garante a criticidade constitutiva da paródia, por meio da ironia:

- De manhã, naturalmente, o senhor quer as torradas.
- Com uma fritada de chouriço completa Qorpo-Santo, rindo e batendo palmas. - Ou você também acha que todos os chouriços de Porto Alegre são feitos de carne humana?

Inesperto faz o sinal-da-cruz, apavorado.

– Meu senhor! Não caçoe com essa barbaridade [...] (ASSIS, BRASIL, 1999, p. 47).

Quando Assis Brasil critica a burguesia porto-alegrense do século XIX, o olhar irônico e a forte crítica direcionada à sociedade da época ressaltam na fala do dramaturgo, na sessão que corresponde ao início do processo que declarará Qorpo-Santo louco em definitivo:

Loucos são todos vocês – grita Qorpo-Santo. Não passam de cães desta Província, prontos a farejar e comer carne humana. Cães da Província, sim! Como se não bastasse a mesquinhez e a falta de espírito, não admitem ninguém que lhes seja superior [...]. Atenção, burocratas e comerciantes! Antes de procurarem resolver os crimes meramente achando os criminosos, antes de jogarem toda a culpa das insanidades desta Província em meus ombros, seria mais útil resolverem os pequenos homicídios diários, perpetrados nos lares, os desejos insatisfeitos dos coronéis, das esposas ardorosas que procuram à noite seus maridos nos leitos desabitados, dos

_

 $^{^{94}\,}$ Ver a esse respeito: ÚLTIMA HORA, 25 fev. 1964, p. 10-11.

padres que têm seu sangue fervendo ao sentir os perfumes femininos invadindo as grades dos confessionários, das moças da alta-roda que devem manter a castidade até que um bruto que lhes dão por marido as desvirgine sem o menor carinho [...] (ASSIS BRASIL,1999, p. 130).

Mais adiante, a narrativa segue retratando, sempre ironicamente, os crimes da rua do Arvoredo. Qorpo-Santo, ao denunciar a hipocrisia presente na sociedade, interpelará o júri:

Agora digam: de que vale saber se foram ou não José Ramos e a Palsen os autores da mortes? Acaso isso vai ressuscitar os mortos? E de que vale retirar a um homem a capacidade de administrar seus bens e sua pessoa, se o pior, a mais negra miséria, permanece enlameando os pés desta sociedade envelhecida, formada por cidadãos envelhecidos, governada por velhos caquéticos e desnaturados? José Ramos e a Palsen apenas puseram em prática o que talvez muitos daqui desejariam fazer, assim como teriam vontade de ser como eu, que faço o que quero e não me sujeito a essas cadeias morais. Mas querem um preço a tanta ousadia? Torturem José Ramos e anulem-me a personalidade. Talvez assim a Província se aquiete (ASSIS BRASIL, 1999, p. 130).

L. Hutcheon, em *Uma teoria da paródia* (1989), ao aprofundar sua reflexão respeito do papel da ironia para a constituição da paródia, sugere que o homem ocidental moderno tem a necessidade de afirmar o seu lugar na difusa tradição cultural que o cerca; essa necessidade o leva a buscar deliberadamente a incorporação do velho ao novo, em um processo de desconstrução e reconstrução por meio dos recursos estilísticos encontrados na ironia e na inversão.

L. Hutcheon, em *Teoria e política da ironia*, vê a ironia como estratégia discursiva que se efetiva ao nível da linguagem ou da forma e que sugere além do que é apresentado explicitamente. Trata-se de uma jogada interpretativa e intencional: "ela não é um instrumento retórico estático a ser utilizado, mas nasce nas relações entre significados e também entre pessoas e emissões e, às vezes, entre intenções e interpretações [...]. É a criação ou inferência de

-

⁹⁵ A noção de ironia é, em geral, muito vaga. Breve pesquisa sobre o tema mostra que o conceito varia quase tanto quanto são os estudiosos do assunto. São muitas definições, muitas distinções e muitas variedades conceituais. De acordo com D. C. Muecke em *Analyses de l'ironie. Poétique*, o conceito de ironia é, por diferentes razões, instável, amorfo e vago. Não é preciso dizer hoje o que se diria nos séculos precedentes; ele não significa a mesma coisa neste ou naquele país, na rua e na biblioteca, para um historiador e para um crítico literário (1978, p. 478). A ironia pode variar conforme o lugar onde ocorre, o contexto no qual está inserida, de acordo com os participantes envolvidos no ato comunicativo, com a época em que se está, entre outros fatores condicionantes. Por isso, neste trabalho dissertativo, evitou-se tentar delimitar um único conceito, podendo-se afirmar que a ironia é um fenômeno aberto a múltiplas interpretações, nenhuma das quais deve ser considerada correta, pois convivem como partes que são de sua estrutura, ou seja, a ironia elimina a estabilidade do sentido das palavras e permite inúmeros sentidos i (ni)magináveis.

significado em acréscimo ao que se afirma – como uma atitude para com o dito e o não dito" (2002, p. 30).

A ironia revela-se quando o/a autor/a escolhe as situações e a linguagem, jogo que pratica nos dois campos, para rir das condições de vida que produzem sofrimento, das relações com o sexo oposto e dos finais que nem sempre são felizes. Humor e ironia caminham juntos. Podem ser diferenciados pelo tom: a ironia confere muitas vezes a impressão de frieza e intelectualidade; o humor é mais caloroso, não hesitando em zombar de si mesmo e em ironizar quem ironiza. Entretanto, ambos vão além de seus sentidos evidentes e exigem que leitores (ou espectadores, quando se trata de cinema) se mostrem "capazes de extrapolar" e sejam "superiores ao senso comum".

Para ser considerada ironia, ela deve ser produzida como tal por seu autor e interpretada pelo destinatário por ele "escolhido". Nos romances históricos contemporâneos é exigida do leitor uma função muito mais ativa diante do texto, já que ele precisa posicionarse, dialogar, preencher lacunas, emitir opiniões ao ser desafiado: "a ironia não é ironia até que seja interpretada como tal pelo menos por quem teve a intenção de fazer a ironia, se não pelo destinatário em mira. Alguém atribui a ironia, alguém faz a ironia acontecer" (HUTCHEON, 2002, p. 22). Já George Minois manifesta que "o humor tem necessidade de contraste: é um duplo olhar sobre os acontecimentos e sobre a vida; um simples olhar só vê as aparências e produz, de maneira inevitável, tolice ou fanatismo, ou, mais freqüentemente, os dois ao mesmo tempo" (2003, p. 305). Minois acrescenta que houve generalização do humor e da ironia no século XX. Tornaram-se democráticos e reafirmam-se como condutas que evidenciam impotência, mas que permitem ultrapassar o absurdo do mundo, dos seres humanos e, consequentemente, da sociedade.

A respeito do humor – outra estratégia utilizada pelos autores⁹⁶ para subverter a história oficial – sua presença não funciona simplesmente como elemento estilístico do texto, mas caminha em íntima relação estrutural com a narrativa, e, dessa forma, corrompe o fato histórico. Em *Canibais* lê-se:

Aquela velhota, a tal Honestina, ela não saía de perto, ela acompanhou as diligências, ela desceu ao porão, tapou o nariz com a mão encarquilhada e fez um ó de espanto à vista dos cadáveres e de todo o sangue, ela assistiu às buscas no pátio, ela deu depoimentos, fez comentários, perguntou tudo a

-

⁹⁶ Embora não esteja entre os nossos objetivos analisar o estilo dos escritores, não podemos deixar de chamar a atenção para essa questão. Assis Brasil é mais irônico, mais sutil ao revisitar o episódio e se presta menos ao riso, embora haja passagens com bastante humor. D. Coimbra, por sua vez, é mais irreverente, vale-se mais do humor. Sua escrita é mais "temperada" em relação ao feminino.

todos, se imiscuiu em cada desvão do caso, no final já estava dando palpite para o chefe de polícia. Não havia como afastá-la. E ela falava. Ah, como ela falava (COIMBRA, 2008, p. 255-256).

Em *Cães da Província*, o Dr. Dário Calado vê o que parecia ser uma manhã tranquila de trabalho se dissipar ao deparar-se com as múltiplas folhas do processo envolvendo o desaparecimento de Januário:

Contente, cruza o olhar pelo processo que está sobre a secretária, e *pronto!* [destaque do autor] – vai-se toda a alegria. São os autos do desaparecimento do Januário, do seu caixeiro e do cachorro. Por que sempre mencionam o cachorro? No que ajuda saber que o cachorro sumiu junto? No entanto, sempre que falam no Januário e no caixeiro, lá vem: o cachorro! Sebo para o cachorro! (ASSIS BRASIL, 1999, p. 61).

Há modificação e distorção em *Cães da Província* nos nomes de algumas das personagens, a começar pelo sobrenome de Catarina. Assis Brasil usa a grafia Palsen, quando na verdade há referência no processo criminal de que o sobrenome é Palse⁹⁷. A mesma distorção pode ser observada na grafia do sobrenome do alemão Carlos Gottlieb. Na narrativa ficcional o escritor faz alusão ao açougueiro utilizando a grafia Klausen, quando se sabe através da certidão de batismo⁹⁸ que seu último nome é Claussner. Assim, a narrativa ficcional afina-se com os preceitos da metaficção historiográfica, em que "certos detalhes históricos conhecidos são deliberadamente falsificados para ressaltar as possíveis falhas mnemônicas da história registrada e o constante potencial para o erro proposital ou inadvertido" (HUTCHEON, 1991, p. 152).

Em relação ao desfecho dos crimes, na narrativa ficcional há a consciente distorção de algumas informações, através do acréscimo de um fator novo ao episódio, que não condiz com os fatos "reais", distorção que pode ser observada, por exemplo, na última referência aos crimes no romance:

A casa do açougueiro foi arrasada pela municipalidade sob o pretexto fútil, e o açougue apareceu ardendo numa noite de sábado, quando as gentes todas

⁹⁸ A escolha do nome Klausen por Assis Brasil relaciona-se com a grafia que está no recibo que José Ramos exibia comprovando a compra do açougue de Carlos Claussner. Carlos Klausen foi a grafia utilizada na assinatura do documento de venda do açougue, forjada em recibo por José Ramos, segundo constatado pela perícia. Ver a esse respeito: CRA, 1993, p. 40 e 62-63.

.

⁹⁷ No processo criminal consta que, aos dezoito de abril de 1864, na secretaria de polícia onde se achava em exercício como chefe de polícia Dário Rafael Callado, compareceu Catarina Palse, de vinte e sete anos de idade, solteira, filha de Huberto Palse, natural da Hungria, residente na rua do Arvoredo desta cidade, engomadeira, não sabe ler nem escrever (CRA, 1993, p. 14).

estavam dançando e soltando foguetes num dos tantos arraiais da cidade e não havia ninguém para acudir (ASSIS BRASIL, 1999, p. 234).

Esse episódio leva à aproximação aos rituais gregos de purificação. Neles o contato com a água é fundamental. Acresce a isso ainda a prática da fumigação para afastar maus cheiros, uma forma primitiva de desinfecção. Possivelmente a palavra grega para "purificar" é derivada da palavra semita para "fumigar" – uma vez que o fogo consome e destrói tudo, incluindo coisas desagradáveis e indigestas, tudo purificando⁹⁹.

Semelhante ideia é trabalhada por Gaston Bachelard em *A psicanálise do fogo*, ao buscar "as bases sensíveis do princípio que pretende que o fogo purifica tudo" (1999, p. 150). Ele chega à conclusão de que uma das razões mais importantes da valorização do fogo é a desodorização. "O odor é uma qualidade primitiva, imperiosa, que se impõe pela presença mais hipócrita ou importuna. Ele realmente viola nossa intimidade. O fogo purifica tudo, porque suprime odores nauseabundos" (id., p. 150-151). Uma segunda faceta do princípio de purificação pelo fogo é o fato de que ele "separa as matérias e aniquila as impurezas materiais. Dito de outro modo, o que passou pela prova do fogo ganhou em homogeneidade, portanto em pureza" (idem, p. 151-152). Caberia aproximar também o fogo agrícola que purifica os pousios: "O fogo não apenas destrói a erva inútil, como enriquece a terra" (idem, p. 152). O fogo, segundo G. Bachelard, além "tudo purificar", reúne também as ideias da supressão de um mal e da produção de um bem.

Levando em consideração as simbologias do fogo aqui expostas, o acréscimo desse elemento ficcional no livro – "o açougue apareceu ardendo" – remete para o aludido desejo de purificação da cidade e "queima" da memória. Só assim a capital de nome tão festivo poderia tentar se desfazer de sua recordação a gélida lembrança dos crimes da rua do Arvoredo.

Já em *Canibais* a subversão à versão considerada oficial ocorre por meio do acréscimo de contornos mais dramáticos às mortes das vítimas. Primeiro a vítima é atraída por Catarina até a casa. Chegando lá, é levada até o quarto, onde irá se fartar "nas carnes rijas e brancas" (COIMBRA, 2008, p. 17) da exuberante mulher, enquanto Ramos aprecia tudo de um compartimento secreto. Após, é servido um grande banquete. Em seguida, Catarina bate com o garfo no copo, como se chamasse uma criada, e a vítima é "sugada" por um alçapão. Por fim, o trabalho pesado fica por conta de Ramos, que terá de matar, esquartejar e transformar a carne da vítima nas "deliciosas" linguiças vendidas no açougue e tão apreciadas pela população da região.

_

⁹⁹ Informação disponível em: < http://poesiatext.1accesshost.com/antropologia1.htm >.

Há consciente distorção da história no desfecho da personagem José Ramos. Vale lembrar que na versão histórica, após o descobrimento dos assassinatos, Ramos é preso. Algum tempo depois, por estar enfermo, é internado na Santa Casa de Porto Alegre. Mesmo depois de sua recuperação continuará vivendo por lá como auxiliar de enfermagem. Somente alguns anos depois vem a falecer. Em *Canibais*, o homicida morre. Eis a cena:

Ramos já havia desencadeado o movimento para lhe rachar o crânio ao meio. Mas aí Ramos vacilou. O machado ficou suspenso por um momento, até que as mãos do gigante amoleceram. Soltaram-no devagar. O machado desabou no assoalho com o estrondo. Os olhos do monstro se tornaram vidrados. Ele abriu a boca, como se fosse falar algo, mas emitiu apenas um som seco, de dor [...] E ruiu. Essa a palavra: ruiu. O corpo enorme do açougueiro desabou sobre a cama, de bruços. Em seu lugar, atrás dele, apareceu Walter, com o martelo de ferro ainda levantado e ensangüentado (COIMBRA, 2008, p. 238).

Quanto ao desfecho de Catarina, na história, após ter cumprido a pena, ela é posta em liberdade. Tempos depois morrerá cancerosa e será enterrada como indigente. Na ficção, por sua vez, ela consegue fugir em uma carruagem, ao que tudo indica, para a Argentina, saindo impune aos crimes. A polícia "não achou sequer rastros da loira Catarina Palse" (COIMBRA, 2008, p. 258).

Em Canibais, a presença da carnavalização também deve ser sublinhada, como elemento de subversão. Lembramos aqui que esse recurso figura entre as estratégias recorrentes do novo romance histórico, demonstrado no início deste capítulo, Já em M. Bakhtin o conceito de carnavalização está agregado ao de paródia, posto que ele considera a festa do carnaval como o grau máximo de inversão do processo cultural. Conforme o teórico, a carnavalização engloba quatro categorias que se inter-relacionam e que, em conjunto, a constroem: inversão, excentricidades, familiarização e profanação – a principal tônica é a inversão. As restrições, as leis e proibições, que sustentam o sistema e a ordem da vida comum, isto é, extracarnavalesca, revogam-se durante o carnaval: "revogam-se, antes de tudo, o sistema hierárquico de todas as formas conexas de medo, reverência, devoção, etiqueta, etc." (2000, p.123). No carnaval tudo o que é determinado pela desigualdade social/ hierárquica e por qualquer outra espécie de desigualdade entre homens e mulheres é abolido. Ainda, no carnaval o mundo é colocado ao avesso pela suspensão das leis, das proibições e das restrições da vida cotidiana aceitas como normas:

O carnaval é um espetáculo sem ribalta e sem divisão entre atores e espectadores. No carnaval todos os participantes são ativos, todos participam da ação carnavalesca. Não se contempla e, em termos rigorosos, nem se

representa, mas vive-se nele, e vive-se conforme as suas leis enquanto essas vigoram, ou seja, vive-se uma vida carnavalesca. Esta é a vida desviada da vida habitual, em certo sentido uma "vida às avessas", um mundo invertido (BAKHTIN, 1999, p. 122).

Essa vida desviada, a que se refere M. Bakhtin, vê-se na atuação da personagem Catarina Palse. Em *Canibais*, excentricidades e escândalos pontuam sua vida, frutos de uma conduta promíscua e sem pudores. A personagem não apresenta o que se entende por boa conduta, agravada por sair à noite de casa em busca de vítimas para José Ramos. Estamos no ano de 1864. Nenhuma mulher respeitável se atreveria a uma aventura dessas sem correr o risco de ser confundida com uma prostituta. Também mantinha relações sexuais com todas as vítimas antes de entregá-las ao marido: "[...] sentia prazer em se entregar à luxúria do gado de Ramos" (COIMBRA, 2008, p. 138). É a subversão total contra qualquer tipo de convenção, na medida em que o carnaval propõe uma nova ordem, que é a desordem. Nesse sentido, tal comportamento vai ao encontro do perfil básico da *femme fatale*, de que se falou anteriormente, capaz de virar o mundo pelo avesso.

Além disso, o romance assume uma forma carnavalizada que se manifesta também através do foco na sexualidade. De acordo com S. Menton, o conceito de carnavalização desenvolvido por M. Bakhtin prevalece no novo romance histórico através dos exageros humorísticos e da ênfase nas funções do corpo (1993, p. 44), cujas características podem ser presenciadas no romance através da descrição da potência sexual de Brasiliano de forma bastante cômica:

– A la pucha! A la pucha! – Brasiliano livrou-se rapidamente das roupas e se postou de pé. Queria que ela admirasse seu membro duro feito uma lança farrapa, imponente feito o edifício Malakoff. Pois era justamente isso que tinha no meio das pernas: uma arranha céu! (COIMBRA, 2008, p. 233).

Catarina comprova os exagerados dotes físicos de Brasiliano, dotes que em outros tempos haviam impressionado até as rameiras mais experientes com quem o anspeçada havia se relacionado:

Catarina impressionou-se com o tamanho do troço que Brasiliano carregava fincado na virilha. Já vira muito disso na vida, mas aquele, de fato, podia ser considerado fora dos parâmetros. Maior até que o de Ramos. Um homem realmente bem provido pela Mãe Natureza (COIMBRA, 2008, p. 234).

Portanto, as estratégias narrativas observadas nos romances analisados, tais como intertextualidade, paródia, ironia, humor, são recursos que permitem ao romance pós-moderno inserir e, na sequência, subverter o que foi dito, aguçando a criticidade do leitor e permitindo que ele alcance o íntimo da narrativa. Seus elementos são combinados de forma que o leitor saiba que aquilo que se lê não é real, mas é aceito como se fosse, porque o efeito ora irônico, ora poético, ausente no discurso histórico, torna isso possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa verificamos que os crimes da rua do Arvoredo granjearam notoriedade não propriamente pelos atos de barbárie que constituíam, mas sim por terem desestabilizado e perturbado consideravelmente a ordem e o sossego de Porto Alegre em meados do século XIX. O evento ganha destaque e merece estudo também por estar associado a questões étnicas. Por trás dos sentimentos de pavor que tomou conta da cidade frente ao conhecimento das mortes, escondia-se considerável indignação pelo fato de os envolvidos nos crimes serem de origem alemã. O episódio acentuou de maneira expressiva a hostilidade aos imigrantes alemães e alterou os ânimos da população, gerando grande conflito entre os populares e as tropas policiais, na ocasião em que os acusados foram conduzidos à cadeia. Esse incidente foi amplamente comentado e discutido nos jornais da época, inclusive noticiado em periódicos estrangeiros, contribuindo para ampliar o antigermanismo em outros países.

Os crimes da rua do Arvoredo também provocaram preocupação no meio diplomático. Cônsules germânicos e de outros países, preocupados com as manifestações violentas contra os alemães, reuniram-se a fim de estabelecer medidas que zelassem pela integridade física e moral dos alemães aqui instalados. A situação torna-se também questão de Estado, pois a agressão contra a comunidade alemã poderia desestimular a política imigratória que o governo imperial se empenhava em promover.

Além disso, sublinha-se o processo de ficcionalização por que passou o episódio ao longo de quase 150 anos, cujo interesse maior está associado à polêmica versão da fabricação de linguiça com carne de gente. O canibalismo, muitas vezes omitido ou disfarçado, é lacuna quase sempre a ser preenchida pelos arquivos ou pela imaginação, e um dos fatores essenciais que compõem a fascinante história, aguçando sempre a curiosidade e o interesse pela narrativa, que aborda, durante todas essas décadas, a questão na perspectiva de diversos gêneros narrativos e até em poesia, a exemplo da epígrafe de abertura desta dissertação.

Objetivamos, com este trabalho, trazer à luz esse notável tema da história do nosso estado – observado por vários ângulos, notadamente por meio das narrativas ficcionais. Para isso, investigamos de que forma é trabalhado nas obras de ficção *Cães da Província* e *Canibais*. Analisamos o entrecruzamento entre literatura e história, tão presente nas narrativas ficcionais selecionadas, com intuito de verificar como esses romances se reapropriam das informações presentes na versão considerada oficial, narrada por D. Freitas, encontrada na peça jurídica e nas narrativas jornalísticas. Mais do que isso, almejamos verificar como as

informações históricas foram incorporadas e subvertidas pelos romances selecionados, imprimindo assim leituras e versões distintas a respeito do episódio. Isso porque no exercício da intertextualidade as "fontes" deixam de interessar por elas mesmas, mas interessam para que se possa verificar como foram usadas e transformadas: "As influências não se reduzem a um fenômeno simples de recepção passiva, mas são um confronto produtivo com o Outro, sem que se estabeleçam hierarquias valorativas em termos de anterioridade-posteridade, originalidade-imitação" (PERRONE-MOYSÉS, 1990, p. 94).

Concluímos que, embora a história dos crimes cometidos por José Ramos e sua companheira e cúmplice Catarina Palse apareça em alguns momentos ajustada de forma harmônica à ficção, em *Cães da Província* e em *Canibais* a revisitação ao passado ocorre, na maior parte das vezes, por intermédio da subversão à versão considerada oficial. Aliás, observamos que isso é constante nas diversas reapropriações do episódio feitas ao longo dos anos. Ao estudarmos mais profundamente sobre o assunto, constatamos que, a cada reapropriação, o episódio ganhou forma e acréscimos como uma história em transformação, que se modifica ao longo do tempo. Ou seja, há um fato histórico como referente, mas a cada ponto, e à medida que o tempo passa, acrescenta-se um fato novo.

Assim, se as narrativas de Assis Brasil e D. Coimbra valem-se do discurso histórico, por meio da voz do narrador dos romances e pela linguagem elas se deformam, graças a alguns recursos narrativos que levam a história contada naqueles textos para além das fronteiras da "verdade". Por isso, não se trata de mera cópia; gera-se um novo produto a partir de um argumento semelhante. E desse novo produto emerge o espaço em Cães da Província para o encontro no mundo da imaginação dos dois acontecimentos históricos que abalaram a pacata cidade de Porto Alegre: os crimes perpetrados por José Ramos e a conturbada história de vida de Qorpo-Santo, ocasionando o ponto máximo da subversão à versão oficial que se conhece desses crimes. Ao propor o encontro ficcional no entrelaçamento desses dois casos, Assis Brasil alarga o horizonte do mundo em que viveu José Ramos e Catarina Palse, ampliando também o espaço abarcado pelo seu olhar irônico e crítico a respeito da sociedade burguesa porto-alegrense do século XIX. Em *Canibais* cria-se o espaço para Catarina assumir papel determinante nos escabrosos crimes: de cúmplice ela passa a protagonista, levando a subversão à versão oficial ao seu ponto máximo. No romance de D. Coimbra ela é transformada em mulher sedutora, envolvente, manipuladora, contribuindo para reforçar o estereótipo do feminino condenado pelo social.

Os crimes da rua do Arvoredo, nas narrativas ficcionais, abrem espaço para algumas situações novas dentro da trama. *Cães da Província* favorece a solução do caso de Eusébio e a

escrita da peça intitulada *O homem que enganou a Província*, mote para trazer à luz a tragédia pessoal de cada um, através da investigação da comoção que se apossou da cidade. Já em *Canibais*, incorpora-se a história de paixão de Walter por Catarina, que funciona no romance como trama paralela aos crimes, permitindo que paixão e morte caminhem juntas. Isso só é possível porque a literatura trabalha não apenas com o acontecido, mas também com o possível acontecimento. Os documentos históricos irrefutáveis do passado real são aproveitados pela ficção, nutrindo ainda mais a polêmica diluição das fronteiras entre literatura e história.

Com tais acréscimos e subversões, os referidos romances, além de problematizarem os documentos do passado, proporcionam a releitura crítica da história dita oficial, rompendo com o modelo de romance histórico tradicional, aquele praticado por Walter Scott no século XIX. *Cães da Província* e *Canibais* enquadram-se no novo romance histórico por constituírem dois exemplares romanescos plenamente inseridos na nova modalidade de obra ficcional de cunho histórico, que a partir do século XX despontou e permanece na cena literária.

As obras selecionadas também se encontram plenamente inseridas no modelo que L. Hutcheon chamou de metaficção historiográfica, ao priorizar a autorreferencialidade. No corpus ficcional estão presentes a discussão do que é um texto literário, suas relações com a história e a visão da própria história enquanto construção discursiva. Mais do que isso, evidenciamos uma narrativa inovadora, com a desconstrução proposital e consciente do texto, por meio de frequentes usos de ironia, humor e demais estratégias narrativas, entre elas a metaficção, a intertextualidade, a paródia, a carnavalização. Assis Brasil e D. Coimbra ampliam o campo das possibilidades interpretativas a respeito dos fatos abordados. É para essa questão que a metaficção historiográfica chama nossa atenção: a relativização de tudo o que foi por muito tempo considerado verdade incontestável e que se revela passível de outras interpretações, de outros olhares. A verdade é plural, porque é construída discursivamente a partir da variedade de olhares e de vozes.

Apesar de o episódio ser trabalhado de forma distinta nas duas narrativas ficcionais, em *Cães da Província* há o empenho do autor em recuperar o acontecimento histórico e os elementos que compõem a sinistra trama. Já em *Canibais*, o foco recai muito mais na tentativa de recompor a história de vida do casal do que no episódio em si. Além dessas e outras especificidades, que pretendemos ter trazido à luz nesta dissertação, ambos os romances empenham-se e esforçam-se em capturar e reapresentar o "real", oferecendo-nos duas instigantes e empolgantes versões a respeito do episódio da rua do Arvoredo. Isso porque a

ficção é uma forma de saber como tantas outras. Na verdade, é discurso tão digno de credibilidade como qualquer outro, pois ela opera uma leitura do real, por vezes mais bem feita e verossímil do que os chamados discursos verídicos e objetivos em circulação.

REFERÊNCIAS

AINSA, Fernando. Nueva novela histórica y relativización del saber historiográfico. *Revista de la Casa de las Américas*, n. 202, p. 9-18, ene.-mayo 1996.

ALMEIDA, Maria Ferreira de. *Tornar-se outro*: o Topos canibal na literatura brasileira. São Paulo: Annablume, 2002.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.

ARIAS, Maria Helena de Moura. *O homem que enganou a província ou as peripécias de Qorpo-Santo:* uma leitura de Cães da Província. São Paulo, 2008. Tese [Doutorado em Letras] – Faculdade de Ciência e Letras.

ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Cães da Província*. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.

_____. História e literatura. In: MASINA, Lea; APPEL, Mirna (Orgs.). *A geração de 30 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000. p. 257-261.

BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. Trad. Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Problemas da poética de Dostoievski*. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

_____. Da pré-história do discurso romanesco. In: _____. *Questões de literatura e de estética*: a teoria do romance. 4. ed. Trad. F. Bernardin et alli. São Paulo: EDUSP, 1998.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O novo romance histórico brasileiro. *Via Atlântica*, Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, n. 4, p. 168-177, 2000.

BERGERON, Bertrand. Au royaume de la légende. Chicoutimi: JCL, 1988.

BORDINI, Maria da Glória. Narratividade, modo literário e gênero narrativo em *O Mandarim* de Eça de Queirós. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, PUCRS, v. 26, n. 1, p. 21-47, mar. 1991.

BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 436.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 8-37.

A invenção da história.	Folha de São	Paulo, 11 set.	1994, p. 6.
-------------------------	--------------	----------------	-------------

_____. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: AGUIAR, Flávio et al. (Orgs.). *Gêneros de fronteira*: cruzamentos entre histórico e o literário. São Paulo: Xamã, 1997. p. 107-114.

CÉSAR, Guilhermino. Prefácio. In: _____. *Qorpo Santo*: As relações naturais e outras comédias. Porto Alegre: UFRGS, 1969. p. 11-67.

COIMBRA, David. *Canibais*: paixão e morte na Rua do Arvoredo. Porto Alegre: L&PM, 2008.

CORUJA FILHO. *Datas rio-grandenses*. Porto Alegre: Divisão de Cultura; Livraria do Globo, 1962, p. 96-97.

DION, Sylvie. A lenda urbana: um gênero narrativo de grande mobilidade cultural. *Boitatá*, Londrina, GT de Literatura Oral e Popular da ANPOLL, n. 6, ago.-dez. 2008.

DURAND, Gilbert. Campos do imaginário. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ELMIR, C. P. *A história devorada*: no rastro dos crimes da Rua do Arvoredo. Porto Alegre: Escritos, 2004.

FIGUEIREDO, Vera Follain. Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o romance histórico hoje na América Latina. In: CÂNONES E CONTEXTOS: anais do 5°. Congresso ABRALIC. Rio de Janeiro: ABRALIC, 1998. v. 1, p. 479-486.

_____. *Da profecia ao labirinto*: imagens da história na ficção latino-americana contemporânea. Rio de Janeiro: Imago; UERJ, 1994.

FIORIN, José Luiz. Linguagem e ideologia. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Polifonia textual e discursiva. In: BARROS, Diana de L. P.; FIORIN, José Luiz. (Org.). *Dialogismo, polifonia e intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREITAS, Décio. *O maior crime da terra*: o açougue humano da Rua do Arvoredo: Porto Alegre (1863–1864). Porto Alegre: Sulina, 1996.

GINZBURG, Carlos. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 251.

HANCIAU, Nubia. Confluências entre o discurso histórico e ficcional. In: _____. *A feiticeira, personagem histórica em três escritoras da América francesa*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. p.107-116.

KRISTEVA, Julia. *A palavra, o diálogo e o romance*: introdução à semanálise. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

Teoria e polític	a da ironia. Belo H	Iorizonte: Ed. d	a UFMG, 2002.
Uma teoria da	<i>paródia</i> . Lisboa: E	dições 70, 1989	

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: _____. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25-64.

LESTRINGANT, Frank. *O canibal*: grandeza e decadência. Brasília: Ed. da UnB; Hucitec, 1997.

LUKÁCS, Georg. La novela histórica. México: Ediciones Era, 1996.

MÁRQUEZ RODRÍGUEZ, A. Evolución y alcances del concepto de novela histórica. In:
______. *Historia y ficción en la novela venezolana*. Caracas: Monte Ávila, 1991. p. 15-54.

MENNA, André. *Um qorpo santo na província*: da história à ficção. Florianópolis, 2003. Dissertação [Mestrado em Literatura] – Universidade Federal de Santa Catarina.

MENTON, Seymor. *La nueva novela histórica de la América Latina*, 1979-1992. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

MINOIS, Georg. História do riso e do escárnio. São Paulo: Unesp. 2003.

MONTAIGNE, Michel Eyquem de. Dos canibais. In: _____. *Ensaios*: livro I. Brasília: Ed. da UnB; Hucitec, 1987, p. 256-266.

MUECKE, D. C. Analyses de l'ironie. *Poétique*, Paris, Seuil, n. 36, p. 478-494, 1978.

OS CRIMES DA RUA DO ARVOREDO [Transcrição do processo-crime de nº. 1070]. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Escola Superior de Teologia, 1993.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. Catarina come-gente: lingüiça, sedução & imaginário. In: Os sete pecados da capital. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 23-89.
<i>Leituras cruzadas</i> : diálogos da história com a literatura. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2000.
Contribuições da literatura e da história para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). <i>Discurso histórico e narrativa literária</i> . São Paulo: Ed. da Unicamp, 1998.
PESSOTI, Isaías. Vantagens do turismo temporal. Folha de São Paulo, 11 set. 1994, p. 6-6.
PERRONE-MOYSÉS, Leyla. A criação do texto literário. In: <i>Flores da escrivaninha</i> : ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 91-99.
PORTO ALEGRE, Achylles. Amor que mata. In: <i>Noites de luar</i> . Porto Alegre: Ed. Globo, 1923. p.142.
As linguiças de carne de gente. In: <i>História popular de Porto Alegre</i> . Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1940, p.183-185, apud <i>Os crimes da Rua do Arvoredo</i> , 1993, p. 94-96.
RICOEUR, Paul. O entrecruzamento da história e da ficção. In: <i>Tempo e narrativa</i> . São Paulo: Papirus, 1995. t. 3. p. 315-333.
SAID, Edward W. <i>Cultura e imperialismo</i> . Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 47.
SANTIAGO, Silviano. Nas malhas da letra. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
O narrador pós-moderno. In: <i>Nas malhas da letra</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
SARAMAGO, José. História e ficção. <i>Jornal de Letras, Artes e Ideias</i> (JL), Lisboa, ano 10, n. 400, p. 16-21, 6-12 mar. 1990.
SCHAFF, Adam. História e verdade. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
SPALDING, Walter. Pequena história de Porto Alegre. Porto Alegre: Sulina, 1967.
VAINFAS, Ronaldo. <i>Os protagonistas anônimos da história</i> : micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
WHITE , Hayden. O valor da narratividade na representação da realidade. Trad. José Luís Jobim. <i>Cadernos de Letras da UFF</i> , Niterói, n. 3, 2001.
Jornais e periódicos:
ALMANAQUE LITERÁRIO E ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL para 1897, p. 67, apud <i>Os crimes da rua do Arvoredo</i> , 1993, p. 100-101.
ANUÁRIO INDICADOR DO RIO GRANDE DO SUL. O caso do açougueiro Rams. 5ª série, p. 97-99, 1924, apud <i>Os crimes da rua do Arvoredo</i> , 1993, p. 97.
A TARDE, 2 nov. 1997.
DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Porto Alegre, 9 dez. 1948, p. 8.
Porto Alegre, 15 dez. 1948, p. 11.

DIÁRIO DO SUL. Porto Alegre, 13 ago. 1987, p. 11.

CORREIO DO POVO. Porto Alegre, 15 mar. 1987, p. 7.

JORNAL DO BRASIL. 26 mar. 1988, p. 12.

DEUTSCHE ZEITUNG. Porto Alegre, n. 31, 20 abr. 1864, p. 3, apud ELMIR, 2004, p. 251-252.

DEUTSCHE ZEITUNG. Porto Alegre, n. 32, 23 abr. 1864, p. 3, apud ELMIR, 2004, p. 253-254.

DEUTSCHE ZEITUNG. Porto Alegre, n. 33, 27 abr. 1864, p. 3, apud ELMIR, 2004, p. 255-256.

DEUTSCHE ZEITUNG, Porto Alegre, n. 40, 21 mai. 1864, p. 3, apud ELMIR, 2004, p. 257-258.

O DIÓGENES. Jornal crítico-literário. Porto Alegre, ano 1, n. 42, 24 abr. 1864, p. 1-2, apud *Os crimes da rua do Arvoredo*, 1993, p.102-103.

MERCANTIL, Porto Alegre, ano 16, n. 84, 19 abr. 1864, p. 2, apud ELMIR, 2004, p. 259-264.

MERCANTIL, Porto Alegre, ano 16, n. 85, 20 abr. 1864, p. 2, apud ELMIR, 2004, p. 265-266.

MERCANTIL, Porto Alegre, ano 16, n. 86, 21 abr. 1864, p. 2, apud ELMIR, 2004, p. 267.

MERCANTIL, Porto Alegre, ano 16, n. 87, 22 abr. 1864, p. 2, apud ELMIR, 2004, p. 268.

MERCANTIL, Porto Alegre, ano 16, n. 90, 26 abr. 1864, p. 1, apud ELMIR, 2004, p. 269.

SANHUDO, Ary Veiga. Os monstros. In: _____. *Porto Alegre*: crônicas de minha cidade. Porto Alegre: Sulina, 1961. v. 1. p. 146-147.

ÚLTIMA HORA, Porto Alegre, fev. a mar. 1964, apud ELMIR, 2004, p. 72-76.

ZERO HORA, 11 mar. 2010.

ZERO HORA, 16 jun. 1992.

ZERO HORA, 11 fev. 2009.

Internet:

A PURIFICAÇÃO. Disponível em: http://poesiatext.1accesshost.com/ antropologia1.htm>. Acesso em: 18 ago. 2009.

ARIAS, Maria Helena de Moura. *Subversão e entendimento na obra de arte literária*: a escrita de Luiz Antonio de Assis Brasil. Disponível em: www.laab.com.br>. Acesso em: 01 ago. 2009.

CRISTALDO, Janer. Preconceito contra Kulinas. Disponível em:

http://cristaldo.blogspot.com/2009/02/preconceito-contra-kulinas-palavra.html>. Acesso em: 14 jun. 2009.

http://www.laab.com.br . Acesso em: 27 jul. 2009.

SOMBRAS DE UM PASSADO – documentário. Disponível em:

http://www.youtube.com/watch?v=FtXqITp30dU. Acesso em: 02 ago. 2009.

HARTMANN, Giuliano; MENON, Maurício Cezar. *Medo e morte* – um olhar sobre e espaço sombrio em Poe e Lygia Fagundes Telles. Disponível em:

http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/4%20Edi%C3%A7 %C3%A3o/Lingua/PDF/9-Ed4_LL-MedoMor.pdf>. Acesso em 12 mar. 2010.

O QUE É FICÇÃO? Disponível em: http://litteraeinextremis.blogspot.com/2009/04/o-que-e-ficcao-ivete-walty.html. Acesso em: 02 mar. 2010.

SOARES, Walter Guimarães. História e literatura: é possível sambar? Disponível em: http://www.fja.edu.br/praxis/praxis_esp/documentos/artigo_07.pdf. Acesso em 02 mar. 2010.

PECCI, Rodrigo. *Os crimes da rua do Arvoredo*, 2010. 1 gravura, metal, 18x24 cm. Gravura. Disponível em <<u>http://aconteceemportoalegre.blogspot.com/2010/03/grupo-aflexa-lanca-trabalho-no-shopping.html</u>>. Acesso em 20 mar. 2010.